

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008/2009

ESMAPE



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2008/2009
ESMAPE

Esmape-Biblioteca
MI20100305
29/06/2010
04662
Empréstimo

E74r Escola Superior da Magistratura de Pernambuco
Relatório de Atividades: Biênio 2008/2009 /
Escola Superior da Magistratura de Pernambuco
– Recife: Esmape, 2010.
236p.: il.

1. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE
PERNAMBUCO – HISTÓRIA. 2. ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO – RELATÓRIOS.
3. PODER JUDICIÁRIO – PERNAMBUCO. 4. JURISTAS
– PERNAMBUCO – ATIVIDADES PROFISSIONAIS –
RELATÓRIOS. I. Título.

PeR – BPE 08-094

CDU 34(813.4)

CDD 340



Biênio 2008/2009

EXPEDIENTE

Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves
Diretor

Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
Vice-Diretor

Juíza Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima
Supervisora

Juiz José André Machado Barbosa Pinto
Supervisor Adjunto

Juiz André Vicente Pires Rosa
Coordenador do Curso de Preparação à Magistratura e das Demais Carreiras Jurídicas

Juiz Alexandre Freire Pimentel
Coordenador dos Cursos de Pós-graduação e Extensão

Juiz Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
Coordenador Adjunto dos Cursos de Pós-graduação e Extensão

Juiz Lúcio Grassi de Gouveia
Coordenador dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores

Juiz Saulo Fabianne de Melo Ferreira
Coordenador Adjunto dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores

Juíza Ana Carolina Avellar Diniz
Coordenadora de Eventos Científicos e Culturais

Juiz José Alberto de Barros Freitas Filho
Coordenador de Pesquisa, Divulgação Científica e Cultural e da Assessoria Jurídica Virtual

Juiz Silvio Romero Beltrão
Coordenador de Estudos Internacionais

Juiz Janduhy Finizola da Cunha Filho
Coordenador de Comunicação Social

Desembargador Gustavo Augusto Rodrigues Lima
Coordenador de Estudos Penais e Controle da Violência

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Coordenador de Direitos Fundamentais

Juíza Sônia Stamford Magalhães Melo
Subcoordenadora da Família, da Infância e Juventude e do Idoso

Juíza Cíntia Daniela Bezerra de Albuquerque
Subcoordenadora de Direitos Difusos do Consumidor e do Meio Ambiente

Desembargador Fernando Eduardo de Miranda Ferreira
Coordenador de Prática Jurídica Cível em Serviço e em Sala de Aula

Desembargador Roberto Ferreira Lins
Coordenador de Prática Jurídica Criminal em Serviço e em Sala de Aula

FOTOGRAFIAS

Cristina Barbosa, Ericka Farias, Eudes Santana, Luciano Costa, Marcos Costa, Paloma Amorim, Rafael Benevides, Ricardo Henrique

PROJETO GRÁFICO E EDITORIAL



oficinadapalavra

www.oficinadapalavra.com

SERVIDORES

Diretoria

Éricka Maria Farias Silva - Assessora de Imprensa
Fernanda Maria Ferraz Justino
Maria José Marinho Batista

Diretoria Financeira

Mônica Moreira Porto Carreiro - Diretora
Gabriel Ferreira Nippo
Jaqueline de Santana Cavalcanti
Jaziel Alves da Silva
José Carlos Alves Bachmann

Diretoria de Administração e Patrimônio

Semiramis Ferreira Santiago De Araujo - Diretora
Adilma Nicácio da Silva
Antonio José Gonçalves
Cecília Paula de Lira
Gilberto Paulo de Lira
José Roberto Marques Ferreira
Juçara de Almeida Marques
Jucileide Eufrazia de Sena
Lúcio Flávio de Souza Ferraz
Marcos Antonio Alves Rangel
Maria Célia da Silva
Maria do Carmo Cavalcanti
Rubia Maria da Silva Telles
Sérgio José dos Santos

Biblioteca

Joseane Ramos Duarte Soares - Gestora
Leonía Oliveira Torres
Silvana da Silva Camelo
Simone Silva Bion Ribeiro
Yeda Maria Silvino

Secretaria

Marina Pereira de Moura Oliveira - Secretária-Geral de Cursos
Anna Carla Vecchione Magalhães
Carmem Lúcia Pereira do Nascimento
Charles Acioll Serrano
Nara Regina Araújo da Fonseca
Renata Ferraz Bezerra de Menezes
Valéria Temporal
Allan Marinho de Magalhães - Núcleo Caruaru
Theophanes Abdon de Peixoto Santos - Núcleo Petrolina

Núcleo de Aperfeiçoamento de Magistrados

Elene de Souza Cavalcanti - Chefe do Núcleo

Coordenação Pedagógica

Rosalie Ferreira Campos - Coordenadora
Daniela da Costa.

SUMÁRIO

		07		11		137	
		CARTA DO DIRETOR		PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS		PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES	
	175		183		187		193
	DE PORTAS ABERTAS PARA A SOCIEDADE E A IMPRENSA		CURSO DE GESTÃO PARA DESEMBARGADORES		CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO		CURSO DE PREPARAÇÃO À MAGISTRATURA
	197		209		213		217
	EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS		NOSSAS PUBLICAÇÕES		INTERCÂMBIO		PARTICIPAÇÃO NO COPEDEM
	223		227		231		
	VISITAS À ESMAPE		ORÇAMENTO		ESMAPE EM CASA NOVA		

Nasce uma Escola Judicial

NOSSO PAPEL É SOMAR ESFORÇOS DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NA BUSCA DE MEIOS PARA TORNAR A JUSTIÇA MAIS EFICIENTE, EM BENEFÍCIO DO CIDADÃO



A formação do magistrado é um dos pilares da qualidade da prestação jurisdicional. O juiz deve estar cada vez mais preparado, intelectual e moralmente, para o atendimento, de forma satisfatória, dos anseios dos cidadãos, sendo capaz de garantir, com larga margem de segurança, uma solução mais pronta e expedita dos problemas submetidos à sua apreciação. E esses problemas não são poucos: de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tramitavam em 2008 no Judiciário brasileiro 61,5 milhões de processos, o que significa que um em cada três brasileiros tinha na época algum tipo de demanda na Justiça.

Celeridade e segurança nas decisões judiciais são duas faces de um mesmo desafio. A resolução tardia dos conflitos pode gerar injustiça. De outro lado, não basta ao juiz ser rápido; é preciso que faça a boa aplicação da Justiça. Uma decisão rápida e injusta não interessa à sociedade. Daí porque a capacitação permanente dos magistrados é um direito dos jurisdicionados e da sociedade em geral com vista à obtenção de um serviço de qualidade na administração da Justiça.

Na busca de meios que tornem o Judiciário mais eficiente, os cursos de aperfeiçoamento de magistrados assumem um papel fundamental, sobretudo porque contemplam, em sua grade curricular, não apenas temas jurídicos relevantes, atualização legislativa ou aspectos práticos da atividade judicante, mas também questões relacionadas a ética, humanismo, filosofia, sociologia, psicologia, jornalismo, administração e informática.

Nessa linha, foram formatados os cursos que a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) passou a oferecer aos juizes pernambucanos dentro do Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados, implantado em 2008. O início de nossa gestão, em 14 de fevereiro de 2008, foi marcado por uma feliz coincidência: nossa visão estratégica de transformar a Esmape na escola do juiz e do servidor -, um espaço onde eles pudessem se aperfeiçoar - encontrou amparo na Resolução nº 2, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Editada com base na Emenda Constitucional nº 45, e com vigência a partir de janeiro de 2008, essa resolução tornou os cursos de aperfeiçoamento continuado pré-requisitos para o vitaliciamento e a promoção por merecimento dos magistrados. Também para a obtenção de benefícios na carreira dos servidores, as normas internas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) exigem o aperfeiçoamento.

A atualização continuada dos juizes foi a nossa principal e permanente preocupação porque estamos convencidos de que formar magistrados com qualidade é prevenir, a prazo, o futuro do Poder Judiciário do Estado.

A Esmape já era um centro de excelência acadêmica, com um corpo docente qualificado, que oferecia cursos de pós-graduação *lato sensu* e o tradicional Curso de Preparação à Magistratura e às Demais Carreiras Jurídicas. Faltava-lhe propiciar aos magistrados pernambucanos cursos regulares voltados especificamente para o seu aperfeiçoamento, dentro da perspectiva de educação continuada essencial às organizações modernas. Assim, além de manter a excelência acadêmica nas áreas em que a Esmape já se destacava, criamos o espaço para o aperfeiçoamento dos magistrados.

Mais do que isso: levamos a escola ao juiz, na convicção de que sua ausência da comarca ocasionaria prejuízos às suas atividades. Por isso, a Esmape deslocou sua equipe para comarcas-polo do interior, como Gravatá, Caruaru, Pesqueira, Triunfo, Garanhuns e Petrolina. Nossas caravanas por essas cidades contribuíram para facilitar ao juiz o acesso ao aperfeiçoamento contínuo.

É notável a resposta dos magistrados pernambucanos ao chamamento da Esmape, hoje, uma verdadeira Escola Judicial. A ênfase dada no aperfeiçoamento de magistrados rendeu à Esmape uma posição privilegiada: é a primeira escola de magistratura no *ranking* de credenciamentos de cursos na Enfam - reconhecimento que nos dá a sensação

do dever cumprido. Durante o biênio 2008/2009 foram oferecidas, ao todo, 3.158 vagas para juizes em 52 turmas de cursos de aperfeiçoamento, não só na capital mas em diversas comarcas-polo no interior do Estado. Não há dúvidas de que todos os juizes de Pernambuco tiveram a oportunidade de participar dos aperfeiçoamentos.

Com o sucesso do programa, a Esmape deu mais um passo na direção da melhoria da Justiça, ao implantar, no segundo semestre de 2009, o Programa de Aperfeiçoamento de Servidores, com o oferecimento de 704 vagas nas 16 turmas ministradas. Nasce assim a Escola Judicial, que tem o papel de conjugar os esforços de servidores e magistrados na busca de meios eficazes para a realização da Justiça em benefício da sociedade.

Além dos dois programas, a Esmape escreve uma história de sucesso na educação: no biênio 2008/2009, foram 2.062 alunos matriculados ou formados pela Esmape, dos quais 1.058 da pós-graduação.

Tamanho crescimento - reconhecido pela posição privilegiada que a Esmape ocupa entre suas congêneres - não poderia mais ficar limitado pela atual estrutura física da Escola, que não acompanhou a evolução. Por isso, deflagramos o projeto da nova sede, com estrutura física adequada aos novos desafios. Estamos deixando tudo pronto para o início das obras: todos os projetos aprovados e recursos alocados.

Mas a maior obra é mesmo a consolidação da Esmape como centro de educação de excelência, com um conjunto de serviços de alta qualidade prestados à sociedade pernambucana e ao Brasil.

Não devemos descurar um apontamento final, para registrar os nossos agradecimentos ao TJPE, na pessoa do desembargador Jones de Figueiredo Alves, e à equipe de trabalho da Esmape, na pessoa da juíza Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima, sem cuja atuação na supervisão da Escola não teria sido minimamente possível a concretização dos objetivos alcançados.

É chegada a hora de convidarmos o leitor a conhecer um pouco do que fizemos na gestão que se encerra.

Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

Diretor-geral da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco
Desembargador Cláudio Américo de Miranda (Esmape)





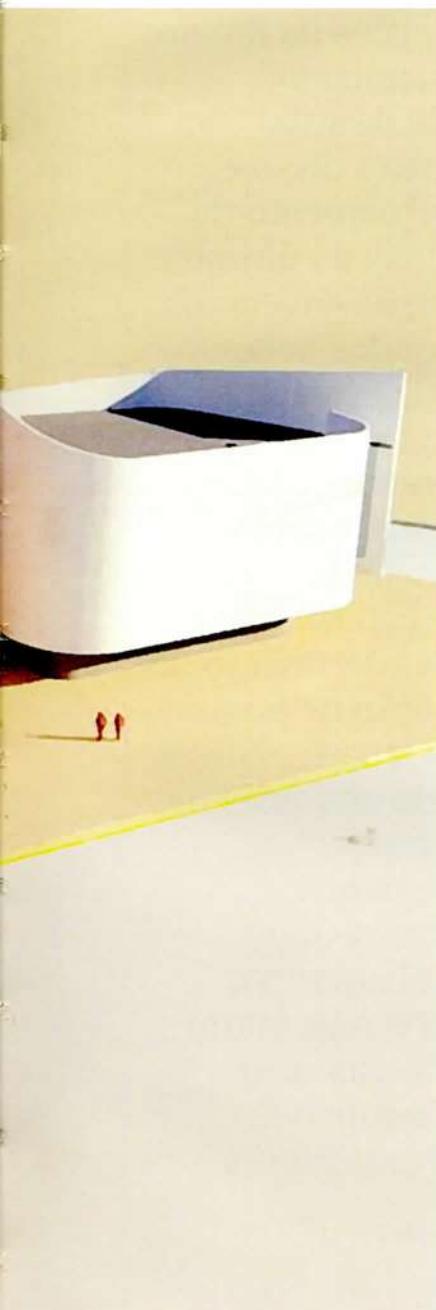
Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados

Um novo foco: a educação continuada de juízes

ONTEM, UM CENTRO PREPARATÓRIO PARA A CARREIRA DA MAGISTRATURA. HOJE, UMA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

A implementação de uma cultura de educação continuada entre os magistrados pernambucanos é a principal realização da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) no biênio 2008/2009. O Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados, colocado em prática no início de 2008, promoveu 52 turmas de cursos cujos conteúdos programáticos incluem temas jurídicos relevantes, situações práticas da atividade judicante e matérias afins à área jurídica, tais como filosofia, sociologia e psicologia. Ao todo, durante os 24 meses da gestão, foram oferecidas 3.158 vagas para os magistrados. Dos 417 juízes de Pernambuco na ativa, 362 participaram voluntariamente do programa, o que significou uma adesão de 87% da magistratura do Estado.

O novo foco da Escola começou a ser moldado em 14 de fevereiro de 2008, com a posse do desembargador Frederico Neves como diretor-geral. Decidiu-se, a partir daquela época, investir nos cursos de aperfeiçoamento de magistrados, sem prejuízo das atividades até então desenvolvidas. A nova estratégia coincidiu com a decisão da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), com base na Emenda Constitucional nº 45, de





“A Esmape é, sem traço de dúvidas, uma referência no que diz respeito ao desenvolvimento profissional dos magistrados. Trata-se de instituição modelar, não só por seu respeito integral e apoio às resoluções da Enfam, mas, sobretudo, pelo dinamismo, continuidade e qualidade de suas atividades formativas. Prova disso é seu Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados, o qual, apenas no último biênio, ofereceu 3.158 vagas em cursos

de aperfeiçoamento, todos aprovados e credenciados pela Enfam. Tenho a convicção de que esses cursos da Esmape, ministrados por juristas, magistrados e outros profissionais de reconhecida competência, revestem-se de fundamental importância, pois, além dos inúmeros benefícios que serão proporcionados à magistratura brasileira, por meio da ampliação da qualidade e das possibilidades de capacitação e aperfeiçoamento profissional, representam o fortalecimento do papel das Escolas de Magistratura na modernização de nosso Poder Judiciário. Parabenizo o desembargador Frederico Neves, diretor da Escola, e toda a equipe da Esmape pelo alto nível das atividades desenvolvidas.”

Ministro Fernando Gonçalves
Diretor da Enfam

tornar os cursos de aperfeiçoamento continuado pré-requisitos para o vitaliciamento e a promoção por merecimento.

O programa da Esmape - resultado de uma parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco - produz efeitos positivos no desempenho do Judiciário no Estado: um juiz mais bem preparado dispõe dos meios para adotar decisões mais rápidas e seguras no julgamento dos conflitos de interesses.



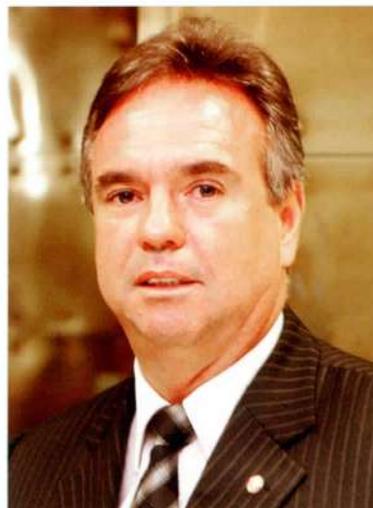
Esmape acolhe sugestões dos juízes para formatação dos cursos e aprimoramento do programa

Uma das razões para o sucesso do programa foi a forma de escolha dos temas e a formatação dos cursos, para os quais contribuíram os juízes participantes. A supervisora da Esmape, juíza Mariana Vargas, afirma que, ao estabelecer o conteúdo programático, a Esmape, além de levar em conta as resoluções da Enfam, considerou também as necessidades dos magistrados – as matérias que, na avaliação deles, deveriam ser ministradas nos diversos cursos. “Os conteúdos foram organizados com base nessas opiniões e, muitas vezes, com a ajuda dos próprios juízes que não só sugeriram temas, mas também professores”, observa.

Matérias complementares à área jurídica, como ética, humanismo, filosofia, sociologia, psicologia, jornalismo, administração e informática, contribuíram para facilitar ao juiz o acompanhamento da evolução do Direito e da realidade social. A Esmape ministrou cursos importantes nessa área, como os que analisaram os impactos econômicos e sociais das decisões judiciais, a execução das decisões proferidas nas varas de família, gestão de pessoas, *media training* e hermenêutica jurídica, permitindo aos participantes ampliar suas visões humanística e administrativa

“Particpei de vários cursos de aperfeiçoamento. Eu acredito que só no ano de 2009 eu tenha participado de uns 6 ou 7, e todos foram muito bem preparados, muito bem elaborados. Eles vieram para realmente deixar o magistrado atualizado, bem mais capacitado e incentivado ao estudo.”

Juiz Agenor Ferreira
Corregedoria da 3ª Entrância



A juíza supervisora destacou ainda que o interesse dos juízes pelos cursos também foi fundamental. “Ao aderir maciçamente ao programa, a magistratura pernambucana deu uma demonstração inequívoca de que está preocupada em manter-se sempre atualizada e em capacitar-se para melhor servir à sociedade”, conclui.

A escola que mais obteve credenciamentos

OS PROJETOS DA ESMAPE SÃO “MUITO BEM FEITOS” E ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS PARA O CREDENCIAMENTO, AFIRMA COORDENADORA ACADÊMICA DA ENFAM

Levantamento realizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) mostra que a Esmape é, entre as congêneres, a que mais obteve credenciamentos de cursos voltados para aperfeiçoamento de magistrados no país, no biênio 2008/2009.

O fato, segundo o desembargador Frederico Neves, significa uma recompensa ao esforço desenvolvido, desde o primeiro momento, na gestão 2008/2009, para a capacitação de juízes.

Para efeito de credenciamento, todas as escolas de magistratura do país submetem à apreciação da Enfam o projeto do curso, apresentando seus objetivos, justificativas, conteúdo programático, carga horária, relação dos professores com a respectiva qualificação, bibliografia, formato e número de vagas.

RANKING DAS ESCOLAS ESTADUAIS QUE MAIS APLICARAM CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	
ESCOLAS	COLOCAÇÃO NO BIÊNIO 2008/2009
PERNAMBUCO	1º LUGAR
DISTRITO FEDERAL	2º LUGAR
ESPÍRITO SANTO	3º LUGAR
SERGIPE	4º LUGAR
MARANHÃO	5º LUGAR
RIO DE JANEIRO	6º LUGAR
RIO GRANDE DO NORTE	7º LUGAR
ACRE	8º LUGAR
PARANÁ	9º LUGAR
CEARÁ	10º LUGAR
MINAS GERAIS	11º LUGAR
RIO GRANDE DO SUL	12º LUGAR
RONDÔNIA	13º LUGAR
ALAGOAS	14º LUGAR
PARÁ	15º LUGAR
AMAPÁ	16º LUGAR
BAHIA	17º LUGAR
MATO GROSSO	18º LUGAR
PIAUI	19º LUGAR
PARAÍBA	20º LUGAR
SANTA CATARINA	21º LUGAR
MATO GROSSO DO SUL	22º LUGAR
AMAZONAS	23º LUGAR
SÃO PAULO	24º LUGAR
TOCANTINS	25º LUGAR
GOIÁS	26º LUGAR
RORAIMA	27º LUGAR

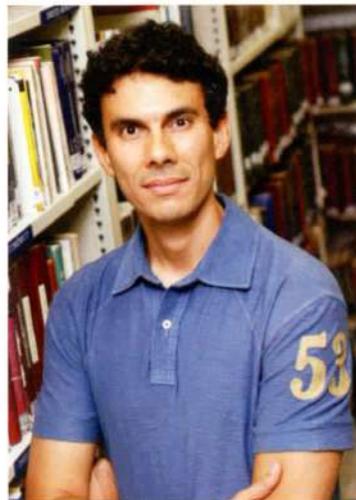
Fonte: Enfam



“Os cursos de aperfeiçoamento, que foram uma marca desta diretoria, têm contribuído de forma sensível para uma maior qualificação do magistrado.

Os temas oferecidos são do dia a dia do magistrado, tanto do interior quanto da capital, e os ajudam a refletir sobre as questões que são apresentadas para a sua análise.”

Juiz Jorge Sotero
Vara Única de Poção



EXIGÊNCIAS

De acordo com a coordenadora acadêmica da Enfam, Cinthia Dias, os projetos dos cursos da Esmape são “muito bem feitos” e atendem às exigências para o credenciamento. Além disso, ela destaca o controle eletrônico de frequência e o apoio aos cursistas como fatores positivos no aperfeiçoamento dos magistrados. “A Esmape é uma escola modelo”, resume a coordenadora acadêmica da Enfam.

Entre os cursos, Cinthia Dias destacou o de *media training*, que, em sua avaliação, permite aos participantes ampliar as possibilidades no relacionamento institucional e interpessoal.



“Eu tive a oportunidade de proferir aulas em diversas escolas da magistratura de todo o país e observei que a metodologia de trabalho da Esmape está entre as mais seguras que já conheci, sobretudo na aferição da frequência e do aproveitamento dos participantes.”

Juiz Ricardo Chimenti
Juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ

Em junho de 2008, Cinthia Dias visitou a sede da Esmape, em Recife, para conhecer as condições em que são realizados os cursos de aperfeiçoamento de magistrados em Pernambuco. Ela disse que a qualidade do que é oferecido ocorre quando se aliam competência, dedicação e entusiasmo. “A partir do capricho com que tudo é realizado, percebe-se o valor dado aos cursos de aperfeiçoamento.”

RECONHECIMENTO

O secretário executivo da Enfam, Marcos Degaut, que esteve na Esmape em setembro de 2009, também a considera um modelo. “A Esmape é uma escola modelo, por respeitar integralmente as resoluções da Enfam e por oferecer, com alto nível de qualidade, o maior número de cursos e de vagas para aperfeiçoamento de magistrados”, observa. “Gostaria que todas as escolas apresentassem o mesmo nível de qualidade da Esmape e tivessem o mesmo grau de conformidade com as resoluções da Enfam”, completa.

O juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, Ricardo Chimenti, é outro a reconhecer a importância do trabalho da Esmape: “Eu tive a oportunidade de proferir aulas em diversas escolas da magistratura de todo o país e observei que a metodologia de trabalho da Esmape está entre as mais seguras que já conheci, sobretudo na aferição da frequência e do aproveitamento dos participantes”.

“A Esmape é uma escola modelo, por respeitar integralmente as resoluções da Enfam e por oferecer, com alto nível de qualidade, o maior número de cursos e de vagas para aperfeiçoamento de magistrados”

Juiz Marcos Degaut
Secretário executivo da Enfam





“É de se reconhecer que a gestão do desembargador Frederico Neves foi marcante e profícua, notadamente no que tange à implementação de cursos de aperfeiçoamento para magistrados e servidores, atendendo, com perfeição, às exigências trazidas pela Emenda Constitucional nº 45, a qual veio estimular a constante atualização científica e cultural dos juízes, mediante frequência e aproveitamento nos diversos cursos que passaram a ser oferecidos pela Esmape.”



Juiz Janduhy Finizola da Cunha Filho
5ª Vara Cível da Capital

A aceitação dos cursos da Esmape entre os magistrados pernambucanos pode ser avaliada pelo depoimento do juiz Alberto Freitas, da 1ª Vara Cível de Jaboatão: “Ao assumir a diretoria da Esmape, o desembargador Frederico Neves afirmou que iria focar sua atuação no aperfeiçoamento dos magistrados. Não restam dúvidas que cumpriu seu objetivo com maestria. A imensa variedade e a primorosa escolha dos cursos ofertados, sempre com a participação dos mais proeminentes juristas do país, tiveram grande aceitação por parte dos magistrados pernambucanos, conforme se pôde perceber das salas constantemente lotadas e do reconhecimento obtido pela Esmape como a escola da magistratura que mais credenciou cursos junto à Enfam”.

“Como magistrado, fiz parte tanto do corpo docente como do discente da Esmape, inclusive na condição de supervisor e coordenador do Curso de Preparação à Magistratura, e posso dizer que só agora, verdadeiramente, essa instituição de ensino passou a ser uma escola de magistrados para magistrados, com a regulamentação e, o que é mais importante, a realização de dezenas de cursos de aperfeiçoamento para magistrados.



Duvido que uma Escola tenha oferecido mais cursos dessa natureza para magistrados do que a Esmape.

Antes, o principal curso da Escola era o curso preparatório para concurso, que sempre foi o carro-chefe dos outros cursos menores. Mas o seu público-alvo não era o magistrado e, sim, o bacharel em Direito interessado no ingresso na magistratura; concorria com os outros cursinhos preparatórios oferecidos pelo mercado e, com o tempo, naturalmente, perdeu espaço para as instituições particulares.

Agora, a Esmape volta-se para o magistrado, oferecendo-lhe toda a gama do conhecimento técnico que precisa para continuar e bem exercer as suas funções institucionais; não só na área jurídica como também em outras áreas, como gestão, comunicação social, informática, filosofia, sociologia etc.

Com a nova sede, a Esmape terá casa nova para público novo. A gestão do desembargador Frederico Neves, como diretor-geral, e da juíza Marina Vargas, como supervisora, está de parabéns.”

Juiz Ruy Patu

Assessor da vice-presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco



"Mantenho relações com a Esmape desde os tempos em que era dirigida pelo sempre desembargador Nildo Nery. Lembro-me de uma placa existente lá na João de Barros, onde funcionou por algum tempo. Dizia algo como: *aqui não há lugar para vaidades*.

E assim a Escola foi se desenvolvendo, com a contribuição dada por cada um de seus ex-dirigentes, sempre fortalecendo seu nome. Fiquei muito feliz, ao passar a integrar a magistratura, encontrá-la dirigida pelo professor Frederico Ricardo de Almeida Neves. Conheço-o desde Paulista, onde estive no começo dos anos 80. Muito poderia falar sobre a Esmape e sua atual gestão. Serei, no entanto, objetivo. O nome da Esmape teve seu reconhecimento não só no estado, como fora dele, pela qualidade de seu ensino e, para mim, sobretudo, por ter a atual gestão, sobremaneira, se voltado para o aperfeiçoamento contínuo dos magistrados. Tal bandeira deve ser empunhada por todos que sonham com uma magistratura cada vez mais próxima dos anseios do povo pernambucano. Parabéns a seu diretor e a toda sua equipe por terem sido capazes de oferecer tantos cursos de qualidade aos magistrados de Pernambuco. Parabéns pelos esforços despendido em prol da exigência do aperfeiçoamento continuado."



Des. Eduardo Sertório
Tribunal de Justiça de Pernambuco



Maior controle de frequência com uso de código de barras

A FIM DE ASSEGURAR TRANSPARÊNCIA E IMPESSOALIDADE AO PROGRAMA, A ESMAPE USA SISTEMA DE LEITURA ÓPTICA PARA CONTROLAR FREQUÊNCIA E AUTORIA DOS TRABALHOS

Para a promoção por merecimento, o magistrado deverá cumprir, com aproveitamento, carga horária mínima de 20 horas-aula semestrais ou de 40 horas-aula anuais em cursos de aperfeiçoamento, por ano em que permanecer em exercício na entrância. A fim de facilitar o cumprimento dessa exigência prevista na Resolução nº 2, da Enfam, a Esmape organiza seus cursos para que tenham esse número mínimo de horas-aula.

A escola exige a presença do magistrado em 80% das horas-aula oferecidas em cada curso de aperfeiçoamento. Após o término, o participante tem o prazo de 30 dias corridos para apresentar um artigo ou uma sentença em que demonstre a aplicação do conhecimento adquirido durante o curso. O trabalho passa pela correção de um professor, que vai atribuir conceito ótimo, bom, regular ou insuficiente. Serão considerados aptos todos aqueles que obtiverem o percentual mínimo de frequência e conceito igual ou superior a regular.



TRANSPARÊNCIA

Para garantir transparência e impessoalidade ao programa, a Esmape adotou o sistema de registro de presença dos participantes através de leitura óptica de código de barras. Ele é utilizado na aferição da frequência e também na identificação dos trabalhos apresentados pelos cursistas para fins de avaliação. Pelo sistema, o cadastro de cada participante alimenta a base de dados de um *software* de controle de frequência. A partir desse banco de dados, o programa gera um código de barras referente a cada cursista, impresso em seu crachá. Antes de entrar na sala de aula, o participante apresenta o crachá para escaneamento do leitor óptico, que registra nome e hora de chegada. O mesmo procedimento é realizado, ao final da aula, na saída. Para a hipótese de eventual pane no sistema, a Esmape conta com monitoramento de vídeo.

O método de leitura ótica também permite que os trabalhos sejam encaminhados para os avaliadores sem nenhuma identificação – apenas com o código de barras correspondente ao cursista.

Ao fim de cada curso, são distribuídos formulários de avaliação para que os juízes, sem se identificar, atribuam conceitos aos vários aspectos do evento. Há também um espaço aberto para que manifestem livremente suas opiniões. Os cursos de aperfeiçoamento de magistrados dispõem de uma secretaria exclusiva, o que garante maior qualidade no atendimento aos juízes.



“Os cursos de aperfeiçoamento têm possibilitado aos magistrados um espaço de estudo, debate e aprofundamento acerca de temas atuais e oportunos, o que tem sido muito importante para o nosso trabalho. Ressaltaria, ainda, como positivo, a diversificação dos instrumentos de avaliação.”

Juíza Luciene Robéria Pontes de Lima
1º Juizado Especial Cível de Camaragibe

“Eu acredito que foram muito positivos os cursos. Trouxeram palestrantes de todos os lugares do Brasil e até palestrantes internacionais nesse biênio, e eu acredito que houve um avanço muito grande nessa área de aperfeiçoamento de magistrados.

A grande maioria dos cursos se destacou pela atualidade e outra parte dos cursos, que não eram voltados especificamente para a área jurídica, se preocupava com a formação humanística do juiz, a questão da ética, a questão da filosofia e a melhoria da gestão da unidade cartorária. Os concursos para juiz até então só cobravam matérias jurídicas e essa formação multidisciplinar do juiz é bastante importante para o seu desempenho.”



Juiza Catarina Vila-Nova Alves de Lima
2ª Vara da Fazenda Pública de Jabotão dos Guararapes

CERTIFICAÇÃO SEGURA

Para certificar a aptidão dos cursistas nos cursos de aperfeiçoamento, a Esmape adotou um Certificado de Segurança. São, ao todo, seis itens de segurança. Entre eles, está o papel de segurança utilizado no certificado, produzido pela Casa da Moeda. O selo holográfico, que pode ser visualizado em três dimensões, e a numeração sequenciada também integram a série de medidas que possibilitam uma certificação segura aos magistrados cursistas.

Interiorização: a escola vai ao juiz

OBJETIVO É ASSEGURAR MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS NOS CURSOS, SEM PREJUDICAR A ROTINA DE SUAS ATIVIDADES NA COMARCA

Ao constatar que nem todos os juizes do interior dispõem de tempo para realizar cursos oferecidos na capital, a Esmape interiorizou o Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados. A interiorização permite



uma maior participação dos juízes do interior nos cursos, sem prejuízo para suas funções diárias. Também aproxima a escola do juiz, levando-lhe subsídios para a superação dos problemas enfrentados no dia a dia.

Embora o deslocamento para as cidades-polo tenha custo mais elevado que a realização de aulas a distância – uma das opções aceitas pela Resolução nº 2, da Enfam –, os cursos presenciais no interior apresentam uma vantagem: a integração entre juízes de uma mesma região impulsiona uma posterior troca de experiências, o que enriquece a atividade judicante.

Em 2008, a Esmape deslocou sua equipe para comarcas-polo do interior, como Gravatá, Caruaru, Pesqueira, Triunfo, Garanhuns e Petrolina. A primeira a receber o Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados foi Gravatá: nos dias 13 e 14 de junho de 2008, os magistrados da região fizeram curso sobre temas atuais de Processo Civil e Processo Penal. Participaram juízes das comarcas de Amaraji, Bom Jardim, Carpina, Chã Grande, Cortês, Gravatá, Itapissuma, Moreno, Palmares, Sairé, São Vicente Ferrer, Verdejante e Vitória de Santo Antão.

O mesmo curso foi levado a Garanhuns nos dias 4 e 5 de julho de 2008. Participaram juízes das comarcas de Águas Belas, Carnaíba, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Lagoa do Ouro e Saloá. Nos dias 11 e 12 de julho de 2008, foi a vez de Pesqueira, cidade do agreste pernambucano, receber o curso-caravana. A participação do vice-diretor

"Eu avalio o Programa de Aperfeiçoamento como muito bom. Sou juíza do sertão, e levar os cursos até lá foi de extrema importância porque evita que a gente se afaste muito tempo da comarca. Também recebi com entusiasmo a notícia de que a Esmape acolheu a nossa sugestão no sentido de aceitar, como instrumento de avaliação, uma decisão ou sentença. Com isso, o juiz poderá demonstrar para a Escola que utilizou conhecimentos adquiridos no curso para sua atuação concreta."



Juíza Juliana Martiniano
2ª Vara de Salgueiro



“O Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados oferecido pela Esmape é maravilhoso. Adorei o fato de a Escola ter vindo até Garanhuns porque nem sempre o juiz do interior tem como se deslocar até a capital para participar



de cursos. O número de participantes, menor do que o que geralmente se verifica nos cursos da capital, possibilitou a formação de uma mesa-redonda, ótima oportunidade para conhecer o pensamento dos colegas.”

Juíza Pollyanna Maria Barbosa Pirauá Cotrim
Vara Única da Comarca de Capoeiras

da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn), juiz Ibanez Monteiro da Silva, fez de Pesqueira a comarca onde se concretizou a primeira interação entre escolas estaduais de magistratura durante o aperfeiçoamento de juizes pernambucanos. Pesqueira reuniu juizes de Afogados da Ingazeira, Alagoinha, Arcoverde, Bodocó, Buíque, Camaragibe, Flores, Ibirimir, Itapetim, Pedra, Pesqueira, Petrolândia, Salgueiro, São João, São José do Belmonte, Serra Talhada, Tabira, Tacaratu e Tuparetama.

O curso foi realizado também em Petrolina, a cerca de 700 km do Recife, nos dias 18 e 19 de julho, com a presença de magistrados da própria comarca e de cidades vizinhas, como Afrânio, Araripina, Cabrobó, Exu, Salgueiro e Santa Maria da Boa Vista. Em Caruaru, nos dias 25 e 26 de julho, cerca de 30 juizes da região participaram do Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados.



ELEIÇÕES

Nos dias 28 e 29 de agosto de 2008, a Esmape levou a 20 magistrados da região de Triunfo o curso “Ética e Direito nas Eleições”, cujo conteúdo ajudou-os na condução das eleições municipais que se realizariam em outubro daquele ano. A oportunidade do tema foi ressaltada por todos os participantes.

Diante do sucesso dos cursos-caravana realizado no primeiro semestre, a Esmape não perdeu tempo e levou outra edição da experiência para o interior do Estado. Dessa vez foram abordadas as “Alterações Implementadas pelas Leis nºs 11.690/2008, 11.689/2008 e 11.719/2008 no Processo Penal Brasileiro”. A caravana passou pelas cidades de Caruaru, nos dias 24 e 25 de outubro de 2008, e Triunfo, de 7 a 8 de novembro de 2008.

AMPLIAÇÃO

A interiorização continuou em 2009. As cidades de Caruaru, Petrolina e Triunfo receberam novas caravanas da Esmape. Além do curso “Situações Práticas da Atividade Judicante”, levadas às cidades-polo de Triunfo e Caruaru, a escola investiu em cursos com temática não jurídicos, mas de extrema importância para o desenvolvimento do magistrado, como gestão de pessoas, ministrado em Petrolina e Caruaru.

Nas parcerias, o poder da multiplicação

OBJETIVO É ASSEGURAR MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS MAGISTRADOS NOS CURSOS, SEM PREJUDICAR A ROTINA DE SUAS ATIVIDADES NA COMARCA

Para explorar plenamente suas possibilidades, uma organização deve ter a capacidade de fazer parcerias a fim de multiplicar os benefícios para seus clientes. Não foi diferente com a Esmape, que no biênio 2008/2009 colocou em prática convênios com entidades congêneres, como a Escola da Magistratura Federal da 5ª Região (Esmafe5), na promoção dos cursos de aperfeiçoamento. Juízes federais e estaduais passaram a ter mais opções na escolha de temas de cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). O intercâmbio entre as escolas teve início com a participação de juízes estaduais na segunda etapa do curso “Política Judiciária e Administração da Justiça”, promovido pela Esmafe5, nos dias 26 e 27 de junho de 2008.

Cursos realizados pela Esmafe5, com vagas para juízes estaduais

CURSOS MINISTRADOS		DATA
01	Política Judiciária e Administração da Justiça	5, 6 e 26 de junho de 2008
02	Processo Penal: Reforma no Código e nos Paradigmas – em Busca da Eficiência Penal	14 e 15 de agosto de 2008
03	Aspectos da Literatura Nordestina – Expressão de uma Realidade Sociocultural	12 a 14 de fevereiro de 2009
04	Meio Ambiente e Justiça Federal: A Visão Multidisciplinar dos Problemas e das Soluções	9 a 11 de março de 2009
05	Concretização da Jurisdição Constitucional	23 a 25 de abril de 2009
06	O Direito na Sociedade Informacional	8 a 10 de junho de 2009
07	Discurso Jurídico e Decisão	3 e 4 de setembro de 2009

O juiz estadual Alfredo Jambo, que participou das aulas, elogiou o intercâmbio entre as escolas e lembrou que o aparelho da Justiça deve servir a todos. “Em questão de estudo não deve haver distâncias nem fronteiras de setores da Justiça”, defendeu. Após participar de dois cursos promovidos pelas Esmafe5, o também juiz estadual Humberto Vasconcelos disse acreditar que o grande ganho, além da integração das instituições, é o da interação entre juízes estaduais e federais.

Os juízes federais, por sua vez, participaram do curso sobre “Fazenda Pública: Temas Atuais”, promovido pela Esmape nos dias 17, 18 e 19 de maio de 2008. Para o juiz federal Alan Endry, as palestras ministradas atenderam à proposta a que se destinaram. “Foram debatidos temas atuais de execução fiscal, como penhora *online*, e assuntos relacionados à fazenda pública. Temas extremamente relevantes para a Justiça Federal”, explica. Na opinião de



“Mesmo tendo competências diferentes, estamos imbuídos do mesmo propósito de fazer Justiça.”

Desembargadora Margarida Cantarelli
Ex-diretora da Esmafe5



Endry, a experiência foi de grande importância para a atualização. “O intercâmbio propicia a integração entre as escolas e possibilita que os magistrados participem de cursos de interesse comum”, diz.

O juiz federal Francisco Barros passou por duas experiências no intercâmbio entre as Escolas. Ele foi professor do curso sobre Fazenda Pública e aluno do curso “Processo Civil e Processo Penal”. Para o magistrado, a parceria pode ser destacada em duas óticas. “Sob a primeira, o programa otimiza o aperfeiçoamento profissional dos juizes, ampliando a oferta de cursos e seminários. Em outro ângulo, trata-se de uma oportunidade de aumentar o convívio entre os magistrados das duas esferas, permitindo a discussão de métodos de trabalho e a troca de experiências de vida”, avaliou.

A ex-diretora da Esmape5 Margarida Cantarelli considera muito importante a troca de experiência entre juizes federais e juizes estaduais. “Mesmo tendo competências diferentes, estamos imbuídos do mesmo propósito de fazer Justiça”, diz, considerando o convênio extremamente positivo.

OUTRAS PARCERIAS

Mais uma parceria da Esmape produziu bons resultados em 2008: em 17 e 18 de julho, juizes e promotores eleitorais, advogados, servidores públicos e estudantes de Direito participaram do Simpósio de Atualização em Direito Eleitoral, com o objetivo de se informarem sobre as novidades do processo eleitoral daquele ano. O evento, que contou com credenciamento da Enfam e pôde ser utilizado para fins de promoção de juiz, foi realizado pela Escola de Estudos Judiciários do TRE-PE (EJE) em parceria com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

Com a Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor (Adecon) houve uma parceria na realização do Congresso Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC) de 2009. O foco do evento foi a prestação dos serviços públicos. Representantes de instituições públicas e privadas e especialistas nas áreas de Direito Constitucional e do Consumidor se reuniram para discutir o problema sob a ótica da Constituição e do Código de Defesa do Consumidor.

Outro convênio importante foi firmado com a Escola da Magistratura do Paraná (Emap), pelo qual magistrados pernambucanos podem fazer cursos naquele estado e os paranaenses podem estudar na Esmape.



Endry, a experiência foi de grande importância para a atualização. “O intercâmbio propicia a integração entre as escolas e possibilita que os magistrados participem de cursos de interesse comum”, diz.

O juiz federal Francisco Barros passou por duas experiências no intercâmbio entre as Escolas. Ele foi professor do curso sobre Fazenda Pública e aluno do curso “Processo Civil e Processo Penal”. Para o magistrado, a parceria pode ser destacada em duas óticas. “Sob a primeira, o programa otimiza o aperfeiçoamento profissional dos juizes, ampliando a oferta de cursos e seminários. Em outro ângulo, trata-se de uma oportunidade de aumentar o convívio entre os magistrados das duas esferas, permitindo a discussão de métodos de trabalho e a troca de experiências de vida”, avaliou.

A ex-diretora da Esmape5 Margarida Cantarelli considera muito importante a troca de experiência entre juizes federais e juizes estaduais. “Mesmo tendo competências diferentes, estamos imbuídos do mesmo propósito de fazer Justiça”, diz, considerando o convênio extremamente positivo.

OUTRAS PARCERIAS

Mais uma parceria da Esmape produziu bons resultados em 2008: em 17 e 18 de julho, juizes e promotores eleitorais, advogados, servidores públicos e estudantes de Direito participaram do Simpósio de Atualização em Direito Eleitoral, com o objetivo de se informarem sobre as novidades do processo eleitoral daquele ano. O evento, que contou com credenciamento da Enfam e pôde ser utilizado para fins de promoção de juiz, foi realizado pela Escola de Estudos Judiciários do TRE-PE (EJE) em parceria com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

Com a Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor (Adecon) houve uma parceria na realização do Congresso Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC) de 2009. O foco do evento foi a prestação dos serviços públicos. Representantes de instituições públicas e privadas e especialistas nas áreas de Direito Constitucional e do Consumidor se reuniram para discutir o problema sob a ótica da Constituição e do Código de Defesa do Consumidor.

Outro convênio importante foi firmado com a Escola da Magistratura do Paraná (Emap), pelo qual magistrados pernambucanos podem fazer cursos naquele estado e os paranaenses podem estudar na Esmape.

Acesso facilitado às informações

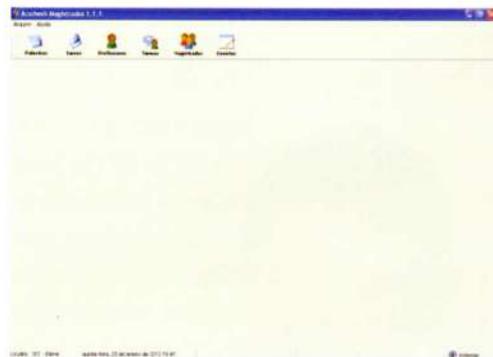
ALÉM DE OBTER INFORMAÇÕES SOBRE OS CURSOS OFERECIDOS PELA ESMAPE, MAGISTRADOS PODERÃO SE INSCREVER E ACOMPANHAR PELA WEB O PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA E O CONCEITO OBTIDOS

O Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados deve ganhar novo reforço com um portal, em fase de teste, que facilitará o acesso dos cursistas, pela Internet, a todas as informações de seu interesse no site da Escola Superior de Magistratura (Esmape). Depois de cadastrar uma senha, o juiz poderá se informar sobre os cursos já realizados e os cursos programados pela escola em sua área de interesse. As diversas áreas do portal permitirão consulta à frequência, aos conceitos obtidos nos trabalhos e aos cursos com inscrições abertas.

Caso tenha interesse em algum curso novo oferecido, o juiz poderá requerer no próprio portal a sua inscrição e ali também verificar o andamento de qualquer solicitação feita à escola. As eventuais alterações feitas na tramitação desses processos serão informadas *online*.

Trata-se de um sistema de páginas com conteúdo dinâmico baseado em banco de dados, as quais podem mudar automaticamente para atender à solicitação do usuário. As informações colocadas ao alcance dos juízes cursistas representam mais uma comodidade para eles, que não precisarão mais se deslocar até a escola, ou fazer ligação telefônica, para obtê-las.

Os testes atualmente realizados no portal estão contribuindo para seu aperfeiçoamento, o que permitirá que seja colocado em funcionamento para os usuários a partir de 2010. O portal tornou-se necessário devido à grande demanda pelos cursos do Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados.



Conheça os 52 cursos
do Programa de
Aperfeiçoamento de
Magistrados realizados
pela Esmape no biênio
2008/2009

- 01 O Papel Constitucional do Juiz e a Busca da Efetividade da Justiça
- 02 Fazenda Pública: Temas Atuais
- 03 Inovações no Direito de Família
- 04 Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais - Turma 1
- 05 Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais - Turma 2
- 06 Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais - Turma 3
- 07 Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais - Turma 4
- 08 Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais - Turma 5
- 09 Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais - Turma 6
- 10 Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais - Turma 7
- 11 Atualização em Direito Eleitoral
- 12 A Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha
- 13 Ética e Direito nas Eleições
- 14 Reforma Processual Penal
- 15 Juros: Aspectos Econômicos e Jurídicos - Turma 1
- 16 Juros: Aspectos Econômicos e Jurídicos - Turma 2
- 17 Alterações Implementadas pelas Leis nº 11.690/2008, 11.689/2008 e 11.719/2008 no Processo Penal Brasileiro - Turma 2
- 18 Alterações Implementadas pelas Leis nº 11.690/2008, 11.689/2008 e 11.719/2008 no Processo Penal Brasileiro - Turma 3
- 19 Processo Civil: Execução de Título Executivo Extrajudicial
- 20 Direito da Infância e Juventude: Procedimentos
- 21 Direito de Família na Constituição, no Código Civil e no Direito Internacional
- 22 Direito do Consumidor: Questões Controvertidas
- 23 Hermenêutica Jurídica - Horizontes para uma Interpretação Não Essencialista do Direito
- 24 Direito Administrativo e Tributário Voltado para Varas de Fazenda Pública
- 25 Novos Desafios para o Poder Judicial
- 26 Aspectos Processuais, Psicológicos e Transdisciplinares do Direito de Família
- 27 Judiciário e Imprensa



- 28 Juizados Especiais Cíveis: Questões Controvertidas
- 29 Juros: Aspectos Econômicos e Jurídicos - Turma 3
- 30 Alterações Legislativas no Processo Penal: Aspectos Atuais e Polêmicos
- 31 Impactos Econômicos e Sociais das Decisões Judiciais
- 32 Obrigações e Contratos numa Perspectiva Civil Constitucional
- 33 Teoria Geral dos Precedentes Judiciais: a Jurisprudência como Fonte Formal do Direito
- 34 Infância e Juventude: Prevenção à Institucionalização Prolongada, Reinserção Familiar e Colocação em Família Substituta
- 35 Hermenêutica Jurídica - Horizontes para uma Interpretação Não Essencialista do Direito
- 36 Cumprimento de Sentença
- 37 Serviços Públicos Essenciais: Direitos Fundamentais Sociais à Luz da Aplicabilidade da Constituição Federal e do Código de Defesa do Consumidor
- 38 As Garantias Constitucionais e as Ações de Natureza Tributária
- 39 A Nova Lei do Mandado de Segurança
- 40 Situações Práticas da Atividade Judicante - Turma 1
- 41 Gestão de Pessoas - Turma 2
- 42 *Media Training* - Turma 1
- 43 Situações Práticas da Atividade Judicante - Turma 2
- 44 Execução das Decisões Proferidas nas Varas de Família
- 45 Gestão de Pessoas - Turma 3
- 46 Gestão de Pessoas - Turma 4
- 47 *Media Training* - Turma 2
- 48 Gestão de Pessoas - Turma 1
- 49 O Direito na Sociedade de Risco
- 50 Serviço Notarial e de Registro: Teoria e Prática
- 51 *Media Training* Intermediário
- 52 Infância e Juventude: Inovações Advindas da Lei Nacional da Adoção (Lei nº 12.010/2009)



O Papel Constitucional do Juiz e a Busca da Efetividade da Justiça

O Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados teve início com o curso “O Papel Constitucional do Juiz e a Busca da Efetividade da Justiça”, realizado nos dias 12 a 16 de maio de 2008 na sede da Esmape.

As aulas foram ministradas pelo procurador regional da República da 5ª Região, Wellington Cabral Saraiva; pelo pós-doutor e coordenador científico da Esmape, João Maurício Adeodato; pelo desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti; pela coordenadora de projetos especiais da Esmape, Dayse de Vasconcelos Mayer; e pelo procurador do Estado de Pernambuco, Leonardo Carneiro da Cunha.





“Num momento em que a população brasileira volta sua atenção para o Judiciário e anuncia o seu desprestígio, a Esmape, sob o comando profícuo do professor e preclaro desembargador Frederico Neves, mantendo as tradições da pernambucanidade de pioneirismo e luta, dá exemplo nacional nos cursos de aperfeiçoamento profissional da magistratura do estado. Trazendo juristas como Luiz Schetinni Filho, dr. Andreas Krell, dr. Cássio Scarpinella Bueno, dr. Araken de Assis, Friedrich Müller, ministro Herman Benjamin, desembargador Luiz Carlos Figueiredo e tantos outros, além de brindar os juízes desse Tribunal com aulas de diversos ramos do Direito, definitivamente colabora, de forma lapidar, para uma nova retomada da imagem do nosso Poder de Justiça perante a sociedade. Somos gratos ao extremo, não apenas o corpo discente, tenho certeza, mas também os jurisdicionados, enquanto destinatários finais dos benefícios que advirão para todos, traduzindo aplausos, ainda, aos auxiliares da gestão, configurados na pessoa humana de relevo da juíza Mariana Vargas. Parabéns.”



Juiz Itamar Pereira da Silva Júnior
17ª Vara Cível de Recife



“Eu avalio que o programa foi bastante eficiente e necessário tendo em vista que os temas trazidos, atuais e polêmicos, servem para que nós possamos ter noções mais atuais do que juristas e professores estão discutindo. Isso é fundamental para o engrandecimento da nossa cultura jurídica e conseqüentemente para o desenvolvimento da nossa função.”

Juiz José Raimundo
Juizado Especial de Trânsito - Recife

“Após as últimas reformas, o processo civil passou a se desenrolar tendo como objetivo principal o alcance de uma sentença que signifique atenção à ordem jurídica e, cumulativamente, efetiva concretização do direito certificado, a fim de extrair resultados no mundo fático e reduzir o distanciamento entre controvérsia judicial e dilema real. O curso foi bem oportuno, considerando a necessidade de aprofundamento, acerca das citadas reformas processuais, de modo a possibilitar uma prestação jurisdicional mais adequada, mais eficiente.”

Juíza Cátia Larangeira
31ª Vara Cível de Recife

2

Fazenda Pública: Temas Atuais



Por sugestão da juíza Catarina Vila-Nova, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes, o curso “Fazenda Pública: Temas Atuais” foi realizado de 17 a 19 de maio de 2008.

As aulas foram ministradas na sede da Esmape pelo juiz federal substituto da 5ª Região e doutor em Direito, Francisco Antônio de Barros e Silva Neto, e pelo procurador do Estado de Pernambuco e doutor em Direito, Leonardo Carneiro da Cunha.





“Para mim o curso foi muito importante porque na minha vara tenho um grande acervo de execução fiscal e as palestras serviram para dar subsídio. O Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados é essencial porque ajuda o juiz a estar sempre atualizado com as mudanças legislativas e assim julgar com mais celeridade.”

Juíza Isânia Moreira
2ª Vara Cível de Serra Talhada



3

Inovações no Direito de Família

“Inovações no Direito de Família” foi o tema do curso realizado no auditório da Esmape durante os dias 17 e 23 de maio de 2008.

Marcos Erhardt, professor da Escola e mestre em Direito, conduziu as aulas, que tiveram grande participação dos magistrados.





“Tenho participado com assiduidade dos cursos promovidos pela Esmape-Enfam, e destaco o curso de Inovações no Direito de Família, um dos primeiros cursos deste programa. Embora não seja minha área de atuação, foi um dos que apresentaram os mais atuais e polêmicos temas. A Escola mostrou que está atenta ao que há de mais atual, capacitando os magistrados deste estado.”

Juíza Maria da Conceição Godoi Bertholini
Vara Criminal de Afogados da Ingazeira

4

Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais - Turma 1

A Esmape deu início aos cursos-caravana com o treinamento “Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais”, dirigido aos juizes da 1ª e da 2ª entrâncias. A primeira turma foi realizada na sede da Esmape nos dias 24 e 26 de maio de 2008.

O corpo docente do curso foi composto pelo desembargador Frederico Neves; pelo juiz Honório Gomes, da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital; e pelo procurador regional da República da 5ª Região e mestre em Direito, Wellington Cabral Saraiva.





“A Escola da Magistratura de Pernambuco está de parabéns pela política de aperfeiçoamento jurídico dos magistrados. Os cursos foram realizados em todo o estado com seriedade e organização, escolhidos temas relevantes e atuais na seara jurídica e ministrados por palestrantes bem qualificados, e certamente contribuem para a construção de um Judiciário mais eficiente e célere.”

Juíza Natália Assis
Vara Única de Jupi



5

Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais – Turma 2

A grande adesão dos magistrados à primeira turma do curso-caravana “Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais” levou a Esmape a realizar uma nova turma do mesmo curso em Recife.

O treinamento aconteceu durante os dias 31 de maio e 2 de junho de 2008, com os palestrantes: desembargador Frederico Neves; juiz Honório Gomes, da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital; e o procurador regional da República Wellington Cabral Saraiva.





“Eu acho o programa de aperfeiçoamento excelente porque tem ajudado bastante na atuação diária dos magistrados. Os cursos têm aprofundado temas atuais, inovações e, além disso, têm proporcionado convivência com outros colegas. Na sala de aula, as dúvidas comuns são compartilhadas e, a partir da discussão, temos encontrado soluções para nossos problemas diários.”

Juíza Aldileide Paes Miranda Galindo
Vara única de Tracunhaém

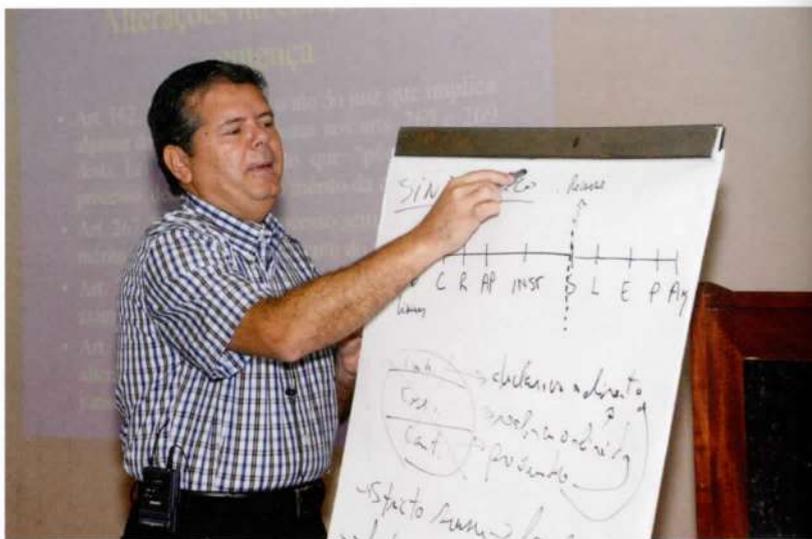
6

Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais – Turma 3



Chegou a vez de o interior receber o curso “Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais”, que marcou, na cidade de Gravatá, o início da interiorização do Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados.

Nos dias 13 e 14 de junho de 2008, juízes gravataenses assistiram às aulas ministradas por um renomado corpo docente, composto por: desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco Ricardo de Oliveira Paes Barreto; juiz e doutor em Direito, Alexandre Freire Pimentel, da 25ª Vara Cível da Capital; juiz e mestre em Direito, Lúcio Grassi de Gouveia, da 20ª Vara da Fazenda Municipal; juiz Honório Gomes, da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital; procurador Regional da República e mestre em Direito, Wellington Cabral Saraiva.





“Tive a grata satisfação de dividir com magistrados pernambucanos o debate acerca dos novos procedimentos executivos como palestrante em cursos de aperfeiçoamento da Esmape nas Comarcas de Gravatá e Caruaru, podendo atestar a importância desses cursos na formação continuada dos magistrados, gerando uma multiplicidade de julgadores mais qualificados tecnicamente, especialmente diante da realidade a ser enfrentada pelo Poder Judiciário frente à nova linhagem constitucional a ele imposta. Coube ao diretor da Esmape, desembargador Frederico Neves, implantar e solidificar estes cursos de forma brilhante, num caminho sem volta. De parabéns a sua excelência. Agradecem os magistrados vocacionados e especialmente a sociedade pernambucana.”

Des. Ricardo Paes Barreto



Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais – Turma 4



Garanhuns também sediou o curso “Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais” nos dias 4 e 5 de julho de 2008.

Um grupo de magistrados da comarcas circunvizinhas assistiu às aulas proferidas pela seguinte equipe de ministradores:

- Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco Frederico Neves;
- Juiz e doutor em Direito Alexandre Freire Pimentel, da 25ª Vara Cível da Capital;
- Juiz Honório Gomes, da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital; e
- Procurador regional da República da 5ª Região e mestre em Direito Wellington Cabral Saraiva.





“O Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados é de extrema importância, e a realização de um curso em Garanhuns mostra que a Escola prestigia o juiz de primeiro grau. A Esmape é reconhecida nacionalmente como uma das Escolas da Magistratura que mais realiza cursos no país. A interiorização é uma prova de que a Esmape investe em aperfeiçoar a magistratura como um todo, se preocupando também com aqueles que estão no interior.”

Juiz José Carlos Vasconcelos Filho
1ª Vara Criminal Privativa do Júri de Garanhuns



Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais – Turma 5



Pesqueira também sediou o curso “Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais” nos dias 11 e 12 de julho de 2008.

Um grupo expressivo de magistrados assistiu às aulas proferidas pela seguinte equipe de ministradores:

- Juiz e doutor em Direito Alexandre Freire Pimentel, da 25ª Vara Cível da Capital;
- Juiz Honório Gomes, da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital; e
- Procurador regional da República da 5ª Região e mestre em Direito Wellington Cabral Saraiva.





“Trazer cursos de aperfeiçoamento para juízes do interior representa, a meu ver, o cumprimento pela Esmape da missão de tratar de forma isonômica toda a magistratura pernambucana. Muitos de nós, por conta da distância em que nos encontramos da capital, sentimos mais dificuldades de acesso aos conhecimentos que aprimoram a função judicante. É nesse contexto que registro a importância de um encontro como este, promovido pela Escola, em Pesqueira, no qual estão sendo debatidas as hodiernas alterações processuais.”

Juiz Paulo de Tarso Duarte Menezes
Vara Única de Bodocó



9

Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais – Turma 6



Nos dias 18 e 19 de julho de 2008 foi a vez de Petrolina receber o curso “Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais”.

Um grupo expressivo de magistrados assistiu às aulas proferidas pela seguinte equipe de ministradores:

- Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco Frederico Neves;
- Juiz Honório Gomes, da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital;
- Juíza Roberta Walmsley Soares Carneiro, da 12ª Vara Federal de Pernambuco;
- Juiz Lúcio Grassi de Gouveia, da 20ª Vara da Fazenda Municipal; doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa; e professor de Direito Processual Civil da Universidade Católica de Pernambuco e da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.





“Todos os cursos realizados pela Esmape foram muito bons. Os conteúdos são muito interessantes e condizem com a nossa realidade. A interiorização é muito importante. Espero que mais cursos sejam realizados em breve em Petrolina.”

Juiz João Ricardo da Silva Neto
2ª Vara de Araripina

10

Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais – Turma 7



Em 25 e 26 de julho de 2008 Caruaru recebeu o curso “Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais”, último da caravana.

Os magistrados assistiram atentamente às aulas proferidas pela seguinte equipe de ministradores:

- Juiz Honório Gomes, da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital;
- Procurador regional da República e mestre em Direito Wellington Cabral Saraiva;
- Desembargador Ricardo de Oliveira Paes Barreto, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, professor de Direito Processual Civil da Universidade Católica de Pernambuco e da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.





“Os cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela Esmape possibilitam aos magistrados pernambucanos contato direto e rápido com as inovações legislativas e recentes posicionamentos doutrinários. Some-se a isso a interiorização do programa, que beneficia também os juízes do interior.”

Juiz Gleydson Lima
3ª Vara Criminal de Caruaru



Atualização em Direito Eleitoral

Princípios do direito eleitoral, jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, filiação partidária e outros temas relevantes da área foram debatidos neste curso, nos dias 17 e 18 de julho de 2008, no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano.

Realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral, o curso contou com a participação de membros e técnicos do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e do Tribunal Superior Eleitoral. Falaram o ministro Valter Costa Porto; o procurador-geral eleitoral Fernando Araújo; os desembargadores eleitorais Silvio Romero Beltrão, Margarida Cantarelli, Francisco Queiroz Cavalcanti, Ademar Rigueira, Carlos Moraes, João Campos e Márcio Alves; o procurador de estado Djalma Pinto; e os técnicos Cibele Figueiredo, Sídia Porto Lima e Leonice Fernandes.





“Eu creio que é extremamente positivo discutir temas que possam otimizar a prestação jurisdicional, efetivar a Justiça. São nessas oportunidades que melhoramos o relacionamento pessoal, o inter-relacionamento, tiramos dúvidas, nos capacitamos, nos conhecemos mais, conhecemos a realidade dos colegas e convergimos isso em uma sala de aula. Para mim é de extrema importância, apesar do volume de serviço, apesar das dificuldades pessoais de cada um.”

Juiz Humberto Costa Vasconcelos Júnior
Diretor do Foro do Recife



12

A Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha



A proteção definida na Lei Maria da Penha, que trata especificamente dos direitos da mulher, foi a tônica deste curso, realizado no auditório da Esmape nos dias 14 a 16 de agosto de 2008.

O ministro Nilson Naves, as professoras Marília Montenegro e Elizabeth Garcez, a psicóloga Sonia Proto, a secretária estadual da mulher Cristina Buarque, a desembargadora Shelma Lombardi de Kato e a juíza Adriana Ramos foram os palestrantes do evento.





“A atualização dos juízes irá ajudar na atividade jurisdicional, tendo a Esmape cumprido com seu objetivo, oferecendo embasamento teórico, questionamentos doutrinários e soluções práticas para o cotidiano do Judiciário.”

Juíza Ana Paula Lira Melo
2ª Vara da Infância e Juventude da Capital



“O curso foi melhor do que eu esperava, superou todas as minhas expectativas. No interior temos muitos casos que se encaixam na Lei Maria da Penha por causa da cultura que ainda é da mulher ser submissa e do homem ser dono dela. O curso foi importante para conhecer bem a legislação, que é nova. Uma excelente oportunidade de discutir as controvérsias da lei e trocar ideias com os colegas participantes.”

Juiz Artur Carvalho
1ª Vara Cível de Serra Talhada

13

Ética e Direito nas Eleições



Triunfo foi a cidade que sediou este curso, ocorrido em 28 e 29 de agosto de 2008.

As normas e práticas eleitorais foram a temática básica abordada, com a participação e o apoio da equipe técnica do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. O curso foi sugerido por vários juízes do sertão.

Foram palestrantes o desembargador eleitoral Silvio Romero Beltrão, o professor Alexandre da Maia e os técnicos do TRE Breno Russel Wanderley, Orson Santiago Lemos, Marcos José Carvalho de Andrade, Fabiano Pessoa e Cibele Figueiredo.





“Gostei de todos os temas; foram muito oportunos em razão desse momento das eleições. Eu daria nota 10.”

Juíza Fabíola Michele Muniz
Mendes Freire de Moura
Vara Única de Tabira



“O Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados, implantado na gestão do desembargador Frederico Neves, diretor da Esmape, é de suma importância, visto que propicia aos magistrados a oportunidade de se atualizarem, não apenas nas aulas que lhes são ministradas, mas também nos seminários e congressos, alguns deles de âmbito internacional. Esse programa ajuda, sobretudo, pela transferência de conhecimentos e troca de experiências, resultando na prestação jurisdicional mais célere e de melhor qualidade, o que constitui evidente benefício para os jurisdicionados.”



Desa. Alderita Ramos
Tribunal de Justiça de Pernambuco



14

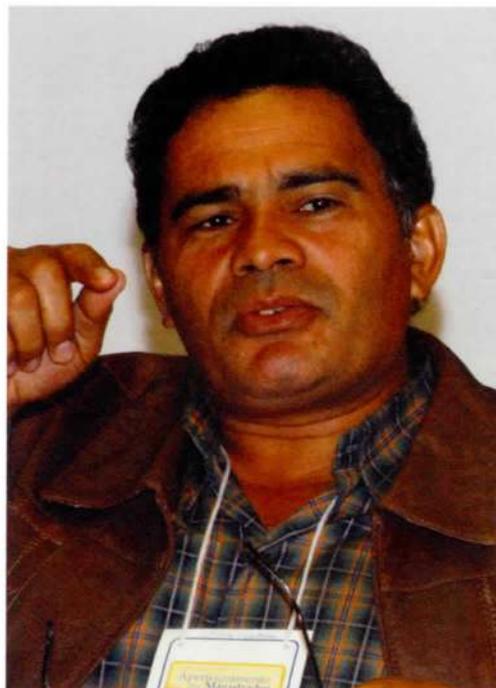
Reforma Processual Penal



As reformas introduzidas pelas leis federais 11.689, 11.690 e 11.719, todas de 2008, foram debatidas neste encontro, que teve Recife como sede, e aconteceu nos dias 19 e 26 de setembro de 2009. O curso foi sugerido pelo juiz Teodomiro Noronha Cardozo, que também colaborou na formatação do conteúdo.

O procurador da República Eugênio Pacelli de Oliveira, os promotores de justiça Albérico Guerra, Josenildo da Costa Santos e André Estefam Araújo Lima, o professor criminalista Técio Lins e Silva e a juíza federal Danielle Sousa trouxeram uma grande contribuição ao debate, proporcionando novas perspectivas sobre a recente legislação.





“O curso veio em boa hora porque as alterações nas legislações tinham acabado de acontecer. Foi importante termos uma atualização como essa porque tiramos muitas dúvidas de como proceder na prática. Escolheram palestrantes muito bons; destaque o promotor de Justiça André Estefam Araújo Lima, que deu um *show* quando falou sobre Júri. Foi nota 10.”

Juiz Draulternani Melo Pantaleão
2ª Vara de Arcoverde

15

Juros: Aspectos Econômicos e Jurídicos – Turma 1

Moeda, juros e intervenção judicial na taxa de juros constituíram a base deste curso, que contou com a parceria da Fundação Getúlio Vargas.

O curso aconteceu em Recife, no período de 30 de setembro a 3 de outubro de 2008, sendo palestrantes Ivo Waisberg, José Horácio Ribeiro, Marcos Oliveira, Tiago Cortez e o ministro Ruy Rosado.





“Todas as palestras e cursos do Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados que tive oportunidade de presenciar foram de imenso valor tanto ao desenvolvimento do meu trabalho, como magistrada, quanto ao meu crescimento como integrante da sociedade, pois os temas propostos e desenvolvidos tiveram por preocupação não apenas o conhecimento jurídico, essencial, é certo, à atividade judicante, mas também o aumento da conscientização e reflexão sobre o papel do magistrado na sociedade. Espero ter oportunidade de participar de vários outros cursos de aperfeiçoamento, essenciais a que se mantenha o bom padrão da magistratura, melhorando sempre a cada conhecimento adquirido.”

Juíza Iasmina Rocha
2ª Vara Cível de Jabotão dos Guararapes



16

Juros: Aspectos Econômicos e Jurídicos – Turma 2

De 3 a 6 de novembro de 2008 aconteceu a 2ª turma deste curso, novamente em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, que trouxe como palestrantes Ivo Waisberg, José Horácio Ribeiro, Marcos Oliveira, Tiago Cortez e o ministro Ruy Rosado.





“Hoje em dia, com a necessidade de crédito, cada vez mais as pessoas estabelecem contratos e não é raro eles serem levados ao Judiciário para que ocorra uma revisão. Por isso, é uma necessidade premente da sociedade poder contar com juízes bem informados, com firmeza na hora de decidir se o juro é abusivo ou não.”

José Horácio Ribeiro
*Professor do curso, advogado,
doutorando em Direito Civil e Comparado.*

17

Alterações Implementadas pelas Leis nº 11.690/2008, 11.689/2008 e 11.719/2008 no Processo Penal Brasileiro – Turma 2



A juíza Fernanda Moura de Carvalho foi a palestrante deste curso, que aconteceu em Caruaru, nos dias 24 e 25 de outubro de 2008, e que teve por objetivo levar aos juízes com exercício nas comarcas do interior um espaço para a discussão das alterações determinadas pelas leis recentemente editadas.





“Esse foi um dos melhores cursos do qual eu participei. A equipe de palestrantes foi muito boa e a turma foi do tamanho ideal para facilitar as discussões. O Programa de Aperfeiçoamento oferecido foi excelente. Gostaria que os cursos continuassem sendo oferecidos e interiorizados.”

Juiz José Tadeu dos Passos e Silva
2ª Vara Cível de Caruaru

18

Alterações Implementadas pelas Leis nº 11.690/2008, 11.689/2008 e 11.719/2008 no Processo Penal Brasileiro – Turma 3



Novamente, desta vez em Triunfo, um novo grupo de juízes teve a oportunidade de partilhar entendimentos e dúvidas sobre a legislação objeto deste curso, que aconteceu nos dias 7 e 8 de novembro de

2008, sob a orientação da juíza Fernanda Moura de Carvalho.





“O Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados foi uma idéia genial. Eu já participei de 11 cursos e todos tiveram uma significância muito grande devido à troca de ideias entre os colegas magistrados e também dos professores de outros estados. Verificamos que o Direito é um aprendizado diário. Ninguém pode se tornar um profissional sem se aperfeiçoar. Creio que esses cursos devem continuar acontecendo de agora em diante pela Escola não só para os magistrados, mas entendo que servidores também merecem um aperfeiçoamento.”

Juíza Eliane Carvalho
1ª Vara de Executivos Fiscais Municipais da Capital

19

Processo Civil: Execução de Título Executivo Extrajudicial

A tutela executiva, seus fundamentos e suas práticas judiciais foram a premissa que norteou este curso, ocorrido nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2008, no auditório da Esmape.

Foram palestrantes o professor Fredie Didier Júnior, o procurador de estado Leonardo Carneiro da Cunha e o juiz do trabalho Sérgio Torres Teixeira.





“Os temas foram pontualmente escolhidos por suas relevâncias jurídicas e reflexos diretos nos julgamentos controvertidos. Tive a satisfação de participar de sete cursos e um congresso, todos ministrados por palestrantes do mais elevado nível, o que proporcionou o aprofundamento do aprendizado e utilização imediata dos ensinamentos nas sentenças proferidas. Agradeço e parabenizo a Esmape pela excelência do trabalho realizado neste biênio.”

Juiz Frederico de Moraes Tompson
2ª Vara Cível de Vitória de Santo Antão



20

Direito da Infância e Juventude: Procedimentos

O desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, que participou da elaboração do anteprojeto da Lei Nacional de Adoção, foi o orientador deste curso, que tratou do acesso à Justiça, das famílias natural e substituta, do ato infracional, da proteção judicial aos interesses individuais, difusos e coletivos, e dos recursos, todos os temas voltados para a infância e juventude.

O curso aconteceu em Recife, nos dias 21 e 22 de novembro de 2008.





“Gostei muito do curso sobre infância porque no dia a dia não tenho tempo de me atualizar. O curso trouxe muitas idéias e esclareceu várias dúvidas. Adoro a matéria e fazer cursos na área para mim é sempre um prazer.”

Juiza Christiana Brito Caribé da Costa Pinto
2ª Vara da Infância e Juventude de Bezerros

Biblioteca da
ESMAPE



21

Direito de Família na Constituição, no Código Civil e no Direito Internacional

O curso realizou-se nos dias 28 e 29 de novembro de 2008, sob a orientação do promotor de Justiça Cristiano Chaves, e tratou do tema Direito de família e suas interligações com os Direitos constitucional e civil e com as convenções, tratados e declarações internacionais.





“O orientador foi excelente. A escolha foi muito boa, pois ele é bastante preparado e bem atualizado com as reformas.”

Juíza Maria Magdala Sette de Barros
Vara única de Tacaimbó

22

Direito do Consumidor: Questões Controvertidas

As relações de consumo, a proteção contratual do consumidor e a responsabilidade civil foram alguns dos temas abordados pelo professor Adalberto de Souza Pasqualloto neste curso, que aconteceu nos dias 28 e 29 de novembro de 2008, no auditório da Escola.





“Os cursos são muito bem montados e estruturados, sempre com temas atualizados e com profissionais que estão por dentro do que está acontecendo na área. Acho também importante o incentivo para que os juízes se atualizem muitas vezes não só na sua área de atuação predominante, mas também em outras áreas do Direito como um todo, nas quais, embora não estejam atuando no momento, possam vir a atuar no futuro.”

Juíza Helena Madi
Juizado Especial Cível de Caruaru

23

Hermenêutica Jurídica – Horizontes para uma Interpretação Não Essencialista do Direito

Neste curso foram tratados temas como ordenamento jurídico, linguagem, conceito de norma jurídica e dogmática jurídica, bem como discussão de casos hermenêuticos paradigmáticos.

Os dias foram 28 de novembro e 5, 12 e 19 de dezembro de 2008, tendo sido palestrantes os professores João Maurício Adeodato e Alexandre da Maia.





“Um curso como esse ajuda a entender com mais clareza o porquê das funções do Judiciário terem se materializado da forma como são. Também fizemos uma abordagem histórica e política do papel do juiz.”

Alexandre da Maia
Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



“O curso foi maravilhoso!”

Juiz Eduardo Costa
3ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes

“Foi excelente. Sou suspeito para falar porque gosto muito do tema, mas acho que esse tipo de assunto e outras disciplinas não dogmáticas deviam ser fornecidos com frequência maior.”

Juiz Breno Duarte
1ª Vara Cível de Vitória de Santo Antão

24

Direito Administrativo e Tributário Voltado para Varas de Fazenda Pública



Nos dias 12 e 13 de dezembro de 2008, os juízes tiveram a oportunidade de estudar sobre conceitos técnico-jurídicos específicos da atuação nas varas de fazenda pública. O curso foi sugerido pelas juízas Ana Carolina Fernandes Paiva e Cíntia Daniela Albuquerque de Carvalho, que também ajudaram na formatação do conteúdo.

Foram palestrantes os procuradores de estado João Armando Costa Menezes e Flávio Germano de Sena Teixeira, o juiz Marcos de Lima Porta e o procurador municipal Antonio Guerra Cintra Júnior.





“Conversamos a respeito de Imposto Sobre Serviços (ISS) e o que chamou mais atenção foi a tributação das atividades agregadas de comunicação, sobre a qual há muitas discussões dos pontos de vista jurídico e jurisprudencial.”

Antônio Guerra Cintra Júnior
*Professor do curso e procurador judicial
do município do Recife*

25

Novos Desafios para o Poder Judicial

Com um grupo de palestrantes brasileiros e portugueses, este curso, ocorrido no período de 16 a 19 de fevereiro de 2009, abordou temas que afetam diretamente a ação do Judiciário, tais como: a ética e a função de julgar, a responsabilidade do Estado por ato judiciário e o controle do Poder Judiciário.

Foram palestrantes os professores André Vicente Pires Rosa, Dayse de Vasconcelos Mayer, Francisco Queiroz Cavalcanti, João Maurício Adeodato, João Armando Costa e Menezes, Sérgio Torres Teixeira, Eduardo Vera Cruz, Maria José Rangel Mesquita, Antonio Nunes Ferreira Girão, Carlos Blanco de Moraes, Tereza Arruda Alvim Wambier, Paula Costa e Silva e Marcelo Neves.





“O congresso foi realizado no período de carnaval, mas mesmo assim não tivemos surpresa quanto ao público. O raciocínio do diretor da Esmape foi perfeito: a inscrição para o congresso deveria refletir a alta qualidade dos participantes e o interesse do público-alvo em eventos desse porte. Tanto é assim que não existiu um número de presentes discrepante das inscrições realizadas. Também não ocorreu o natural esvaziamento do auditório na segunda parte dos trabalhos. Ao contrário, o interesse do seletivo público pode ser avaliado a partir dos indicadores assiduidade, cumprimento dos horários estabelecidos na programação e participação ativa nos debates, algo inédito em eventos dessa natureza. A conclusão óbvia é que para o tipo de clientela esperada o período de carnaval foi irrelevante”

Dayse Mayer
Coordenadora de Projetos Especiais da Esmape



26

Aspectos Processuais, Psicológicos e Transdisciplinares do Direito de Família

Nos dias 24 e 25 de abril de 2009, os magistrados estiveram novamente reunidos para falar sobre Direito de Família, desta vez abordando seus aspectos processuais, psicológicos e transdisciplinares.

Atuaram como expositores o desembargador Frederico Neves, as professoras Maria Rita de Holanda Silva Oliveira e Inalda Maria Dubeux Oliveira e o professor José Expedito Braga Lima Júnior.





“O curso abordou matéria muito nova e ainda trouxe a ideia de a gente poder aplicar a lei atual a casos recentes que ainda não têm legislação própria.”

Juíza Fábia Amaral
Juizado Criminal de Olinda

“Classificaria como muito proveitoso por causa do ineditismo dos assuntos debatidos.”

Juíza Marília Falcone
Vara única da Comarca de Itambé



27

Judiciário e Imprensa



Este curso trouxe um diferencial para o Programa de Aperfeiçoamento. Foi um curso elaborado com o objetivo de possibilitar uma interação maior do Judiciário com a mídia. Sua execução ocorreu nos dias 29 e 30 de maio de 2009. O curso foi sugerido pelo juiz Paulo Torres Pereira da Silva.

A Esmape, em conjunto com a Oficina da Palavra, foi responsável pela formatação do curso, que contou com a participação dos jornalistas Gustavo Ferreira Santos, Rosa Miranda, Conceição Cavalcanti, Ivanildo Sampaio, Jô Mazarollo, Graça Ramos, Sérgio Amaral e Silvana Ribeiro.





“Agora eu, que era absolutamente ignorante nesse aspecto, conheci um pouco como funciona a imprensa. O desconhecido sempre assusta.”

Juiz Luiz Mário Moutinho
1ª Vara Cível da Capital



28

Juizados Especiais Cíveis: Questões Controvertidas



Mediação, conciliação e arbitragem, questões processuais controvertidas e a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil foram os temas discutidos neste curso, que ocorreu nos dias 5 e 6 de junho de 2009.

Dentro da temática estabelecida, atuaram como palestrantes os juízes Roberto Portugal Bacelar e Ricardo Cunha Chimenti e o procurador de estado Leonardo Carneiro da Cunha.





“A diversidade dos temas disponibilizados nos cursos de aperfeiçoamento foi de suma relevância, pois permitiu aos magistrados transitarem por diversos ramos do Direito, inclusive aqueles que não fazem parte de sua área de atuação.

Outro fator de destaque foi a diversificação no formato da avaliação, que além do *paper* passou a disponibilizar, dentre outras, a prolação de sentença em relação ao tema cursado, aproximando-se assim do dia a dia dos juízes e conduzindo a uma participação mais efetiva dos magistrados.”

Juíza Valéria Máximo
2º Juizado Especial Cível - Olinda



29

Juros: Aspectos Econômicos e Jurídicos – Turma 3



Este curso foi oferecido mais uma vez, repetindo parceria com a Fundação Getúlio Vargas, nos dias 5 e 6 de junho de 2009. O curso foi sugerido pela Amepe.

Tiago Cortez, Marcos Cavalcante de Oliveira e José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro foram os palestrantes na ocasião.





“As escolas têm se posicionado atualmente no sentido de realizar trabalhos em conjunto. Então, quando assumi o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria do Estado em agosto de 2008, contatei um representante da Esmape para que pudesse realizar o trabalho em conjunto, unindo esforços, dividindo tarefas. Vários cursos promovidos pela Esmape contaram com a participação dos procuradores e, da mesma forma, cursos realizados pela procuradoria também foram divulgados junto à magistratura e isso trouxe muitos resultados profícuos. Alguns deles foram o de juros e o Congresso Luso-Brasileiro. Inclusive, um convênio foi firmado entre a Esmape e a Procuradoria para que os procuradores tivessem desconto nos cursos de especialização.”

Ana Karina Pereira dos Santos Soares

Procuradora Chefe do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco



30

Alterações Legislativas no Processo Penal: Aspectos Atuais e Polêmicos



As Leis Federais nº 11.690 e 11.719, ambas de 2008, e o projeto de lei que trata do novo Código de Processo Penal foram os temas deste curso, que apresentou como professores Marcelo Lessa Bastos, promotor de Justiça, e Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar, juiz federal.

O curso aconteceu no auditório da Esmape, nos dias 14 e 15 de agosto de 2009, e foi sugerido pelo juiz Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim, que também ajudou na formatação do conteúdo.





“A gestão do desembargador Frederico Neves, frente à Esmape, sob supervisão da juíza Mariana Vargas, sem demérito de outras que por lá passaram, a meu sentir, sem dúvida alguma, foi a que melhor houve. Apreciei especialmente a quantidade, a qualidade e a diversificação dos cursos de aperfeiçoamento de juízes, devidamente interiorizados, além dos eventos científicos. Isso tudo trouxe a Escola mais próxima de

sua verdadeira vocação: a formação continuada do magistrado. Parabéns a todos que compuseram a gestão que se finda, pelo excelente e paradigmático trabalho desenvolvido.”

Juiz Pierre Souto Maior Coutinho de Amorim
2ª Vara Criminal de Caruaru

“As discussões foram muito importantes para o trabalho do dia a dia. Discutimos novas ideias com gente de fora e com vários colegas.”

Juíza Dulceana Maciel
Vara Única de Gameleira

“Existem alterações benéficas e outras não. Especialmente aquelas que dão prestígio a um sistema inquisitório, ou seja, a um sistema que não divide bem as funções do juiz de julgar e as demais partes da decisão processual de defender e acusar.”

Juiz Federal Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar
Professor do curso e mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia



31

Impactos Econômicos e Sociais das Decisões Judiciais

Apresentar o estudo das decisões judiciais e seus impactos inseridos na sociologia da decisão foi a base teórico-expositiva deste curso, que aconteceu nos dias 20 e 21 de agosto de 2009, no auditório da Esmape. O tema foi debatido pelo professor Artur Stamford e por Rogério Gesta Leal, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.





“Destaco a qualidade dos cursos do Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados, que só contribuem para a carreira do juiz. Esse curso em especial alertou os magistrados dos impactos que suas decisões podem trazer tanto na área econômica quanto na social.”

Juíza Ana Luiza Wanderley de Mesquita Saraiva
*Câmara
2ª Vara de Família e Registro Civil de Olinda*

“Foi muito válido. Além de cumprir os requisitos de aperfeiçoamento do magistrado, sempre nos proporciona um momento de contato e de intercâmbio cultural. Um aprimoramento tanto com a doutrina quanto com a jurisprudência mais vigente no país.”

Juiz Eudes França
22ª Vara Cível de Recife

32

Obrigações e Contratos numa Perspectiva Civil Constitucional

Um estudo que abordou os temas contratos e o estabelecimento da relação entre o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor marcou este curso, realizado nos dias 22 e 24 de agosto de 2009.

Participaram como expositores o desembargador federal Mairan Gonçalves Maia Júnior e os professores Paulo Nader, José Fernando Simão e Marcos Ehrhardt Júnior.





“Como professor da Esmape há alguns anos, pude perceber o grande salto de qualidade promovido com a implantação do Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados. Trata-se de iniciativa que resgata o espírito da Escola, na medida em que fomenta o debate, a troca de experiências entre os operadores do Direito e, principalmente, o aprofundamento da análise das dificuldades e desafios da sociedade contemporânea. Devo aqui registrar que durante os cursos em que tive a honra de participar, pude testemunhar a dedicação e zelo de todos os que fazem a Esmape: desde os funcionários responsáveis pela preparação da sala de aula e do controle de frequência, até a direção da Escola; todos comprometidos em propiciar as melhores condições possíveis para o desenvolvimento das atividades.

Especificamente no curso dedicado ao Direito Civil obrigacional, tivemos a chance de colocar em evidência aspectos relativos à proteção contratual do consumidor e à tensão entre a justiça contratual e a segurança jurídica, a partir da construção de um diálogo entre a Constituição, o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor. Em vários momentos, os encontros na Escola se tornaram oportunidades de reflexão. O conteúdo teórico era apenas o ponto de partida para a construção de um conhecimento que tinha como premissas aspectos transdisciplinares e a função social das decisões judiciais. Debates sobre as dificuldades do cotidiano, instigamos a cooperação entre colegas que, por força das atribuições diárias, têm pouco tempo para se encontrar e discutir problemas comuns. Foi enriquecedor ver juízes com mais experiência expondo seus pontos de vista e conversando com aqueles que apenas iniciam a vida judicante. Sou um entusiasta do Programa e desejo que essa iniciativa vitoriosa possa continuar se desenvolvendo e servindo de exemplo para outros estados da Federação.”

Marcos Ehrhardt Júnior

Professor da Esmape, advogado, mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e doutorando pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



33

Teoria Geral dos Precedentes Judiciais: a Jurisprudência como Fonte Formal do Direito

O professor José Expedito Braga Lima Júnior abordou os temas: o papel dito “moderno” da jurisprudência; a atuação pós-moderna da jurisprudência: o manejo de técnicas para a racionalização e a humanização da jurisdição; e a aproximação brasileira ao *common law*: a indução e a vinculação dos precedentes.

O curso ocorreu em Recife nos dias 11 e 12 de setembro de 2009.





“O que gostei no curso Teoria Geral dos Precedentes Judiciais foi que ele aliou o ensino dos mais modernos aspectos teóricos dos precedentes jurisprudenciais a elementos extremamente úteis à prática diária da judicatura. Uma perfeita combinação entre a atualização teórica e as necessidades profissionais do cotidiano. Aliás, essa vem sendo uma salutar marca dos cursos promovidos pela Esmape.”

Juiz Eduardo Guilliod Maranhão
Assessor especial da presidência do TJPE

34

Infância e Juventude: Prevenção à Institucionalização Prolongada, Reinserção Familiar e Colocação em Família Substituta



O curso, que aconteceu nos dias 18 e 19 de setembro de 2009, abordou temas jurídicos e técnicos, cuja utilização se faz necessária no dia a dia do magistrado que atua na área da infância e juventude. O curso foi sugerido pelo juiz Humberto Costa Vasconcelos Júnior, que também ajudou na formatação do conteúdo.

Foram palestrantes o desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, o juiz Humberto Costa Vasconcelos Júnior, a promotora Laise Tarcila Queiroz, a psicóloga Maria Tereza Vieira de Figueiredo e a técnica Marta Agra.





“Vi que são muitas inovações. Precisamos realmente estudar as modificações e mudar a consciência das pessoas que integram a Infância para realmente valorizar e priorizar a criança institucionalizada.”

Juíza Dilza Lundgren
3ª Vara da Infância e Juventude da Capital



“A Esmape faz parte da vida dos operadores do Direito do nosso estado, sendo reconhecida nacionalmente pelos rumos que vem adotando na oferta das diversas atividades que promove, permitindo a todos a obtenção de conhecimentos específicos e especializados, a nível interno e internacional. A Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (ESMP-PE) nela encontra um parceiro essencial, cabendo-nos também destacar o

devotamento e a competência da sua diretoria, pessoas que merecem os nossos aplausos pelos destaques concretizados.”

Procuradora Zulene Santana de Lima Norberto
Diretora da ESMP-PE

Esmape-Biblioteca
MI20100305
29/06/2010
04662
Emoréstimo

35

Hermenêutica Jurídica – Horizontes para uma Interpretação Não Essencialista do Direito



Trazendo um palestrante de renome internacional, o professor Friedrich Müller, da Alemanha, o curso foi oferecido nos dias 21 e 22 de setembro de 2009, e apresentou temas como: linguagem, norma jurídica, hermenêutica e o novo paradigma da teoria e da metódica do

Direito. Palestraram também os professores João Maurício Adeodato e Torquato da Silva Castro Júnior. O curso foi sugerido pelo juiz Andrian de Lucena Galindo.





“Eu achei o curso excelente. Todos os professores, o Torquato, o Adeodato e o Müller, a organização e, principalmente, o conteúdo das palestras foram ótimos.”

Juiz Iure Pedrosa
*Juizado Especial de Petrolina e
Vara Única de Afrânio*

“Acho que deveriam existir mais cursos na área da filosofia. É importante essa visão da Esmape que não quer discutir somente alterações legais.”

Juiz Rafael Lemos
Vara Única de Ipubi

36

Cumprimento de Sentença

Uma discussão sobre a execução da sentença e suas implicações no processo marcou este curso que a Esmape realizou nos dias 24 e 25 de setembro de 2009. Debateram os temas o ministro do STJ Massami Uyeda, o desembargador federal Francisco Barros Dias, o promotor de Justiça Sérgio Seiji Shimura e o professor e desembargador aposentado Araken de Assis.





“Achei muito proveitosa a palestra do professor Araken de Assis. Foi bem satisfatória em relação às dúvidas sobre cumprimento de sentença.”

Juíza Michelle Miranda
Juizado Especial Cível de Candeias



“Muito produtivo. As palestras serviram para enriquecer o desempenho da nossa atividade judicante. O curso solucionou dúvidas que tínhamos e trouxe as interpretações dos tribunais.”

Juiz Arnóbio Amorim
3ª Vara Cível do Cabo de Santo Agostinho

37

Serviços Públicos Essenciais: Direitos Fundamentais Sociais à Luz da Aplicabilidade da Constituição Federal e do Código de Defesa do Consumidor

Numa parceria inédita com a Adecon-PE, a Esmape ofereceu aos magistrados um curso voltado para a defesa dos direitos do consumidor, nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 2009, no auditório da Faculdade Aeso, em Olinda.

O curso contou com os seguintes facilitadores: Cláudia Marques, Misael Montenegro Filho, José Augusto Delgado, Antonio Herman Benjamin, Jayme Asfora Filho, Larissa Leal, Terezinha Nunes, Cláudio Candiota Filho, Rodrigo Toscano, Walter Faiad de Moura, Duciran Farena, Estela Guerrini, Ricardo Morishita Wada, Roberto Castellano Pfeiffer, Adalberto Pasqualotto, Marilena Lazzarini, Rosângela Cavallazzi, Luiz Mário Moutinho, René Patriota, Vinicius Calado, Welyton Gomes, Liana Cirne Lins, Mariana Figueiredo, Silvia Vignola, Vidal Serrano Júnior, Maviasel de Souza e Silva, Ronaldo Macedo Júnior, Nely Queiroz e Cristiana Santos.





“Com aplicabilidade e efetividade, o conhecimento aprendido durante o curso tem sido de curial importância ao exercício da função judicante. O Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados não só é fundamental, mas essencial para o exercício diário da função jurisdicional.”

Juiz Marcos Garcez
Vara Única de Ibimirim

38

As Garantias Constitucionais e as Ações de Natureza Tributária



Discutir a interação entre garantias da Constituição federal e as regras do Direito tributário foi o objetivo deste curso, realizado nos dias 23 e 24 de outubro de 2009, na Esmape. O curso foi sugerido pelo juiz José Viana Ulisses Filho, que colaborou na formatação do conteúdo.

Participaram como palestrantes os juízes federais Hélio Ourem e Francisco Alves Júnior, o procurador de estado Leonardo Carneiro da Cunha e os advogados e professores Cleide Previtalli Cais e James Marins.





“Parabenizo a administração da Esmape que ora se finda, na pessoa do seu diretor, desembargador Frederico Neves, e da supervisora, juíza Mariana Vargas, bem como dos demais membros que integram o corpo técnico da referida escola, notadamente no que se refere aos cursos de preparação à magistratura e demais carreiras jurídicas e aperfeiçoamento de magistrados, pela organização dos cursos, profissionalismo e competência na estruturação da grade curricular. Hoje a nossa escola se situa dentre as que têm um melhor desempenho perante as instituições similares do nosso país, esperando que a próxima administração mantenha o nível e prime ainda mais pelo seu aperfeiçoamento. Meus sinceros parabéns.”

Juiz Viana Ulisses
7ª Vara da Fazenda Pública



39

A Nova Lei do Mandado de Segurança



A lei recentemente editada foi abordada exaustivamente por especialistas na matéria: desembargador federal Francisco Queiroz Cavalcanti e os juízes federais Francisco Antônio de Barros e Silva Neto e Frederico Augusto Leopoldino Koehler.

O evento aconteceu nos dias 6 e 7 de novembro de 2009, na sede da Esmape.





“Os cursos de aperfeiçoamento foram muito importantes. Durante a gestão se propiciou o contato direto dos juízes com grandes processualistas e com os colegas magistrados. O formato de curso presencial fez com que o juiz do interior se sentisse prestigiado. O curso sobre mandado de segurança foi muito oportuno, já que foi realizado no nascedouro da nova legislação. A gestão atual da Esmape fecha com chave de ouro.”

Juiz Nehemias de Moura Tenório
2ª Vara de Pesqueira

40

Situações Práticas da Atividade Judicante – Turma 1



Possibilitar uma atualização nos procedimentos rotineiros no exercício da judicatura foi o objetivo deste curso, que abordou questões como o sistema Judwin, no qual são registrados todos os atos do processo; mediação, conciliação e arbitragem; e serviço notarial e registral e sua correição.

Explanaram sobre os temas o desembargador Leopoldo Raposo, os juízes Ruy Patu Júnior e Fábio Eugênio Lima, o tabelião Roberto Lúcio Pereira, a psicóloga Vânia Loureiro e os bacharéis Márcio Alessandro Rocha e Marcus Aurelius Melo. O evento aconteceu em Triunfo (PE), nos dias 13 e 14 de novembro de 2009.





“Achei ótimo. Destaco os temas abordados e o domínio dos palestrantes sobre eles.”

Juíza Luciana Carvalho
Vara Única de Triunfo



“De 0 a 10 eu daria nota 11 para a Esmape.”

Juiz Iuri Pedroza
Juizado Especial de Petrolina e Vara Única de Afrânio

“Foi uma oportunidade ímpar de tomar conhecimento das inovações no sistema Judwin.”

Juiz Tomás de Aquino
2ª Vara de Gravatá

“Achei válido porque possibilitou uma abertura maior dos juízes no entendimento desse dispositivo que a gente tem, e pouco utiliza, de conciliação.”

Juíza Sílvia Amorim
Vara da Infância e Juventude de Caruaru



41

Gestão de Pessoas – Turma 2

Expandir os conhecimentos de natureza administrativa, focando na gestão de pessoas, foi a premissa deste curso. Neste sentido, foram estudados temas como ação gerencial, desenvolvimento de equipes, negociação de conflitos e gerenciamento por acordos.

O curso aconteceu nos dias 14 e 16 de novembro de 2009, em Recife, tendo sido conduzido por Tereza Dubeux e Fátima Brainer, profissionais da equipe do Instituto de Gestão - INTG.





“Foi excelente até mesmo porque propicia um aprimoramento nesse papel de gestão que é tão importante nas unidades judiciárias. Cada uma delas precisa ter o seu gestor para coordenar os trabalhos da equipe.”

Juiz Hauler Fonseca
Vara Única de Exu



“Eu gostei muito do curso. Eu já tinha sugerido turmas mistas várias vezes. Em outro momento tivemos um curso sobre gestão e eu sugeri que os servidores também participassem.”

Juíza Carla Vasconcellos
5ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes

42

Media Training - Turma 1

As melhores práticas em comunicação, no relacionamento com a sociedade e a imprensa, foram discutidas neste curso, que se realizou nos dias 20 e 21 de novembro de 2009. No primeiro dia, a agência de comunicação Oficina da Palavra demonstrou, por meio de conceitos teóricos e práticos, quais as melhores formas de comunicação. Já no segundo dia, foram ouvidas as Assessorias de Comunicação Social da Corregedoria Geral da Justiça e do Tribunal de Justiça, que salientaram seu papel como facilitadores da comunicação no Judiciário, tanto interna como externamente. Foi uma oportunidade para magistrados pernambucanos analisarem o tema da comunicação do Judiciário.





“O curso foi muito bom.
Sou um entusiasmado
com assuntos
interdisciplinares.”

Juiz Jorge Américo
*Assessor Especial da Presidência do Tribunal
de Justiça de Pernambuco*



“O que eu sabia até hoje foi pela repetição
das várias vezes que precisei falar com a
imprensa. A base teórica apresentada vai me
ajudar muito na hora da prática.”

Juiz Ailton Souza
2º Juizado Especial Criminal - Juizado do Torcedor



43

Situações Práticas da Atividade Judicante – Turma 2



O curso apresentou à magistratura estadual uma atualização nos procedimentos que são rotinas no exercício da sua atividade, tratando de temas que se repetem diariamente, tais como: o sistema Judwin; práticas de mediação, conciliação e arbitragem; e serviço notarial e registral e sua correição.

Explanaram sobre os temas o juiz Ruy Patu Júnior, o registrador Roberto Lúcio Pereira, o tabelião Ivanildo Figueiredo, a psicóloga Vânia Loureiro e os bacharéis Márcio Alessandro Rocha e Marcus Aurelius Melo. O evento aconteceu na cidade de Caruaru, no agreste pernambucano, nos dias 27 e 28 de novembro de 2009.





“Essa atividade sempre foi muito ligada ao Poder Judiciário. Os projetos dos Fóruns antigos tinham espaço previsto para cartórios, mas eles não têm personalidade jurídica.”

Roberto Lúcio de Souza Pereira
*Professor do curso e oficial de registro do
2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital*



“A Direção da Esmape está de parabéns. Cursos como este incentivam o magistrado a estudar sempre, o que otimiza a prestação da tutela jurisdicional.”

Juíza Wilka Pinto Vilela
Vara Única de Glória do Goitá

44

Execução das Decisões Proferidas nas Varas de Família



Uma nova modelagem foi definida para este curso, ocorrido em Recife nos dias 4 e 5 de dezembro de 2009. Os temas foram abordados em painéis multidisciplinares, que contaram com a presença de professores especialistas na matéria, juízes com atuação na área e técnicos do Tribunal de Justiça, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão mais prática sobre o assunto. O curso foi sugerido pelo juiz Carlos Magno Cysneiros Sampaio, que colaborou na formatação do conteúdo.

Atuaram nos painéis os professores Marcos Ehrhardt Júnior e José Expedito Braga Lima Júnior, a professora Sonia Proto, os juízes Carlos Magno Cysneiros Sampaio, Paula Maria Malta Teixeira do Rêgo, Valéria Rúbia Silva Duarte e Andréa Epaminondas Tenório de Brito e as promotoras Mônica Erlene Souza Leão Azevedo Lima, Ana Maria Sampaio Barros de Carvalho e Norma da Mota Sales Lima. Como técnicos especialistas no Tribunal de Justiça, compareceram as psicólogas Luciana Jungmann de Castro, Carmésia Virgínia M. e Silva e Sandra Mônica Rocha, as assistentes sociais Ednalda Barbosa e Milena Raiter Costa, os oficiais de justiça Artur Queiroz Nunes Paes, Leonardo Figueiredo e Maria Elisabete Fonseca Sampaio.





“Eu avalio o Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados como muito positivo e acho que a Esmape, nos últimos dois anos, esteve voltada para sua função primordial, que é o aperfeiçoamento de magistrados.

Os temas abordados nos cursos ajudam sem dúvida nenhuma no dia a dia do magistrado. Até porque tenho o conhecimento de que a direção da Esmape se comportou de um modo extremamente democrático colhendo sugestões, colhendo

os problemas do magistrado e, a partir desses problemas, projetando, programando e realizando os cursos.”



Juiz Carlos Magno Sampaio
9ª Vara de Família da Capital



“Achei que foi uma oportunidade muito importante para quem trabalha com Direito de família, porque juntou profissionais que trabalham com o mesmo objetivo, que é a consolidação da família e identificação dos problemas que vêm de uma desagregação familiar. Foi um passo positivo e espero por outros eventos com o mesmo formato.”

Juíza Valéria Rúbia
10ª Vara de Família da Capital



45

Gestão de Pessoas – Turma 3



O INTG - Instituto de Gestão foi, novamente, a entidade responsável pela aplicação deste curso, em mais uma turma. Gestão de pessoas foi tratado de forma a abordar o trabalho em equipe e suas implicações e o pensamento da ação estratégica como peça fundamental para um bom desempenho. Sugerido pelo juiz Iure Pedroza Menezes, o curso foi ministrado em Recife, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2009.

Estiveram à frente, conduzindo os debates, Tereza Dubeux e Fátima Brainer.



Crédito: Rafael Benevides





“O curso foi ótimo. Além de ser juiz, nós temos que saber administrar uma vara e esse curso deu uma noção muito boa do que é ser um administrador.

A ideia de a turma ser mista de servidores e juízes foi excelente, porque foi uma oportunidade de a gente ouvir o que os servidores acham. Proporciona mais aproximação e derruba um pouco aquela idéia de autoridade que cerca o juiz. É uma oportunidade de dar e receber um *feedback*.”



Juíza Anna Paula Borges Coutinho
Vara Única de Orocó



“Gostei muito do curso. Os conceitos aprendidos ajudam realmente a gerir uma unidade jurisdicional. Ressalto a participação dos servidores. Foi muito bom, porque proporcionou uma troca de ideias sobre diversos aspectos que não temos tempo de debater no dia a dia, como, por exemplo, o funcionamento dos cartórios. Senti uma maior liberdade dos servidores.”

Juiz Francisco Josafá Moreira
2ª Vara Cível de Petrolina



“O curso foi ótimo. Além de ser juiz, nós temos que saber administrar uma vara e esse curso deu uma noção muito boa do que é ser um administrador.

A ideia de a turma ser mista de servidores e juízes foi excelente, porque foi uma oportunidade de a gente ouvir o que os servidores acham. Proporciona mais aproximação e derruba um pouco aquela idéia de autoridade que cerca o juiz. É uma oportunidade de dar e receber um *feedback*.”



Juíza Anna Paula Borges Coutinho
Vara Única de Orocó



“Gostei muito do curso. Os conceitos aprendidos ajudam realmente a gerir uma unidade jurisdicional. Ressalto a participação dos servidores. Foi muito bom, porque proporcionou uma troca de ideias sobre diversos aspectos que não temos tempo de debater no dia a dia, como, por exemplo, o funcionamento dos cartórios. Senti uma maior liberdade dos servidores.”

Juiz Francisco Josafá Moreira
2ª Vara Cível de Petrolina

46

Gestão de Pessoas – Turma 4



Gerir pessoas é uma atividade complexa, que exige uma ação estratégica específica. Por esse motivo, foi oferecida mais uma turma deste curso, agora na cidade de Petrolina, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2009, ainda com a colaboração do INTG, através de Tereza Dubeux e Fátima Brainer.





“Eu achei o curso muito interessante porque o juiz não tem cultura de gerir. Somos muito voltados para o processo. Por isso esse tipo de conhecimento é tão importante. Eu já tinha uma certa vivência na área, mas é sempre bom conhecer novos conceitos e técnicas. Essas noções servem não só para o aprimoramento do profissional, mas também do magistrado como pessoa. A reunião de servidores e magistrados em uma mesma turma faz com que a barreira que existe entre nós seja diminuída. É importante transpor esse muro e acho esse um bom método: possibilitou a troca de idéias e a aproximação.”



Juiz José Arnaldo Vasconcelos da Silva
1ª Vara de Família e Registro Civil de Caruarú



47

Media Training – Turma 2

A demanda criada na primeira turma deste curso gerou a necessidade de mais uma turma, possibilitando que um maior número de magistrados tivesse acesso aos temas propostos. Novamente, além da Oficina da Palavra, apresentaram-se os representantes das Assessorias de Comunicação Social da Corregedoria Geral da Justiça e do Tribunal de Justiça. O curso foi realizado nos dias 11 e 12 de dezembro de 2009.





“O envolvimento dos magistrados no *Media Training* demonstrou a preocupação dos atores do Judiciário pernambucano no relacionamento com a imprensa. Com as dinâmicas, os participantes entenderam que com a imprensa não vale o improviso. É preciso se preparar.

Capacitados para falar com a imprensa, os juízes tornam-se fontes de informações relevantes para a sociedade.”

Silvana Ribeiro
Jornalista e diretora da *Oficina da Palavra*

48

Gestão de Pessoas – Turma 1

Visando atender ao maior número possível de juízes com exercício no interior, foi oferecida mais uma turma fora da capital. Caruaru foi o município escolhido e, nos dias 14, 15, 21 e 22 de dezembro de 2009, Tereza Dubeux e Fátima Brainer, do INTG, apresentaram, mais uma vez, a temática sobre gestão de pessoas, envolvendo estratégia, equipes e resolução de conflitos.





“Como sempre, os cursos da Esmape são muito bons. Especificamente o de gestão foi muito importante porque o magistrado não costuma ter muita habilidade em gestão, e o curso tem nos fornecido muitas questões importantes e que vão facilitar de certa forma essa difícil tarefa de gerir. Eu achei boa a ideia de unir magistrados e servidores porque não só os magistrados como os servidores estão no mesmo contexto e têm o mesmo objetivo, que é o de proporcionar o melhor serviço à população.”



Juiz André Oliveira da Silva Guimarães
8ª Vara Cível da Capital

“O curso foi muito proveitoso e acho que foi uma ótima providência da Esmape fazer esse curso sobre gestão de pessoas. Por não ser de caráter jurídico, acabamos relegando a gestão para segundo plano, preocupados com os processos. Eu achei interessante essa ideia de misturar magistrados e servidores porque nós trabalhamos juntos no dia a dia e no curso não poderia ser diferente.”



Juiz Márcio Fernando de Aguiar Silva
4ª Vara de Sucessões da Capital

49

O Direito na Sociedade de Risco

No período de 18 a 21 de janeiro de 2010, Recife recebeu professores de renome internacional para discutir temas que abrangeram desde o Direito constitucional, passando pelo Direito do consumidor, até a prática processual civil.

Foram destaque no curso os professores portugueses Paulo Saragoça da Mata e José de Oliveira Ascensão. Professores brasileiros ofereceram brilhante contribuição ao debate: Cristiano Chaves, Marcos Ehrhardt Júnior, Hélio Ourem, Leonardo Craneiro da Cunha, Cassio Scarpinella Bueno e Manoel Gonçalves Ferreira Filho. Destacou-se também a participação do professor Andreas Krell.





“O congresso tem se mostrado, como toda a iniciativa da Esmape, algo muito dinâmico, prático e que nos faz efetivamente estar à procura daquilo que a Escola oferece. Eu só tenho a parabenizar a direção da Esmape, que mais uma vez superou todas as nossas expectativas, que são exigências fortes. Nós exigimos que assim continue. Não é a Esmape que está espontaneamente nos oferecendo o curso; eu acho que, hoje em dia, o juiz está buscando esses cursos e a Esmape está sentindo essa exigência e cada vez está se superando.”

Juiz Marcelo Russell
16ª Vara Cível da Capital



50

Serviço Notarial e de Registro: Teoria e Prática

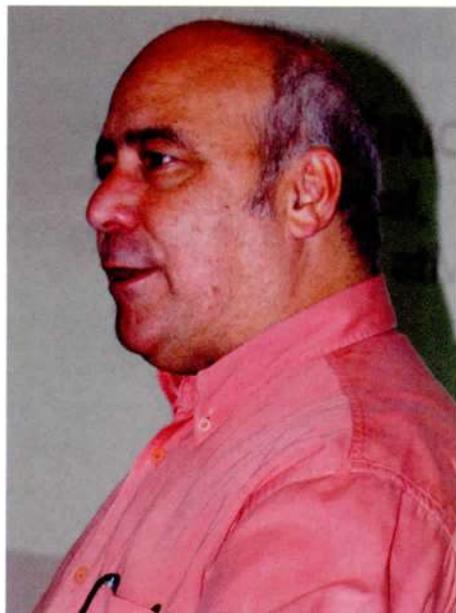


Atendendo a uma lacuna sobre os temas abordados, este curso trouxe a oportunidade de conhecer mais de perto as práticas do serviço notarial e registral. Recife foi o local escolhido e o curso ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro de 2010. O curso

foi sugerido pelo juiz Marcos Antônio Nery de Azevedo.

Foram professores o registrador Roberto Lúcio de Souza Pereira e o tabelião Ivanildo Figueiredo.





“Ser professor da Esmape representa um compromisso permanente para contribuir com a qualidade do ensino jurídico que esta instituição sempre observou como critério de excelência, como também grande responsabilidade para a formação e aperfeiçoamento dos futuros e atuais magistrados.”

Tabelião Ivanildo Figueiredo
Professor de Direito e Titular do 8º Ofício de Notas de Recife

51

Media Training Intermediário



O curso foi sugerido por vários juízes que participaram do “Media Training I”. Para participar deste módulo, que novamente contou com a Oficina da Palavra, o juiz deveria ter participado de uma das duas turmas de “Media Training” oferecidas em 2009.

Neste curso, a parte prática da convivência com a imprensa foi ainda mais destacada, pois foram realizadas visitas às maiores empresas de mídia do estado. O curso ocorreu em Recife, nos dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2010.



51

Media Training Intermediário



O curso foi sugerido por vários juízes que participaram do “*Media Training I*”. Para participar deste módulo, que novamente contou com a Oficina da Palavra, o juiz deveria ter participado de uma das duas turmas de “*Media Training*” oferecidas em 2009.

Neste curso, a parte prática da convivência com a imprensa foi ainda mais destacada, pois foram realizadas visitas às maiores empresas de mídia do estado. O curso ocorreu em Recife, nos dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2010.





“Eu achei essa continuidade do *media training* ótima. Devem ser oferecidos os *Media Training* 3, 4, 5, sempre evoluindo.”

Juiz Sílvio Romero Beltrão
18ª Vara Cível da Capital



“O *Media Training* levou-me a enxergar o quanto é importante que o Poder Judiciário dedique maior atenção à comunicação. Hoje, estou convencida de que tanto a adoção de uma política de gestão, quanto a implementação de uma estratégia de comunicação, interna e externa, são absolutamente indispensáveis à superação da crise que atravessa o Judiciário.”

Juíza Mariana Vargas Cunha de Oliveira Lima
3º Juizado Especial Cível da Capital e Supervisora da Esmape

52

Infância e Juventude: Inovações Advindas da Lei Nacional da Adoção (Lei nº 12.010/2009)

O último curso trouxe à tona a discussão gerada com os novos ditames estabelecidos pela Lei da Adoção de 2009. Foram abordados aspectos jurídicos e psicológicos decorrentes da interpretação da lei. Na abertura do curso, o deputado João Matos apresentou o desenvolvimento do projeto e ações em andamento no poder legislativo federal.

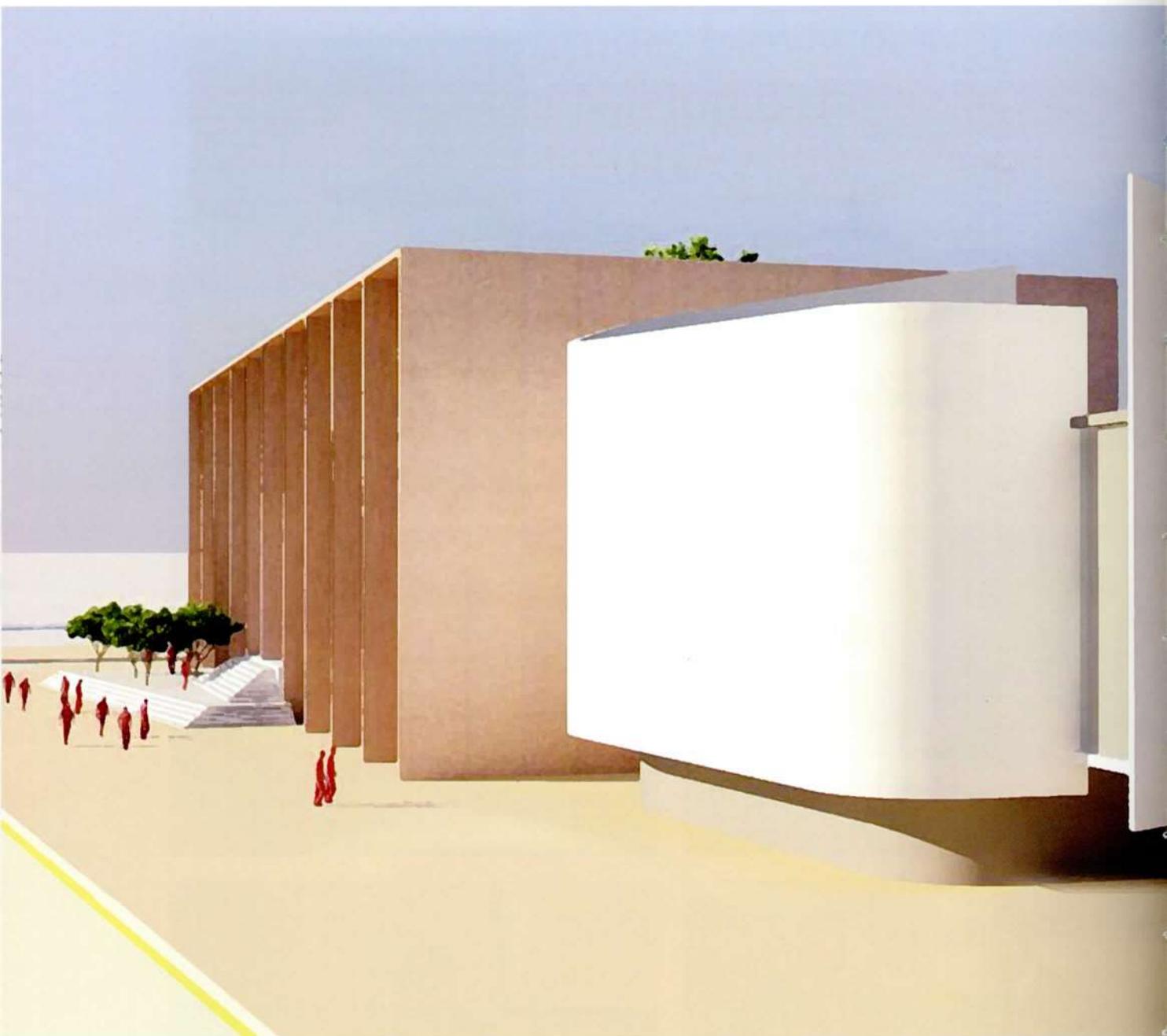
O curso foi realizado nos dias 4, 5 e 6 de fevereiro de 2010, em Recife. Atuaram como palestrantes o desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo e o psicólogo Luiz Schetinni Filho.





“O curso foi muito proveitoso porque discutiu a nova Lei da Adoção. Como tudo que é novo, essa lei pegou a gente de surpresa e pelo menos agora estamos tentando viabilizar a aplicação dessa lei ante a carência que nós temos nas comarcas.”

Juíza Ana Marques Vêras
2ª Vara Cível de Afogados da Ingazeira





Programa de Aperfeiçoamento de Servidores

O novo foco ampliado: a escola judicial

CONJUGAR ESFORÇOS DE SERVIDORES E MAGISTRADOS NA BUSCA DE MEIOS EFICAZES DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA É O FOCO DA NOVA ESTRATÉGIA

A busca da qualidade nos serviços da Justiça é uma das principais metas do Judiciário, que, no entanto, ainda enfrenta crise de gestão. A atualização profissional dos magistrados é um dos passos importantes na busca desse objetivo, mas não o único; é preciso qualificar adequadamente também o servidor.

Com o Programa de Aperfeiçoamento de Servidores, implantado no segundo semestre de 2009, a Esmape colocou em prática uma iniciativa que certamente produzirá bons resultados no aperfeiçoamento da Justiça. “O juiz ao julgar e o servidor ao executar a decisão são igualmente importantes para prestação de um serviço importante à população”, afirma o desembargador Frederico Neves.

Ao trabalhar pelo aperfeiçoamento dos dois pilares do sistema, a Esmape dá sua contribuição efetiva para a celeridade, a eficiência e a segurança da Justiça em Pernambuco. Ao mesmo tempo, firma-se definitivamente como uma Escola Judicial, assumindo prioritariamente o papel de conjugar os esforços de servidores e magistrados na busca de meios eficazes de administração judiciária, de modo a tornar os procedimentos mais racionais.





"O Tribunal de Justiça de Pernambuco tem buscado assimilar um padrão de ordenamento em sintonia com princípios teóricos e práticos de gestão. A parceria estabelecida com a Esmape, com o objetivo de capacitar servidores buscando o aprimoramento funcional, fomentou a cultura do conhecimento tão valorizada atualmente. Para as pessoas que se permitem aprender, são oferecidas oportunidades de conquistas individuais e coletivas."

Rita Borges

Diretora de Desenvolvimento Humano da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPE



"Nesses últimos anos, a Esmape vem desempenhando um papel fundamental no ensino jurídico, voltado, principalmente, ao aprimoramento dos magistrados e servidores do Poder Judiciário de Pernambuco. A administração do desembargador Frederico Neves, frente à instituição, foi marcante e, em razão dessa forma de gerir e ensinar, a escola está colocada como uma das melhores instituições de ensino jurídico do Brasil. De parabéns o seu diretor, desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves".



Des. Jovaldo Nunes Gomes
Tribunal de Justiça de Pernambuco



Cursos beneficiam servidores da capital e do interior

CONTRATO FIRMADO COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO PERMITIU À ESMAPE A REALIZAÇÃO DE 16 CURSOS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2009

“Alguns cursos integram os dois programas, realizando-se turmas mistas de magistrados e servidores, a exemplo dos cursos de Gestão de Pessoas. A diferença substancial é que para os servidores não há a obrigatoriedade de avaliação”

Um contrato firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco deu início, em 2009, ao Programa de Aperfeiçoamento de Servidores. Foram examinadas, nas salas de aula, questões atuais de Direito Civil, Processo Civil, Direito Penal, Processo Penal, Juizados Especiais Cíveis, Técnicas de Sentenças e Gestão de Pessoas. Outros cursos abordaram aspectos jurídicos e técnicas de defesa pessoal, para oficiais de justiça, e práticas de cálculos judiciais, para distribuidores. As alterações implementadas pelo novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa também foram debatidas com os servidores.

No segundo semestre de 2009, foram ministrados 16 cursos, com, em média, 20

horas-aula de duração. Ao todo, durante o semestre, foram oferecidas 704 vagas. A fim de facilitar o acesso dos servidores, o programa foi levado também para comarcas-polo do interior de Pernambuco. A avaliação dos participantes, a exemplo dos cursos para atualização de magistrados, é extremamente favorável à iniciativa.

Segundo a supervisora da Esmape, juíza Mariana Vargas, o Programa de Aperfeiçoamento de Servidores foi formatado nos mesmos moldes do Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados, inclusive com o sistema eletrônico de frequência. “Alguns cursos integram os dois programas, realizando-se turmas mistas de magistrados e servidores, a exemplo dos cursos de Gestão de Pessoas. A diferença substancial é que para os servidores não há a obrigatoriedade de avaliação”, afirma.

Conheça os 16 cursos
do Programa de
Aperfeiçoamento de
Servidores realizados
pela Esmape no biênio
2008/2009



- 01 Direito Civil e Processo Civil: Questões Atuais - Turma 1
- 02 Direito Penal e Processo Penal: Questões Atuais - Turma 1
- 03 Aspectos Jurídicos e Técnicas de Defesa Pessoal Voltados para o Oficial de Justiça: Teoria e Prática
- 04 Técnicas de Sentença
- 05 Língua Portuguesa: Alterações Implementadas pelo Novo Acordo Ortográfico - Turma 1
- 06 Direito Civil e Processo Civil: Questões Atuais - Turma 2
- 07 Direito Penal e Processo Penal: Questões Atuais - Turma 2
- 08 Língua Portuguesa: Alterações Implementadas pelo Novo Acordo Ortográfico - Turma 2
- 09 Direito Processual nos Juizados Especiais Cíveis
- 10 O Direito na Sociedade de Risco
- 11 Conciliação para Juizados Especiais
- 12 Temas de Direito e Práticas de Cálculos Judiciais para a Distribuição Processual do 1º Grau
- 13 Gestão de Pessoas - Turma 2
- 14 Gestão de Pessoas - Turma 3
- 15 Gestão de Pessoas - Turma 4
- 16 Gestão de Pessoas - Turma 1



- 01 Direito Civil e Processo Civil: Questões Atuais - Turma 1
- 02 Direito Penal e Processo Penal: Questões Atuais - Turma 1
- 03 Aspectos Jurídicos e Técnicas de Defesa Pessoal Voltados para o Oficial de Justiça: Teoria e Prática
- 04 Técnicas de Sentença
- 05 Língua Portuguesa: Alterações Implementadas pelo Novo Acordo Ortográfico - Turma 1
- 06 Direito Civil e Processo Civil: Questões Atuais - Turma 2
- 07 Direito Penal e Processo Penal: Questões Atuais - Turma 2
- 08 Língua Portuguesa: Alterações Implementadas pelo Novo Acordo Ortográfico - Turma 2
- 09 Direito Processual nos Juizados Especiais Cíveis
- 10 O Direito na Sociedade de Risco
- 11 Conciliação para Juizados Especiais
- 12 Temas de Direito e Práticas de Cálculos Judiciais para a Distribuição Processual do 1º Grau
- 13 Gestão de Pessoas - Turma 2
- 14 Gestão de Pessoas - Turma 3
- 15 Gestão de Pessoas - Turma 4
- 16 Gestão de Pessoas - Turma 1



Direito Civil e Processo Civil: Questões Atuais – Turma 1

A Esmape promoveu, nos dias 6, 13, 20 e 27 de novembro de 2009, a 1ª turma do curso “Direito Civil e Processo Civil: Questões Atuais”. As aulas foram ministradas pelos professores da Esmape Marcos Erhardt, Ana Cláudia Brandão C. Ferraz, José Roberto Moreira, Alexandre Freire Pimentel e José Expedito Braga Lima Júnior. O evento realizou-se na sede da escola.





“Foi muito significativa a inclusão do Programa de Aperfeiçoamento de Servidores no TJPE, que possibilitou a atualização de conhecimentos com as inovações surgidas nas legislações. Parabênizo o presidente do Tribunal pela iniciativa, bem como a Esmape pelo nível dos professores e pela coordenação do curso. Que ações como essa tenham prosseguimento, o que, sem sombra de dúvidas, contribuirá cada vez mais para um Judiciário mais eficiente.”

Aucileny Maria dos Santos
Servidora da Consultoria Jurídica

2

Direito Penal e Processo Penal: Questões Atuais – Turma 1

A 1ª turma do curso “Direito Penal e Processo Penal: Questões Atuais” realizou-se em 4, 11, 18 e 27 de novembro de 2009, na sede da Esmape. As aulas foram conduzidas pelos professores da Esmape Marília Montenegro, Antonio Barreto Campello, Flávio Augusto Fontes de Lima e Sandra Beltrão.





“Gostei bastante do curso. Foi muito produtivo e achamos que mais cursos desse tipo deveriam ser oferecidos para quem trabalha como assessor de desembargador.”

Patrícia de Barros Maia
Servidora do gabinete do des. Marco Maggi



3

Aspectos Jurídicos e Técnicas de Defesa Pessoal Voltados para o Oficial de Justiça: Teoria e Prática

Nos dias 9, 11, 16, 23, 25 e 30 de novembro e 2 e 9 de dezembro de 2009 a Esmape realizou o curso “Aspectos Jurídicos e Técnicas de Defesa Pessoal Voltados para o Oficial de Justiça: Teoria e Prática”, com carga de 40 horas-aula. As aulas teóricas foram ministradas no auditório da Esmape, pelo juiz Alfredo Hermes Barbosa e pelos professores da Esmape Paulo Roberto Monteiro e José Expedito Braga Lima Júnior. Já as aulas práticas de defesa pessoal foram ministradas pela Visacon Consultoria e Segurança Ltda., empresa contratada pela Esmape.





“O curso foi muito útil para os oficiais de Justiça, que lidam com o público e com situações inusitadas no dia a dia. Foi muito proveitoso. Esse foi o primeiro ano que a Esmape realizou um curso totalmente dirigido aos oficiais de justiça, desde o início de minha atividade na área, em 2003.”

Ailma Lira
Servidora da Diretoria Cível

4

Técnicas de Sentença

Os servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco que exercem a função de assessor de magistrado tiveram a oportunidade de participar do curso “Técnicas de Sentença”, nos dias 11, 18 e 25 de novembro e 2 de dezembro de 2009. O professor da Esmape e juiz Luiz Carlos Vieira de Figueiredo foi expositor do curso, que se realizou no Auditório da Esmape.





“O programa de aperfeiçoamento oferecido pela Esmape foi de grande valor para nós, profissionais da área de Direito. Nos ajudou a tirar muitas dúvidas que tínhamos no dia a dia e foi válido por apresentar novos conhecimentos. Eu gostei demais desse curso e com certeza, quando surgirem outros, eu farei minha inscrição.”

José Alberto Silva Guimarães
Servidor da 4ª Vara Cível de Olinda

5

Língua Portuguesa: Alterações Implementadas pelo Novo Acordo Ortográfico – Turma 1

As alterações implementadas pelo novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa também foram objeto da atualização dos servidores do Poder Judiciário de Pernambuco. O curso ocorreu nos dias 3, 10, 17 e 24 de novembro e foi ministrado pela professora Helena Portella Rapôso.





“O programa de servidores oferecido pelo TJPE e pela Esmape foi excelente. Tanto a qualidade das aulas quanto o conhecimento e a maneira de transmitir dos professores. Só posso dizer que são todos nota 10: nota 10 para Esmape, nota 10 para a coordenação da Esmape, nota 10 para esse convênio do TJPE com a Esmape. Estão todos de parabéns.”

Josivaldo Bernardes
Servidor da Consultoria Jurídica



Direito Civil e Processo Civil: Questões Atuais – Turma 2

Nos dias 6, 13, 20 e 27 de novembro de 2009, realizou-se a 2ª turma do curso “Direito Civil e Processo Civil: Questões Atuais”. Os expositores foram os seguintes professores da Esmape: Marcos Erhardt, Ana Cláudia Brandão C. Ferraz, José Roberto Moreira, Alexandre Freire Pimentel e José Expedito Braga Lima Júnior. O evento aconteceu no Auditório da Escola.





“É de fundamental importância que a Escola promova outros cursos desse nível para aprimoramento dos servidores de um modo geral. O curso sobre Processo Civil foi excepcional, os professores foram excelentes e passaram a mensagem clara o suficiente para que houvesse decodificação total por parte dos participantes.”

Carlos Gonçalves

Servidor lotado no gabinete do des. José Fernandes



Direito Penal e Processo Penal: Questões Atuais – Turma 2

Com as exposições do promotor de Justiça de Pernambuco Josenildo Santos e dos professores da Esmape Sandra Beltrão, Marília Montenegro e Antonio Barreto Campello, realizou-se, na sede da Esmape, durante os dias 25 e 27 de novembro e 2 e 3 de dezembro de 2009, a 2ª turma do curso “Direito Penal e Processo Penal: Questões Atuais”.





“O curso foi muito bom. Eu gostei muito das aulas. Foi realmente uma reciclagem. Os professores foram muito bons, inclusive são pessoas que eu já tinha conhecido em outros cursos, de renome. Realmente vale a pena assistir uma aula com eles. Acho uma iniciativa muito boa do TJPE porque o funcionário, com o tempo, trabalhando naquela mesma coisa, acaba ficando parado. Esses cursos de reciclagem na área da gente vêm para mostrar o que tem de novo. É muito bom trabalhar isso. Eu adorei a iniciativa e espero que tenham outros. Eu vou estar lá com certeza.”

Simone Valença
Servidora da Diretoria Criminal



Língua Portuguesa: Alterações Implementadas pelo Novo Acordo Ortográfico – Turma 2

A 2ª turma do curso “Língua Portuguesa: Alterações Implementadas pelo Novo Acordo Ortográfico” proporcionou aos servidores do Judiciário de Pernambuco lotados no Recife ou na região metropolitana atualização de seus conhecimentos na matéria. O curso realizou-se nos dias 25 de novembro e 2, 9 e 16 de dezembro de 2009. Reunidos no Auditório da Esmape, os participantes tiveram como expositora a professora Helena Portella Rapôso.





"Eu acho que o Programa de Aperfeiçoamento de Servidores foi uma excelente iniciativa da Esmape junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. É uma oportunidade de atualizar o servidor. Para mim foi ótimo, porque foi uma maneira de me reciclar, principalmente porque o curso que fiz foi sobre as novas regras ortográficas."

Valéria Temporal
Servidora da secretaria da Esmape

9

Direito Processual nos Juizados Especiais Cíveis

Proporcionar a discussão das técnicas utilizadas nos juizados especiais, com apresentação de temas e metodologias inerentes à sua atuação, foi o principal objetivo do curso “Direito Processual nos Juizados Especiais Cíveis”, realizado nos dias 2, 3, 9 e 10 de dezembro de 2009. O curso ocorreu no Auditório da Esmape e teve como expositores o juiz João Targino, coordenador dos Juizados Especiais do Estado de Pernambuco; a juíza Cynthia Albuquerque, do I Juizado Especial Cível da Comarca de Olinda; o juiz Sérgio Paulo, assessor da Presidência do TJPE; a juíza Fernanda de Paula, presidente do I Colégio Recursal Cível do Estado de Pernambuco; o juiz Abelardo Tadeu, vice-presidente do I Colégio Recursal Cível do Estado de Pernambuco; a bacharela Kathya Suzana Lemos Dantas, chefe de Secretaria do I Colégio Recursal Cível do Estado de Pernambuco; o bacharel Fernando José Mendonça Zarzar, assessor da Coordenadoria dos Juizados Especiais do Estado de Pernambuco; o juiz Sérgio Lopes, do IV Juizado Especial Cível da Comarca de Recife; e o juiz João Ismael, da Central de Execuções Cíveis da Comarca de Recife.





“Eu acho que o Programa de Aperfeiçoamento de Servidores é importante porque é promovido por uma instituição séria que é a Esmape e porque os conhecimentos adquiridos são importantes para a prática do dia a dia. Os cursos visam dar uma bagagem boa de teoria, sempre aliando-a com a prática. Os cursos que fiz foram sempre ministrados por magistrados que fizeram questão de apresentar a teoria básica e mostrar a prática.”

Kilza de Oliveira Maranhão

Servidora lotada no gabinete do des. Leopoldo Raposo

10

O Direito na Sociedade de Risco

O tema "Direito na Sociedade de Risco" foi tratado no âmbito do 2º Congresso Luso-Brasileiro, realizado no período de 18 a 21 de janeiro de 2010. O evento foi realizado na Sala Desembargador Antônio de Brito Alves do Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno - em Recife (PE) e integrou tanto o Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados quanto o Programa de Aperfeiçoamento de Servidores. Aberto pelo desembargador Frederico Neves, o congresso teve como expositores o professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, José Oliveira Ascensão, o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Paulo Saragoça, e os professores Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Andreas Krell, Hélio Ourem, Cristiano Chaves, Marcos Ehrhardt Júnior e Cassio Scarpinella Bueno.

"O Programa de Aperfeiçoamento de Servidores é um passo grande que o Tribunal de Justiça e a Esmape estão dando.



O conhecimento tem que estar sendo renovado, para melhorar a prestação jurisdicional. O 2º Congresso Luso-Brasileiro foi bem interessante. Com temas superatuais, os palestrantes também tinham um nível de conhecimento muito grande. Acho que a implantação desse aperfeiçoamento para os servidores tem sido muito positiva para o Judiciário."

Patrícia do Amaral

Servidora do gabinete do des. Cândido Saraiva



"O 2º Congresso Luso-Brasileiro foi uma oportunidade para os servidores adquirirem conteúdo jurídico. A bagagem profissional dos palestrantes era impressionante e o tema, muito atual. Foram debatidas questões da jurisprudência atual que ajudaram, inclusive, no nosso trabalho rotineiro. O Programa de Aperfeiçoamento de Servidores é mais uma forma de melhorar o Judiciário pernambucano. Acho que quanto mais capacitado for o servidor, melhor será o seu desempenho."

Danilo Rocha

Servidor do gabinete do des. Cândido Saraiva



Conciliação para Juizados Especiais

Servidores do Poder Judiciário estadual convocados pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco participaram do curso “Conciliação para Juizados Especiais”, no período de 25 a 28 de janeiro de 2010. As aulas estiveram a cargo do Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem (Inama), instituição que tem tradição e experiência na administração de processos de mediação e arbitragem. O evento se realizou no Auditório da Esmape.





“O curso aplicado aos conciliadores sobre a Conciliação e Mediação foi muito proveitoso, pois transmitiu, de maneira rápida e prática, técnicas comportamentais para serem aplicadas durante as audiências com a finalidade de solucionar os conflitos respeitando a vontade das partes. A instituição em muito evolui aperfeiçoando seu quadro técnico, que deve sempre se adequar aos novos anseios da sociedade.”

Vânia Roma Rodrigues

Conciliadora do Juizado do Consumidor da Capital

12

Temas de Direito e Práticas de Cálculos Judiciais para a Distribuição Processual do 1º Grau

Os servidores com exercício nos setores de Distribuição Processual do 1º Grau tiveram a oportunidade de assistir ao curso “Temas de Direito e Práticas de Cálculos Judiciais para a Distribuição Processual do 1º Grau”, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2010. Realizado na sede da Esmape, o evento teve como expositores a juíza Catarina Vila-Nova, coordenadora do Núcleo de Modernização do Judiciário, o distribuidor do TJPE José Itamar da Cunha Ferreira e o técnico em informática do TJPE Marcus Aurelius Alves.





"O curso de aperfeiçoamento de servidores foi muito importante porque me fez desempenhar melhor as minhas funções aqui na distribuição.

Trouxe conteúdos que eu não conhecia e, na minha opinião, esse curso deveria ser necessário não somente a alguns do setor, mas a todos, por ele abranger bastante coisas. Acho também que esses cursos deveriam ser oferecidos mais vezes."

Rafael Teotônio

Servidor da Distribuição do Fórum de Jabotão dos Guararapes

13

Gestão de Pessoas – Turma 2

Integrante do Programa de Aperfeiçoamento dos Magistrados e do Programa de Aperfeiçoamento de Servidores, o curso “Gestão de Pessoas” abordou temas como ação gerencial, desenvolvimento de equipes, negociação de conflitos e gerenciamento de acordos. Nos dias 13 e 14 de novembro de 2009, servidores e magistrados reuniram-se na sede da Esmape para este curso, que foi ministrado pelas psicólogas Teresa Dubeaux e Fátima Brayner, do Instituto Tecnologia em Gestão (INTG).





"O curso foi excelente até porque trouxe uma aproximação dos servidores com os juízes. Isso é bom para que a gente possa aprimorar os trabalhos, a relação com a equipe como um todo, conduzindo melhor os trabalhos. Todo o conteúdo foi muito útil e os palestrantes tinham muito conhecimento. Foi excelente. Acho que deveriam inclusive ser feitos mais cursos onde magistrados e servidores pudesse interagir. Nós ficamos sabendo quais são as dificuldades dos magistrados e, assim, podemos melhorar o desempenho."

Ana Rita Moreira Carvalho Barros
Servidora da Secretaria de Gestão de Pessoas

14

Gestão de Pessoas – Turma 3



Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2009, outra turma do curso de Gestão de Pessoas reuniu servidores e magistrados, desta vez na cidade de Petrolina. Atuaram como facilitadoras do curso, mais uma vez, as psicólogas Teresa Dubeaux e Fátima Brayner, do Instituto Tecnologia em Gestão (INTG).



"Gostei bastante do curso sobre gestão de pessoas. Destaco a integração que ele proporcionou entre servidores e magistrados. Um lado pôde conhecer os problemas do outro, coisa que nós não temos tempo de fazer no dia a dia."

Célia Maria de Brito Cabral Moura
Servidora da Vara da Fazenda Pública de Petrolina



"O curso de gestão de pessoas foi muito bom. Foi o primeiro curso que fiz do Programa de Aperfeiçoamento de Servidores e espero que outros sejam oferecidos na minha região. A união de juízes e servidores na mesma turma foi ótima para que as opiniões fossem confrontadas. Um espaço para discutir os problemas do dia a dia."

Amauri Ferreira de Lima
Servidor da Central de Mandados de Petrolina

15

Gestão de Pessoas - Turma 4



Nos dias 11 e 12 de dezembro de 2009, foi a vez de Caruaru receber esse curso, novamente conduzido pelas psicólogas Teresa Dubeaux e Fátima Brayner, do Instituto Tecnologia em Gestão (INTG).





“Importante a iniciativa da Esmape de promover cursos de aperfeiçoamento para servidores nos mesmos moldes e com qualidade semelhante à dos cursos oferecidos aos magistrados.

Ademais, a oportunidade de se aperfeiçoar para além do conhecimento técnico, como no caso do curso ‘Gestão de Pessoas’, contribui sobremaneira para o desenvolvimento das atividades diárias do servidor e conseqüente melhoria na qualidade dos serviços por ele prestados.”

Eliene de Souza Cavalcanti
Servidora lotada na Esmape

16

Gestão de Pessoas – Turma 1

Nos dias 14, 15, 21 e 22 de dezembro de 2009, a Esmape ofereceu mais uma turma do curso “Gestão de Pessoas” em Recife. Juízes e servidores participaram das dinâmicas coordenadas pelas psicólogas Teresa Dubeaux e Fátima Brayner, do Instituto Tecnologia em Gestão (INTG).





"O Programa de Aperfeiçoamento de Servidores foi muito bom. Preencheu todas as lacunas que vivenciamos diariamente. Apesar de eu não ocupar um cargo de chefia, a temática aprendida já foi aplicada no dia a dia e me ajudou a trabalhar melhor em equipe e a melhorar o relacionamento interpessoal com os colegas de trabalho."

Annalice Gomes
Servidora lotada na Distribuição do 2º grau



Concept





De portas abertas para a sociedade e a imprensa

Ad argumentandum tantum. Entendeu? O jornalista também não.

ESMAPE PROMOVE CURSOS DE *MEDIA TRAINING* PARA
CAPACITAR MAGISTRADOS NO RELACIONAMENTO COM A MÍDIA

Conciliar as necessidades da imprensa e do Poder Judiciário para a manutenção de um relacionamento saudável e de confiança nunca foi tarefa das mais fáceis. O principal entrave sempre foi o desconhecimento. O jornalista tem dificuldade em entender o funcionamento do Judiciário que, por sua vez, também não sabe exatamente os porquês da imprensa. Contudo, uma das responsabilidades mais importantes de juízes e desembargadores no desempenho de suas funções é a comunicação, a prestação de contas à sociedade.

Pesquisa realizada em 2009 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) revela que grande parte da população brasileira desconhece as atividades do Judiciário e isso tem influenciado negativamente na percepção que ela tem sobre a instituição. Para se ter uma ideia, 88% dos entrevistados acham a Justiça lenta e apenas 16% afirmaram conhecer o funcionamento da instituição. Daí surge a necessidade de preparar os magistrados para a missão de mudar a imagem do Judiciário e prestar informações à sociedade.

Ciente da importância de levar esse conhecimento para o maior número de pessoas possível, e de que a imprensa é o canal mais abrangente para essa comunicação, a

Esmape decidiu incorporar em sua grade de cursos de aperfeiçoamento credenciada pela Enfam atividades de esclarecimento sobre o jornalismo brasileiro e treinamento sobre como se portar frente aos profissionais da imprensa.

O primeiro deles, dirigido aos juízes, foi batizado como “Judiciário e Imprensa” e aconteceu em maio de 2009 com o intuito de fazer com que jornalistas e magistrados pudessem contribuir juntos para o repasse de informações úteis à população. O curso foi aberto com uma palestra sobre o controle jurisdicional da Comunicação Social. Em seguida, uma mesa-redonda composta por magistrados e jornalistas debateu a relação entre o Judiciário e a imprensa. Na ocasião, também foi apresentado o trabalho realizado pelas assessorias de comunicação do Tribunal de Justiça de Pernambuco e da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco.

O segundo dia de atividades surpreendeu os magistrados presentes no curso. Eles participaram de laboratórios práticos com a aplicação de técnicas sobre o que, como e quando falar com a imprensa. Durante o curso, dinâmicas simulando entrevistas para diferentes veículos foram realizadas e contaram com a participação ativa dos cursistas, que elogiaram o evento promovido pela Esmape. O planejamento e a realização desse *Media Training* ficaram sob responsabilidade da agência Oficina da Palavra, que trouxe profissionais renomados da imprensa para conduzir as atividades.





“Nos dias de hoje não se tem mais espaço para o antigo chavão ‘o juiz só fala nos autos’. Os tempos mudaram e o juiz deve se comunicar de forma clara e precisa com a sociedade. A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco vem inovando nessa área. Além de oferecer cursos jurídicos de aperfeiçoamento para magistrados, a Esmape realizou o curso ‘*Media Training*’, onde pudemos compartilhar

experiências e conhecimentos transmitidos por profissionais de comunicação, na busca do aprimoramento para maior interação do Poder Judiciário com a sociedade.”

Des. Mauro Alencar
2ª Câmara Criminal

SUCESSO DE CRÍTICA E PÚBLICO

Depois do primeiro *Media Training*, realizado como parte da programação do curso “Judiciário e Imprensa”, o interesse pelo tema foi tamanho que a Esmape decidiu promover, em um só dia, duas turmas dedicadas exclusivamente aos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

O resultado é que, em um ano, foram treinados 18 deles, o que fez de Pernambuco o estado com o maior número de desembargadores capacitados para se relacionar com a imprensa. O retorno não poderia ter sido melhor.

FALAR EM PÚBLICO É DIFERENTE DE FALAR COM A IMPRENSA

No biênio 2008/2009, a Esmape realizou seis turmas do curso “*Media Training* – Programa de Formação de Porta-vozes”, sendo cinco delas do módulo básico. E, em função da grande adesão dos magistrados ao curso e interesse pelo tema, a Esmape promoveu um módulo intermediário, aberto àqueles que já haviam feito o primeiro curso.

Além de preparar os porta-vozes para darem entrevista, o treinamento foi especialmente produzido para a Esmape com a finalidade de ajudar os magistrados na seleção de mensagens que informem e formem a opinião pública, gerando reflexos saudáveis na política de relacionamento com a mídia e a sociedade.

O *Media Training* abordou temas como: o fortalecimento da imagem do Judiciário; a construção de mensagens-chaves para a instituição; a dinâmica do funcionamento dos meios de comunicação; o papel do magistrado enquanto porta-voz do Judiciário; o papel das assessorias de comunicação e o gerenciamento de crises.

Os participantes dos cursos tiveram acesso a um diagnóstico da visão da sociedade sobre a Justiça brasileira. A partir daí, foram traçadas recomendações sobre como fortalecer a imagem do Judiciário. Entre elas está a necessidade de ser mais proativo na identificação dos problemas de comunicação, valorizar os canais de comunicação interna e o papel estratégico das assessorias de imprensa, definir e capacitar porta-vozes e divulgar boas práticas com consistência e continuidade.

A percepção da sociedade e da imprensa sobre a atuação do Judiciário foi um dos temas trabalhados no curso. “A atuação equivocada e individual de um membro da instituição pode prejudicar toda a classe. Não é possível ter uma imagem coesa e forte sem combinar a percepção



“O curso é muito bom. Podemos lidar com a mídia e vencer o medo de forma preparada para enfrentar as entrevistas e fortalecer o Judiciário. Foi 100% positivo.”

Juíza Luciana Magalhães
2ª Vara de Família e Registro
Civil de Jaboatão dos Guararapes



“Considero extremamente pertinente a iniciativa da Esmape de realizar um *Media Training* para magistrados no momento atualmente vivenciado pelo Judiciário brasileiro. Participei do curso e estou convicto da sua contribuição para o amadurecimento e o fortalecimento da imagem institucional.”

Des. Cândido Saraiva
Tribunal de Justiça de Pernambuco

“O relacionamento nosso com a imprensa sempre foi uma coisa meio truncada e isso serve para desarmar tanto um lado como o outro. Eu sugeri essa temática e considero que fui plenamente atendido.”

Juiz Paulo Torres
Tribunal do Júri da Capital



da opinião pública e o desempenho dos membros da instituição”, explica Patrícia Marins, sócia-diretora da Oficina da Palavra, empresa responsável pela elaboração e aplicação de todas as turmas do *Media Training*.

TÉCNICAS PARA DEFINIR O DISCURSO E SABER APRESENTÁ-LO COM CLAREZA

O curso também abordou o processo de construção da notícia, apresentando como funcionam os meios de comunicação e quem é e como pensa aquela pessoa que chamamos de jornalista. “Para se comunicar bem com a imprensa, é preciso antes saber seus mecanismos, sua rotina, suas aspirações e as pressões às quais ela está exposta. Para construir um bom relacionamento com a mídia, o magistrado tem que, em primeiro lugar, entender o que é notícia para a imprensa, pois nem sempre as informações de interesse do Judiciário atendem às expectativas dos profissionais da imprensa”, esclarece Patrícia.

Nas dinâmicas em grupos e individuais, os cursistas foram estimulados a colocar em prática técnicas transmitidas ao longo do treinamento. Entre elas, a de saber o que, quando e como falar. Uma das tarefas mais difíceis no trato com a imprensa.

Eles ouviram, por exemplo, que nem tudo aquilo que o jornalista quer ouvir pode ser divulgado, mas, mesmo assim, é preciso demonstrar disponibilidade para recebê-lo ou atendê-lo ao telefone. As informações públicas exigem um cuidado muito grande, e é preciso transmiti-las com clareza e objetividade, facilitando a compreensão do repórter e evitando incorreções na matéria que será publicada.

Segundo o juiz Marcelo Russel, da 16ª Vara Cível da capital, o *Media Training* foi uma das melhores iniciativas que a Esmape poderia ter. “Tinha uma ideia completamente diferenciada do que deveria ser o relacionamento entre Judiciário e imprensa. É exatamente desse tipo de reciclagem que precisamos”, afirma.

Já o juiz Luiz Gustavo Mendonça, da 6ª Vara de Família, destaca os benefícios imediatos do curso. “Eu me sinto mais confiante para dar uma entrevista, estou mais atento para conviver com esse meio”, ressalta.

GOSTOU? ENTÃO, TEM MAIS

Em janeiro de 2010, os magistrados que participaram do módulo básico do *Media Training* tiveram a chance de aprofundar as técnicas apreendidas em laboratórios práticos de entrevistas para rádio, televisão, mídia impressa e veículos *online*.

Uma equipe multidisciplinar de ministradores conduziu o treinamento prático com dinâmicas de situações reais e pertinentes à realidade de cada magistrado, que tinha seu desempenho avaliado individualmente.

Para a Esmape, o retorno de todas as turmas do curso foi excelente e excepcionalmente bem avaliado pelos 60 participantes, da capital e do interior.

“Destaco que outra tônica da Escola foi a diversidade dos cursos oferecidos, inclusive em áreas não estritamente jurídicas, mas de grande importância para a formação do juiz. Exemplo disso foram os cursos de que recentemente participei, de ‘*Media Training*’ e ‘*Media Training Intermediário*’, onde foi salientada a importância do nosso relacionamento com a imprensa e a relevância de repassarmos nossas boas práticas, tudo isso redundando numa melhor imagem do Poder Judiciário perante a sociedade.”



Juíza Patrícia Caiaffo

1ª Vara da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe

“Eu achei fantástico o curso ‘*Media Training*’ e inestimável o quão necessário é o magistrado ter essa percepção do relacionamento com a imprensa. A continuação do treinamento foi necessária. Começamos a atuar na magistratura e não temos nenhum suporte em relação à mídia. Esse curso deu um suporte muito grande. Mas o magistrado tem que ficar em treinamento constante.”



Juíza Fernanda de Paula
Presidente do 1º Colégio Recursal Cível de Recife

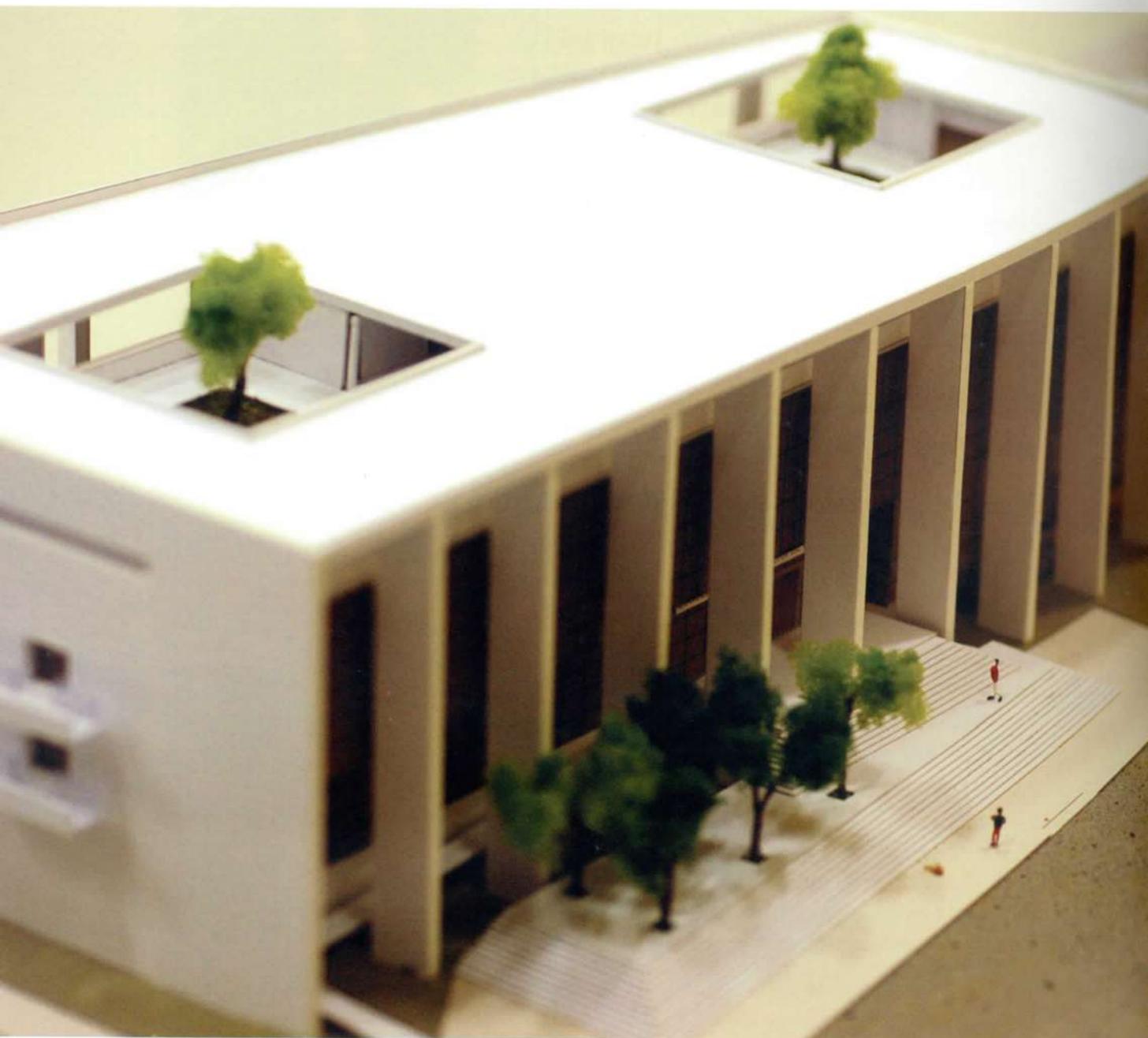
Por dentro da redação

Mais do que teoria, é preciso viver na prática a rotina de uma redação. Por isso, como atividade complementar, a Esmape iniciou em 2008 alguns encontros nas principais redações de Recife com a finalidade de aproximar a escola da imprensa local e também permitir aos magistrados conhecer de perto o dia a dia da imprensa.

O primeiro deles contou com a participação do desembargador Frederico Neves, diretor da Esmape, da juíza Mariana Vargas, supervisora da Escola, e da professora Dayse Mayer, coordenadora de projetos especiais da Esmape. A visita foi

à redação do *Jornal do Commercio-PE*, uma das principais publicações do estado, onde foram recebidos por Eduardo Lemos, superintendente do jornal, e Ivanildo Sampaio, editor-chefe.

Em janeiro de 2010, outra visita completou a grade de treinamento de 13 juízes do Recife. Acompanhados das assessorias de imprensa da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco e da Esmape, os magistrados conheceram o funcionamento do jornal *Diário de Pernambuco* e também visitaram as instalações da *TV Globo*, vivenciando a rotina de onde é produzido o telejornalismo da emissora.





Curso de gestão para os desembargadores

Membros do TJPE são convidados a quebrar paradigmas

TJPE INOVA E OFERECE CURSO DE GESTÃO FOCADO EM ATITUDES ESTRATÉGICAS E MAIOR CAPACIDADE DE ANÁLISE ORGANIZACIONAL

Foram 12 meses de aprendizado, 80 horas de intensa troca de experiências e uma turma de oito desembargadores voltada para um modelo de atuação institucional com foco estratégico. De dezembro de 2008 a novembro de 2009, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) promoveram o Curso de Formação de Facilitadores para Gestão.

Realizado no Instituto de Tecnologia em Gestão, em Pernambuco, o programa de capacitação foi coordenado pelas psicólogas Tereza Dubeaux e Carolina Holanda. O diretor da Esmape, desembargador Frederico Neves, foi um dos participantes do evento. “Esse é um curso muito importante de gestão de pessoas que diz respeito à organização dos trabalhos e isso contribui efetivamente para a aceleração da prestação da tutela jurisdicional. Os desembargadores trouxeram sua experiência pessoal e isso dá um sentido de coletividade para o bem comum”, destacou o diretor.

Durante os encontros, nove temas ligados à gestão foram abordados e trabalhados com o objetivo de desenvolver nos participantes uma atitude estratégica, além de aperfeiçoar a habilidade como gestor e líder, conduzir



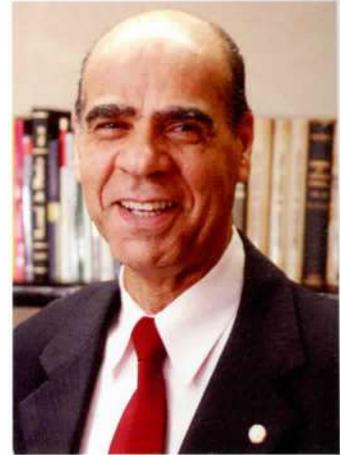
processos de mudanças e ampliar a compreensão e a capacidade de análise da dinâmica organizacional. “O TJPE é o primeiro tribunal do país a oferecer um curso de gestão para os seus desembargadores”, comemorou a secretária de Gestão de Pessoas, Valéria Pragana.

Para o desembargador Gustavo Lima, o curso foi uma excelente oportunidade de capacitação para os gestores de unidades jurisdicionais. “A Esmape nos proporcionou uma maior compreensão da dinâmica organizacional, no âmbito do Poder Judiciário, em especial no que tange às relações intersubjetivas nos vários segmentos da Instituição”, ressaltou.

Gestão participativa: um projeto trabalhado em conjunto

OFICINAS EM COMARCAS DO INTERIOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO INTEGRAM JUÍZES E PROMOVEM RICA TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a Esmape realizou em 2008 uma série de oficinas de gestão em comarcas do interior do estado. O primeiro encontro aconteceu em Porto de Galinhas, município de Ipojuca, em maio de 2008, ainda quando estava à frente do TJPE o então desembargador Og Fernandes. Focado na gestão de qualidade, que se caracteriza pela eficácia e transparência, o evento reuniu juízes de Ipojuca e de comarcas circunvizinhas.



“A Esmape nos proporcionou uma maior compreensão da dinâmica organizacional, no âmbito do Poder Judiciário, em especial no que tange às relações intersubjetivas nos vários segmentos da Instituição.”

Des. Gustavo Lima
4ª Câmara Criminal



Na ocasião, palestras sobre a nova organização na gestão judiciária, orçamento, racionalização de custos e utilização de suprimentos e diárias foram ministradas por importantes nomes do Poder Judiciário de Pernambuco. Na oportunidade, o desembargador Frederico Neves, diretor da Esmape, levou aos juízes participantes notícias sobre o Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados recém-implementado.

Dois meses depois de Ipojuca, já na gestão do desembargador Jones Figueirêdo, como presidente do TJPE, foi a vez de Garanhuns sediar as oficinas de gestão. Durante o evento, os magistrados participaram de módulos interativos sobre planejamento orçamentário, melhoria de serviços, papel do magistrado, tecnologia da informação, entre outros.

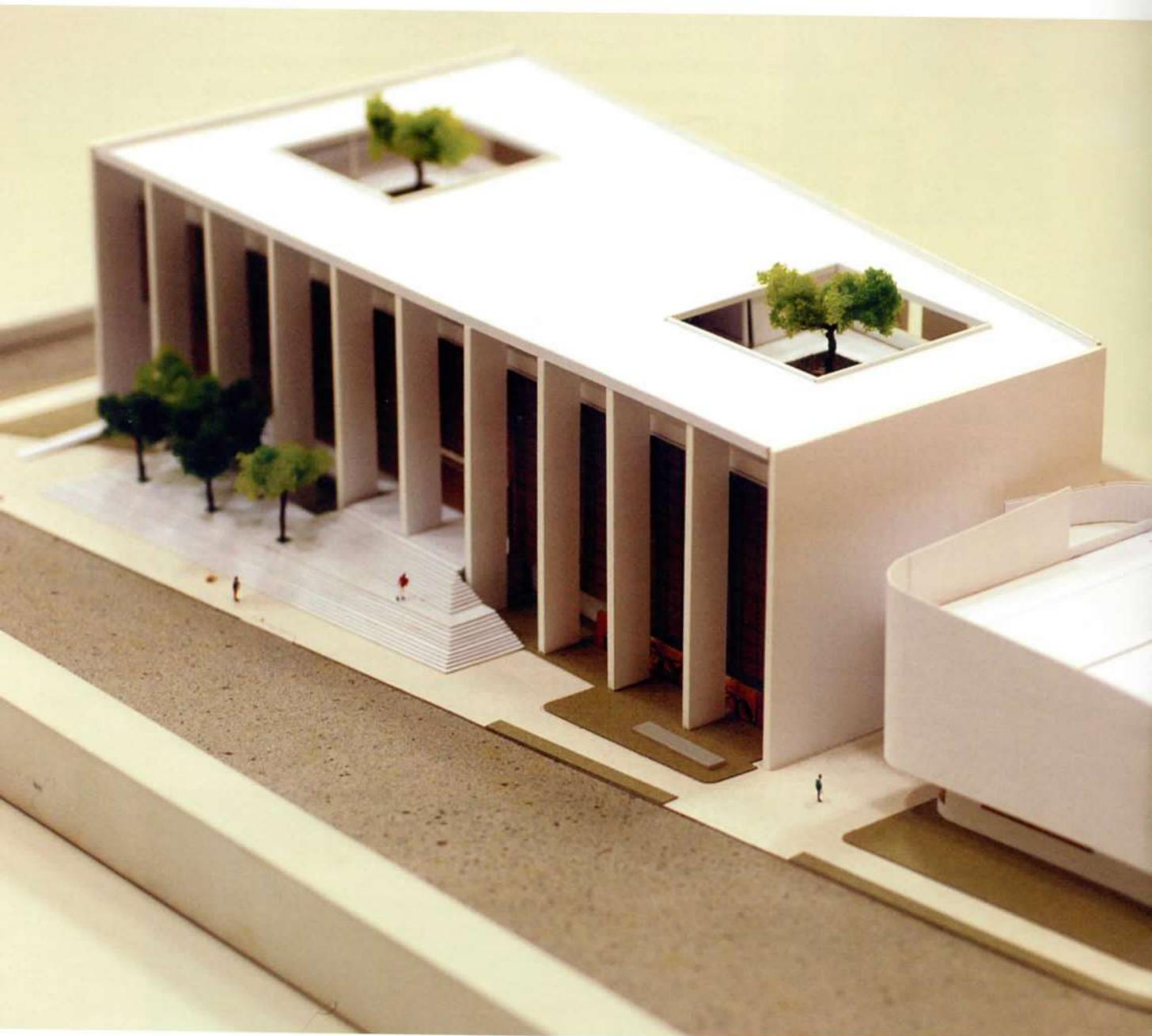
O ciclo de 2008 foi encerrado em Gravatá, no mês de agosto. O encontro contou com a participação de 114 juízes e foi aberto com a fala do corregedor-geral de Justiça, desembargador José Fernandes. O presidente do TJPE, desembargador Jones Figueiredo, também esteve entre os presentes e fez questão de destacar a importância de iniciativas como essa. “O evento tem o propósito de integrar a gestão com a magistratura. É o momento de compartilharmos anseios e dificuldades”, observou.

HISTÓRIA

Criadas com o intuito de tornar a administração do TJPE mais participativa, as oficinas de gestão tiveram como sede as comarcas-polo do interior do Estado de Pernambuco. Além da troca de experiências, os encontros possibilitaram que as sugestões de juízes das regiões circunvizinhas fossem analisadas.

As oficinas foram realizadas em três dias (sexta, sábado e domingo) e os temas debatidos tiveram como resultado esperado o aperfeiçoamento do espírito administrador dos magistrados.







Cursos de pós-graduação

Tradição na especialização da carreira jurídica

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMAPE FORNECEM MEIOS PARA UMA VISÃO CRÍTICA DO ESTADO ATUAL DAS QUESTÕES DO DIREITO

Dos 2.062 alunos matriculados ou formados pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), durante o biênio 2008/2009, cerca de 1.058 são da pós-graduação. Os números mostram que, mesmo investindo nos Programas de Aperfeiçoamento de Magistrados e de Servidores, a Esmape não descuidou da pós-graduação. Segundo o juiz Alexandre Pimentel, coordenador dos Cursos de Pós-Graduação da Esmape, nesses dois anos foram iniciadas sete turmas de pós-graduação: duas de Direito Público; uma de Licitações, Contratos Administrativos e Responsabilidade Fiscal; duas de Direito Civil e Processo Civil; uma de Direito Penal e Processo Penal e uma de Direito Público e Licitação.

“Hoje com dezenas de turmas concluídas e outras tantas em andamento, o programa de pós-graduação *lato sensu* da Esmape é dos mais bem-sucedidos do estado e do país”, afirma o coordenador científico do curso de pós-graduação da Escola, João Maurício Adeodato. Ele diz que a orientação pedagógica – e científica – da Esmape não é oferecer um novo curso de graduação para suprir falhas do primeiro, mas sim trabalhar questões específicas com bacharéis e profissionais do direito, procurando submeter cada tema



a uma problematização e dela extrair uma contribuição crítica pessoal.

Ter concluído curso superior é pré-requisito para o curso de pós-graduação, cujo público-alvo é constituído de magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores, docentes, advogados, servidores e demais operadores jurídicos das mais diversas áreas. Em geral, os cursos têm duração de 18 meses (360 horas-aula). O corpo docente é constituído de doutores, mestres e especialistas.

LEVANTAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 2008/2009

TURMAS CONCLUÍDAS		
CURSO	TURMA	QTDE. ALUNOS
DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	2ª	59
	3ª	55
	4ª	56
	5ª	67
	6ª	67
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	5ª	67
DIREITO PÚBLICO	3ª	69
DIREITO PÚBLICO	4ª	51
DIREITO PÚBLICO (UNIDADE PETROLINA)	1ª	41
SUBTOTAL		532

TURMAS EM ANDAMENTO		
CURSO	TURMA	QTDE. ALUNOS
DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	7ª	61
	8ª	38
	9ª	38
DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	1ª	68
LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E RESPONSABILIDADE FISCAL	1ª	69
	2ª	53
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	6ª	54
DIREITO PÚBLICO	5ª	38
	6ª	52
DIREITO PÚBLICO E LICITAÇÃO	1ª	55
SUBTOTAL		526

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS OU
JÁ FORMADOS 2008/2009

1.058



a uma problematização e dela extrair uma contribuição crítica pessoal.

Ter concluído curso superior é pré-requisito para o curso de pós-graduação, cujo público-alvo é constituído de magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores, docentes, advogados, servidores e demais operadores jurídicos das mais diversas áreas. Em geral, os cursos têm duração de 18 meses (360 horas-aula). O corpo docente é constituído de doutores, mestres e especialistas.

LEVANTAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 2008/2009

TURMAS CONCLUÍDAS		
CURSO	TURMA	QTDE. ALUNOS
DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	2ª	59
	3ª	55
	4ª	56
	5ª	67
	6ª	67
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	5ª	67
DIREITO PÚBLICO	3ª	69
DIREITO PÚBLICO	4ª	51
DIREITO PÚBLICO (UNIDADE PETROLINA)	1ª	41
SUBTOTAL		532

TURMAS EM ANDAMENTO		
CURSO	TURMA	QTDE. ALUNOS
DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	7ª	61
	8ª	38
	9ª	38
DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	1ª	68
LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E RESPONSABILIDADE FISCAL	1ª	69
	2ª	53
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	6ª	54
DIREITO PÚBLICO	5ª	38
	6ª	52
DIREITO PÚBLICO E LICITAÇÃO	1ª	55
SUBTOTAL		526

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS OU JÁ FORMADOS 2008/2009	1.058
---	-------



“Hoje com dezenas de turmas concluídas e outras tantas em andamento, o programa de pós-graduação *lato sensu* da Esmape é dos mais bem-sucedidos do estado e do país. A orientação pedagógica – e científica – não é oferecer um novo curso de graduação para suprir falhas do primeiro, mas sim trabalhar questões específicas com bacharéis e profissionais do direito, procurando submeter cada tema a uma problematização e

dela extrair uma contribuição crítica pessoal.”

João Maurício Adeodato

Coordenador Científico dos Cursos de Pós-Graduação da Esmape

FACILIDADES

Durante o biênio 2008/2009, os alunos da pós-graduação passaram a contar também com algumas facilidades, como a ampliação do horário de atendimento da secretaria, que agora funciona das 7 às 22h. Outra conquista administrativa importante em benefício dos alunos foi a implantação do requerimento virtual, com o respectivo protocolo e acompanhamento virtuais, possibilitando consulta mais rápida e eficaz das demandas feitas à escola. O Manual do Aluno também foi atualizado, tornando mais clara a relação de direitos e deveres dos alunos.

COOPERAÇÃO

A Esmape firmou no dia 15 de outubro de 2009, com a Faculdade Boa Viagem (FBV), um convênio de cooperação institucional. “O intuito do acordo é a realização em conjunto de cursos de pós-graduação *lato sensu* e extensão, palestras e seminários”, explicou o juiz José André Machado, supervisor-adjunto da Esmape.



O diretor da Esmape, desembargador Frederico Neves, o diretor financeiro de planejamento da FBV, Ary Avellar Diniz Júnior, e o coordenador do curso de Direito da FBV e professor da Esmape, Sérgio Torres Teixeira, assinaram o documento. Convênio idêntico é mantido com a Faculdade Maurício Nassau desde 2003, tendo sido renovado em 27 de novembro de 2007. Operacionalmente, esses convênios têm o objetivo de assegurar aos participantes dos cursos de pós-graduação a certificação por instituições credenciadas junto ao Ministério da Educação.

CRENCIAMENTO

A Esmape inicia agora o seu credenciamento junto ao Ministério da Educação. Segundo o juiz Alberto Freitas,



coordenador de Pesquisa, Divulgação Científica e Cultural da Esmape, a abertura do processo junto ao MEC exige a elaboração de um plano de

“Nesses dois anos foram iniciadas sete turmas de pós-graduação na Esmape.”

Juiz Alexandre Pimentel

Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação da Esmape



desenvolvimento institucional e também a digitalização e o cadastramento virtual, no portal do Ministério, de vasta documentação. “Tudo isso já foi feito”, informou.

O credenciamento junto ao MEC, na avaliação do coordenador, deverá abrir uma nova fase para a Esmape que, de acordo com ele, dispõe de uma estrutura diferenciada e de um proeminente quadro de professores, composto por doutores, mestres e especialistas em suas respectivas áreas.

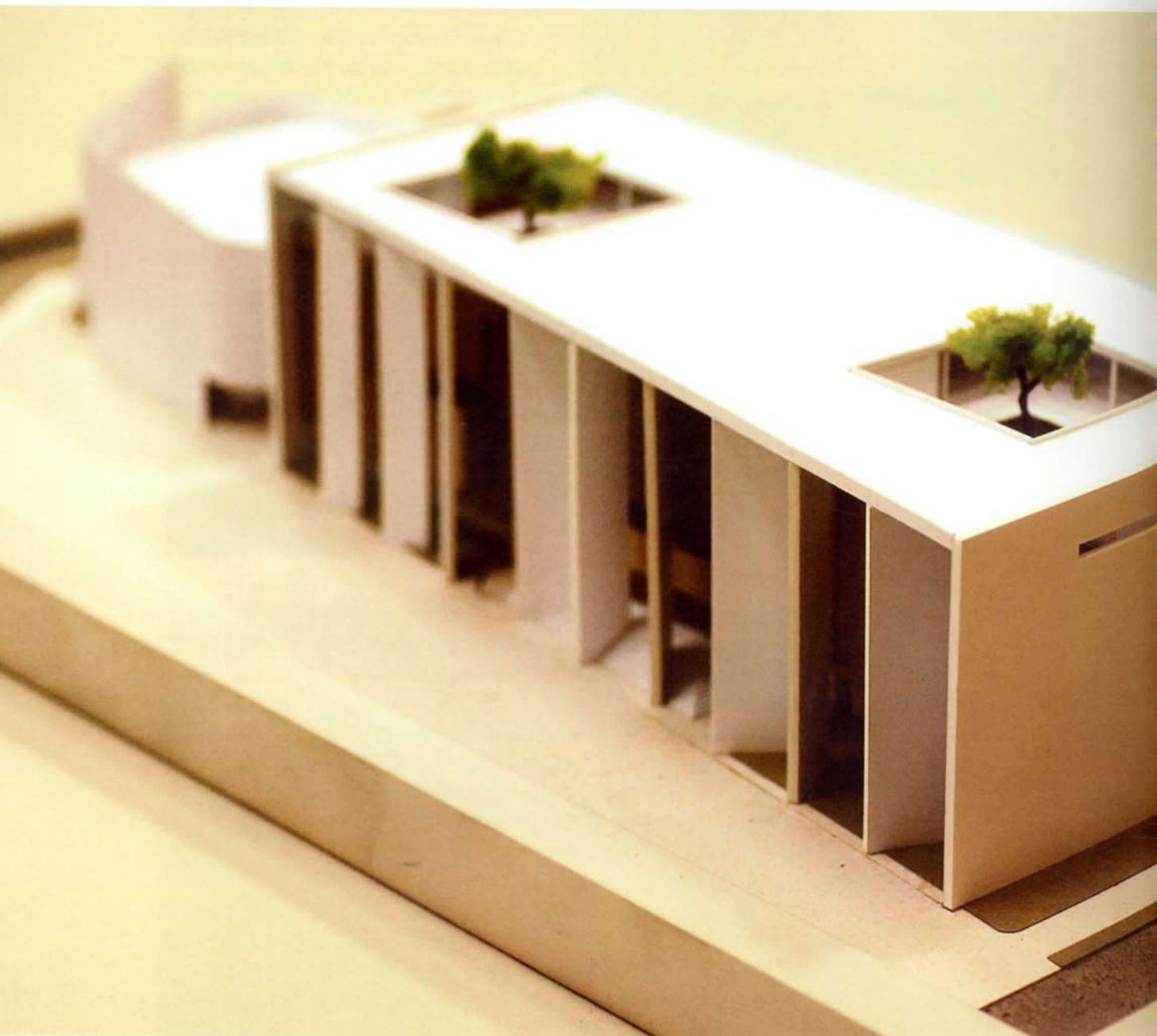
“O credenciamento
junto ao MEC
deverá abrir uma
nova fase para a
Esmape.”

Juiz Alberto Freitas
*Coordenador de Pesquisa,
Divulgação Científica e Cultural e
da Assessoria Jurídica Virtual*



Descontos viabilizam os estudos de diferentes categorias

Diversas categorias profissionais se beneficiam de descontos na pós-graduação da Esmape. É o caso, por exemplo, de membros da Defensoria Pública, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, da Polícia Militar, do Ministério Público estadual e federal, da Ordem dos Advogados, da Procuradoria Geral do Estado, da Polícia Federal, do Poder Executivo e dos Tribunais Regionais do Trabalho e Eleitoral. A partir do biênio 2008/2009, os magistrados pernambucanos também passaram a usufruir do benefício. Trata-se de mais uma iniciativa adotada na atual gestão em busca do aperfeiçoamento profissional dos magistrados.





Curso de Preparação à Magistratura

Reformulação assegura aprofundamento do conteúdo

MUDANÇAS IMPLANTADAS DERAM AOS PARTICIPANTES DO CURSO A POSSIBILIDADE DE MAIOR APROVEITAMENTO DAS DIVERSAS DISCIPLINAS

O Curso de Preparação à Magistratura e Demais Carreiras Jurídicas – o mais antigo e tradicional da Esmape – teve uma ampla reformulação no biênio 2008/2009. “A criação da coordenação pedagógica deu início ao processo de mudanças, cujo objetivo foi criar para o aluno oportunidades de maior aproveitamento do conteúdo das diversas disciplinas”, afirma o juiz André Vicente Pires Rosa, coordenador do Curso de Preparação à Magistratura e Demais Carreiras Jurídicas da Esmape.

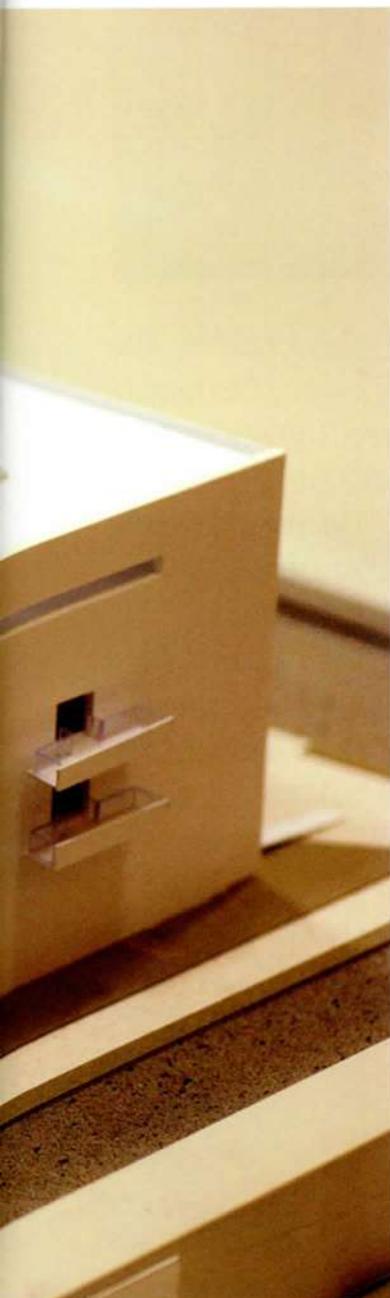
SELEÇÃO

Com a reformulação, a seleção para o curso de preparação passou a seguir o mesmo modelo utilizado nos cursos de pós-graduação da Escola.

Para ingressar no curso, os interessados devem se submeter a uma avaliação do currículo e do histórico escolar. Além disso, participam de uma entrevista.

Em mais de duas décadas, a Esmape preparou tanto os bacharéis em Direito que se sentiram motivados a ingressar na magistratura, quanto os que pretendiam as demais carreiras jurídicas, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Assim como os demais cursos promovidos pela Esmape, o de Preparação à Magistratura beneficiou-se da elevação do





conceito da escola, que, nesses 22 anos de existência, tornou-se um centro de excelência acadêmica, reunindo operadores do Direito que buscam atualização constante, ingresso na carreira da magistratura, aperfeiçoamento ético e profissional e educação continuada.

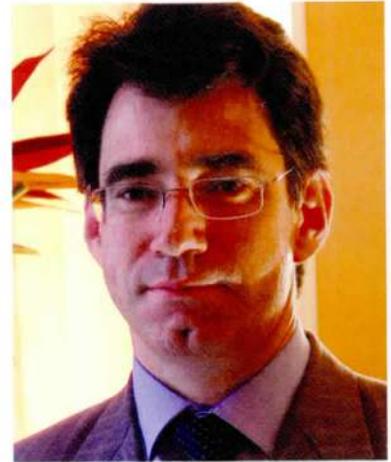
Esse curso foi o primeiro da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, cuja criação, em 11 de agosto de 1987, coincidiu com o momento em que o Brasil comemorava o 160º aniversário da instalação dos cursos jurídicos.

A preparação em três módulos semestrais

REFORMULAÇÃO COLOCADA EM PRÁTICA NO BIÊNIO 2008/2009 GARANTIU AOS ALUNOS A OPORTUNIDADE DE ESTUDAR UMA DISCIPLINA POR DIA

O Curso de Preparação à Magistratura e Demais Carreiras Jurídicas tem duração de três semestres com, no mínimo, 810 horas-aula, podendo o aluno optar, adicionalmente, pelo curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Público, a partir do segundo período. Nessa hipótese, recebe dupla certificação – uma pela Esmape (a do curso preparatório) e outra pelo Faculdade Maurício de Nassau (a de especialista em Direito Público).

A partir da reformulação empreendida no biênio 2008/2009, os alunos passaram a estudar, em sala de aula, uma disciplina por dia no período de quatro horas, tal qual ocorre nos cursos de pós-graduação. A destinação de tempo maior para o exame de cada matéria tornou mais rica a aprendizagem. O último dia de aula em cada disciplina, determinado pela respectiva carga horária, é destinado à avaliação. Quem não atinge a média necessária nessa avaliação tem nova oportunidade, podendo submeter-se a uma prova final.



“A criação da coordenação pedagógica deu início ao processo de mudanças, cujo objetivo foi criar para o aluno oportunidades de maior aproveitamento do conteúdo das diversas disciplinas.”

Juiz André Vicente Pires Rosa
Coordenador do Curso de Preparação à Magistratura e Demais Carreiras Jurídicas da Esmape



DISCIPLINAS

No primeiro período, são obrigatórias as seguintes disciplinas: Direito Constitucional I (30 horas-aula), Direito Tributário I (30 horas-aula), Direito Civil I (30 horas-aula), Direito Processual Penal I (30 horas-aula), Administração Judiciária (15 horas-aula), Direito Administrativo I (30 horas-aula), Direito Penal I (30 horas-aula), Direito Processual Civil I (30 horas-aula), Direito Empresarial I (30 horas-aula) e Responsabilidade Civil (15 horas-aula).

No segundo período, o aluno tem que cursar obrigatoriamente as seguintes disciplinas: Direito Constitucional II (30 horas-aula), Direito Administrativo II (30 horas-aula), Direito Tributário II (30 horas-aula), Direito Penal II (30 horas-aula), Direito Processual Civil II (30 horas-aula), Direito Processual Penal II (30 horas-aula), Direito Civil II (30 horas-aula), Direito Empresarial II (30 horas-aula) e Técnica de Elaboração de Decisão Cível (30 horas-aula).

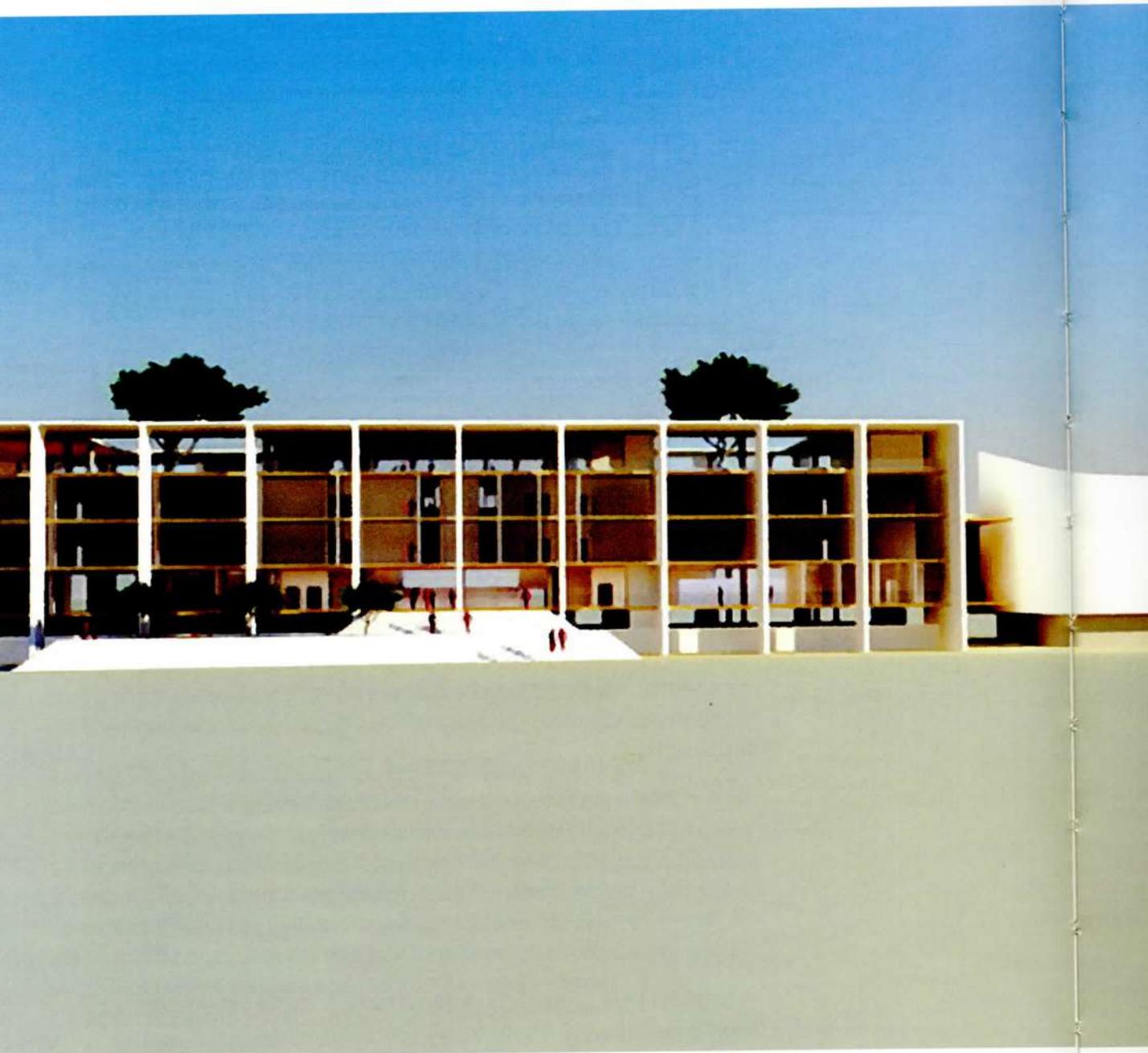
OPÇÃO

Ainda no segundo período, o aluno pode fazer opção pela disciplina Didática do Ensino Superior, que tem carga de 30 horas-aula, pela qual adere à pós-graduação *lato sensu* em Direito Público.

No terceiro período, são obrigatórias as seguintes disciplinas: Direito Penal III (30 horas-aula), Direito Processual Penal III (30 horas-aula), Direito Processual Civil III (30 horas-aula), Direito Civil III (30 horas-aula), Direito do Consumidor (30 horas-aula), Direito Eleitoral (15 horas-aula), Direito da Criança e do Adolescente (30 horas-aula), Medicina Legal (15 horas-aula), Técnica de Elaboração da Sentença Criminal (30 horas-aula) e Teoria Geral do Direito (30 horas-aula).

Nesse último período, o aluno que aderiu à pós-graduação *lato sensu* em Direito Público faz a disciplina Metodologia da Pesquisa, com 30 horas-aula. O passo seguinte é a elaboração da monografia, pela qual o aluno encerra a participação no curso, obtendo a certificação em Preparação à Magistratura e Demais Carreiras Jurídicas e na pós-graduação *lato sensu* em Direito Público.

A procura pela Preparação à Magistratura é grande: durante o biênio 2008/2009, foram matriculados 1.004 alunos.







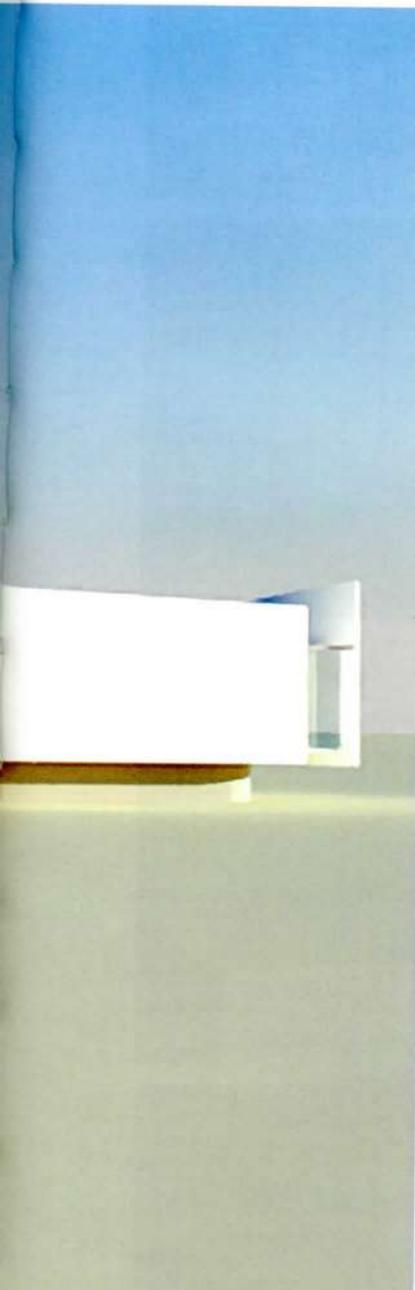
Eventos científicos e culturais

1º Congresso Luso-Brasileiro discute desafios do Direito

EVENTO SERVIU COMO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS PERNAMBUCANOS E APROXIMOU JURISTAS PORTUGUESES E BRASILEIROS

Com o objetivo de abordar a temática “Novos Desafios para o Poder Judicial”, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), em convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL), realizou o 1º Congresso Luso-Brasileiro entre os dias 16 e 19 de fevereiro de 2009. Durante quatro dias de evento, mais de 300 pessoas assistiram às palestras de grandes nomes do Direito do Brasil e de Portugal, que foram proferidas no Auditório do Fórum Rodolfo Aureliano.

O Congresso Luso-Brasileiro contou com a participação dos maiores juristas portugueses. Vale a pena referir o constitucionalista Jorge Miranda, os professores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e doutores Eduardo Vera Cruz, Maria José Rangel Mesquita, Paula Costa e Silva e Carlos Blanco de Moraes e ainda o ministro do Supremo Tribunal de Justiça português, António Nunes Ferreira Girão. Também grandes juristas brasileiros participaram. Dentre eles, os professores doutores da Esmape João Maurício Adeodato, André Vicente Pires Rosa, Sérgio Torres Teixeira, Dayse de Vasconcelos Mayer e João Armando Costa e Menezes e os professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutores Teresa Arruda Alvim Wambier e Marcelo Neves.



Cada um dos temas propostos foi abordado por dois palestrantes, um do Brasil e outro de Portugal. “Nossa intenção era ter na plateia pessoas realmente interessadas nos estudos jurídicos”, explicou o diretor da Esmape, desembargador Frederico Neves. O congresso foi o primeiro evento realizado após o convênio assinado entre a Esmape e a FDL. Firmado em 2008, o documento acorda, além da realização de eventos, a parceria das instituições na condução de projetos comuns de pesquisa.

APRENDIZADO PARA TODOS

Além de estudantes e profissionais, um grande número de magistrados também esteve presente ao evento. A Esmape incentivou a participação dos juízes estaduais, credenciando junto à Enfam o congresso, que funcionou como curso de aperfeiçoamento para os magistrados pernambucanos. Da inscrição à participação, o congresso deveria refletir a alta qualidade dos participantes e o interesse do público-alvo em eventos importantes e desse porte.

Após quatro dias de intensa troca de experiências e apresentação das duas legislações, a do Brasil e a de Portugal, os juristas portugueses se despediram do Recife com uma excelente avaliação do evento.





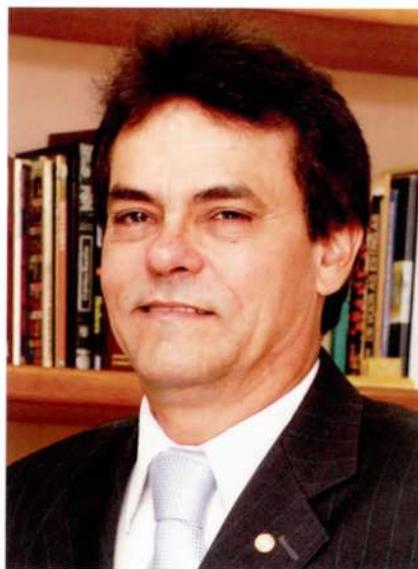
Direito na sociedade de risco é tema do 2º Congresso Luso-Brasileiro

CRIMES PELA INTERNET, CONTRA O CONSUMIDOR E CONTRA O MEIO AMBIENTE FORAM TEMAS ABORDADOS

Janeiro de 2010 foi marcado pela realização do 2º Congresso Luso-Brasileiro. Com o tema “Direito na sociedade de risco”, o encontro aconteceu no salão nobre do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e teve cerca de 150 inscritos – a maioria magistrados e servidores do TJPE. Esse foi mais um evento promovido pela Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (Esmape), em convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Durante os quatro dias de conferência, os temas propostos foram abordados por renomados juristas. Dentre eles, o professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, José Oliveira Ascensão, o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Paulo Saragoça, e os professores Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Andreas Krell, Hélio Ourem, Cristiano Chaves, Marcos Ehrhardt Júnior e Cassio Scarpinella Bueno.

"Ao término da sua gestão perante a direção da Esmape, o eminente desembargador e professor Frederico Ricardo de Almeida Neves consolida a instituição como imprescindível não só à magistratura, mas a toda a comunidade jurídica. Para mais disso, com a implantação dos novos cursos de aperfeiçoamento e suas parcerias além-mar, projeta a Escola internacionalmente, o que reflete a qualidade, a seriedade e a importância do ensino que oferece."



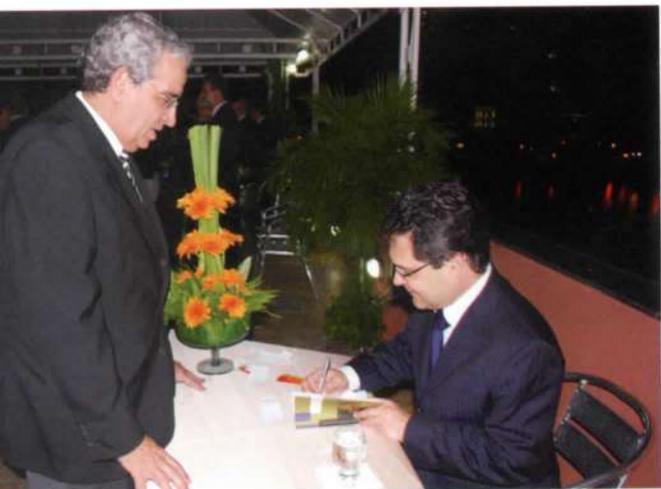
Juiz Carlos Moraes
4ª Vara Cível da Capital



Assuntos atuais, como crimes pela internet, contra o consumidor e contra o meio ambiente, foram abordados pelos operadores de Direito. As transformações ambientais também foram alvo de debate na mesa de discussões.

HOMENAGEM

O Congresso Luso-Brasileiro foi encerrado com uma homenagem ao doutor em Direito e escritor pernambucano, Nelson Saldanha. Ele recebeu uma placa das mãos do diretor da Esmape, desembargador Frederico Neves, durante a solenidade. “Eu fico engrandecido com essa homenagem que não mereço. Talvez até mereça alguma, mas não tão grandiosa”, afirmou, emocionado, o escritor.





Um espaço para lançamentos de livros jurídicos

OBRAS QUESTIONAM TEMAS ATUAIS E POLÊMICOS PARA A SOCIEDADE. A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA ESTÁ ENTRE OS DESTAQUES.

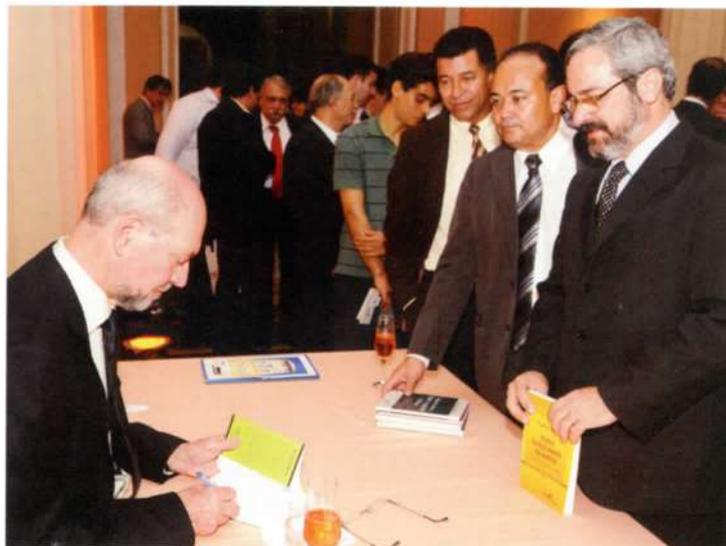
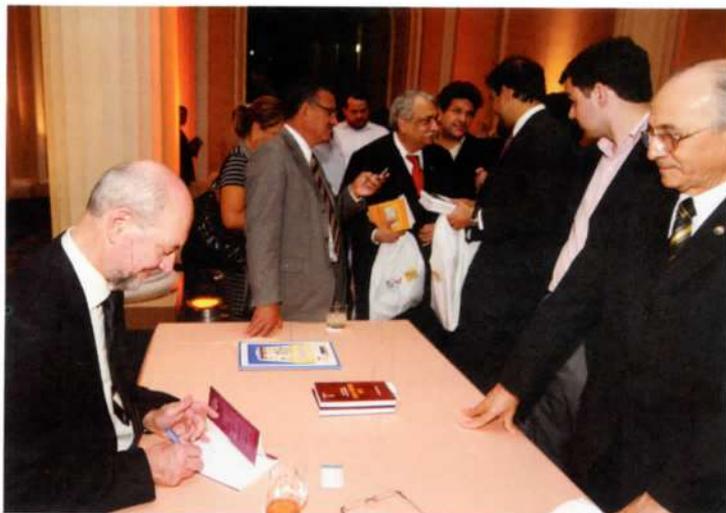
A Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (Esmape) abriu suas portas, em 2009, para lançamentos de diversos livros voltados para a área jurídica. As publicações trouxeram dilemas éticos e jurídicos relevantes para a sociedade. A reprodução assistida e as possíveis consequências do uso dessa técnica foram os temas discutidos pela juíza pernambucana Ana Cláudia Brandão de Barros Correia no seu primeiro livro. Intitulado *Reprodução humana assistida e suas consequências nas relações de família* (Editora Juruá), a obra discute a importância de se editar, no Brasil, uma lei que regule o assunto.

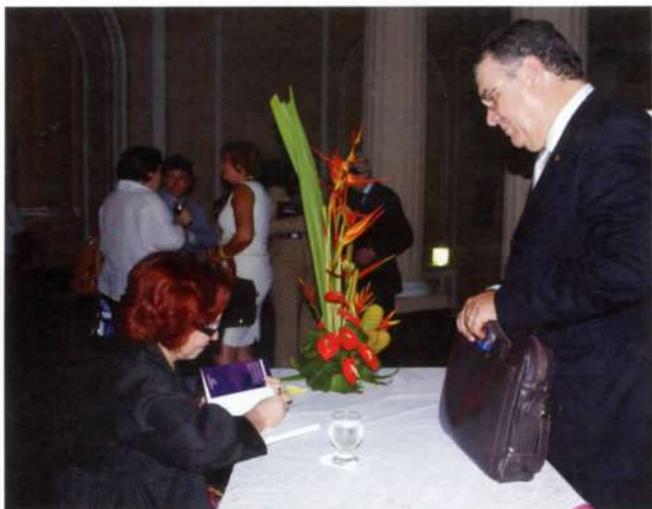
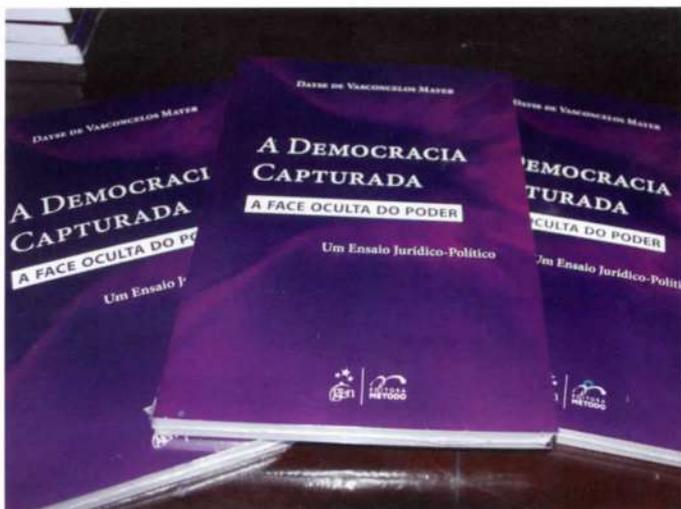
A nova Lei Nacional de Adoção foi abordada pelo desembargador pernambucano Luiz Carlos de Barros Figueiredo no livro *Comentários à Nova Lei Nacional da Adoção (Lei nº 12.010/2009)* (Editora Martins Fontes). Lançado em fevereiro de 2010, o volume traz uma análise da mudança da legislação, além de esclarecer os pontos positivos e negativos do novo diploma.



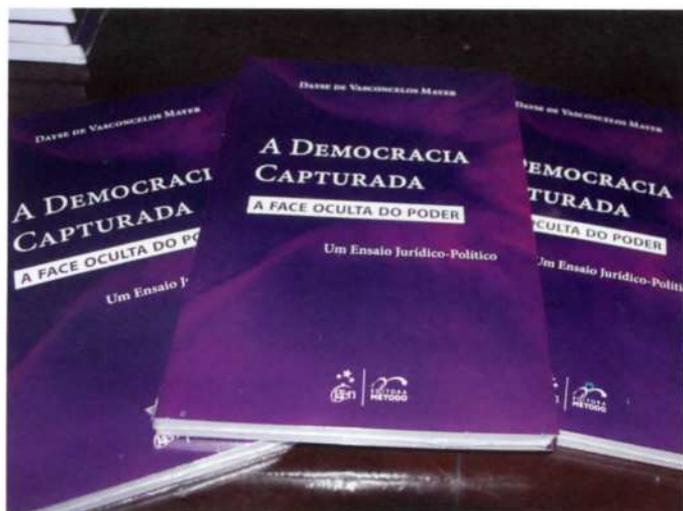
Outro destaque foi o lançamento do livro *Transconstitucionalismo* (Editora Martins Fontes), do professor da Universidade de São Paulo (USP) Marcelo Neves. Na publicação, Neves trabalha uma centena de casos em que ordens jurídicas de diferentes dimensões são confrontadas.

Durante palestra realizada em setembro de 2009, na Esmape, o professor catedrático e emérito da Universidade de Heidelberg (Alemanha) Friedrich Müller lançou quatro livros: *Fragmento sobre o Poder Constituinte do Povo*, *O Novo Paradigma do Direito*, *Teoria Estruturante do Direito (Volume I)* e *Quem é o povo? (4ª edição)*”.





Apresentado durante o 2º Congresso Luso-Brasileiro Esmape, em janeiro de 2010, o livro *A Democracia Capturada* (Editora Método), da coordenadora de projetos especiais da Esmape, professora Dayse de Vasconcelos, foi um verdadeiro manual de patologia política, voltado para as eleições, os partidos, os Parlamentos, as formas e os sistemas de governo e a comunicação social.



Apresentado durante o 2º Congresso Luso-Brasileiro Esmape, em janeiro de 2010, o livro *A Democracia Capturada* (Editora Método), da coordenadora de projetos especiais da Esmape, professora Dayse de Vasconcelos, foi um verdadeiro manual de patologia política, voltado para as eleições, os partidos, os Paramentos, as formas e os sistemas de governo e a comunicação social.

Seminários e palestras abordam diferentes assuntos

MERCADO DE CAPITAIS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PERSPECTIVAS DO DIREITO FORAM ALGUNS DOS TEMAS DISCUTIDOS NO BIÊNIO 2008/2009

Várias palestras e seminários fizeram parte da agenda de eventos da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) no biênio 2008/2009. Em parceria com a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a Escola realizou, no dia 19 de setembro de 2008, o seminário “O Mercado de Capitais e a Bolsa de Valores”, sugerido e organizado com a ajuda do juiz Isaiás Lins, da 33ª Vara Cível da Capital. O tema despertou interesse principalmente por ocasião da crise que assolou as bolsas de valores naquele ano. Segundo a juíza da 13ª Vara Cível da capital, Nalva Cristina, o juiz deve ser atualizado em todas as áreas do conhecimento humano. “Sobretudo nas que envolvem as grandes transformações sociais”, justificou.

A atuação do CNJ na efetividade da Lei Maria da Penha foi o tema escolhido pela conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Andréa Pachá, em palestra realizada no dia 24 de março de 2009. Pachá chamou atenção para os altos números de violência doméstica registrados no país. “A cada 15 segundos uma mulher é vítima de agressão no Brasil. Mesmo se não tivesse o caso concreto de Maria da Penha essa lei teria vindo”, fez questão de reforçar.

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), Djaci Falcão, foi homenageado pelo TJPE com a realização de um seminário e do lançamento de um livro de memórias sobre o magistrado, no dia 7 de agosto de 2009. Durante o evento, foram ministradas as palestras





“O significado do Código Civil, Perspectivas do Direito Privado, Perspectivas do Direito no Século XXI” e “Djaci Falcão e o Supremo Tribunal Federal”. No encerramento do encontro, também foi lançado o livro *Memória Judiciária de Pernambuco*, cujo primeiro volume da coleção é dedicado a Djaci Falcão.

Um mês depois, em 22 de setembro de 2009, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) recebeu o professor catedrático e emérito da Universidade de Heidelberg (Alemanha) Friedrich Müller, que ministrou a palestra “O Novo Paradigma da Teoria e da Metodologia do Direito”. O evento fez parte do curso de aperfeiçoamento para os juízes da Esmape, mas também foi aberto ao público. Na ocasião, Müller explicou as diferenças entre o mundo dos valores e do Direito, que, para ele, são distintos. “Eles têm um papel muito importante e influenciam um sistema inteiro de instituições jurídicas e de tribunais”, observou.

A vice-reitora e professora de Administração Judiciária da Fordham School of Law, Toni Fine, também esteve na Esmape para falar como acontece o contato do Poder Judiciário norte-americano com a mídia. A palestra foi realizada no dia 7 de dezembro, durante o curso de aperfeiçoamento para juízes “*Media Training*”. “Foi uma experiência fantástica. Serviu para trocar ideias e também me rendeu bons amigos”,



comemorou Fine.

Curso de formação amplia conhecimentos profissionais

EVENTO FOI REALIZADO COMO A SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO PARA DIVERSOS CARGOS DE ANALISTA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Com o intuito de promover o desenvolvimento e ampliação de conhecimentos das áreas gerenciais e administrativas da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) promoveu, entre 13 de julho a 17 de agosto de 2009, um Programa de Formação. O evento foi realizado como a segunda etapa do concurso público para os cargos de Analista em Gestão Administrativa, Analista de Planejamento e Orçamento e Analista de Controle Interno.

O programa teve duração de 240 hora/aula, divididas em dois módulos: desenvolvimento humano-organizacional e desen-



volvimento técnico-profissional. O primeiro teve por objetivo propiciar ao candidato uma efetiva e eficiente profissionalização, a partir da compreensão da cultura organizacional e da dinâmica das mudanças e das relações sociais e com o meio ambiente. No segundo módulo, cada participante pôde desenvolver as habilidades necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao cargo. No total, 438 pessoas participaram das atividades.

A escola foi responsável por todo o processo de inscrição de candidatos, contratação de professores, além da publicação dos resultados obtidos pelos candidatos ao final do curso.

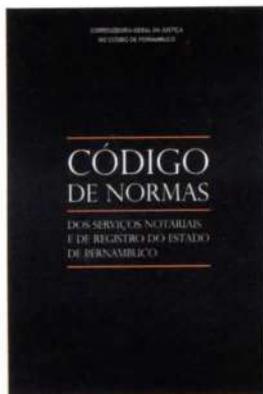




Nossas publicações

Missão assumida é missão cumprida!

PRIMEIRO CÓDIGO DE NORMAS DO SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DO ESTADO DE PERNAMBUCO AUXILIA CARTÓRIOS EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO



A fiscalização das atividades notariais e de registros, conhecidas pela população como aqueles serviços que requeremos em cartórios, é de responsabilidade da Corregedoria Geral da Justiça, autoridade essa outorgada pela Constituição brasileira. Por isso, era sua missão criar um mecanismo que facilitasse a consulta e cumprimento das determinações em vigor para melhorar o atendimento à população.

Esse foi o principal objetivo do desembargador José Fernandes de Lemos, então corregedor-geral da Justiça, e do desembargador Frederico Neves, diretor da Esmape, ao assinarem o acordo que deu origem ao primeiro Código de Normas do Serviço Notarial e de Registro do Estado de Pernambuco. Era responsabilidade da corregedoria a elaboração de todo o conteúdo, enquanto a escola trataria da publicação e distribuição do material.

Tarefa assumida, tarefa cumprida. Em 1º de janeiro de 2009 começava a circular o Código de Normas, que reúne em um instrumento único, com a característica fundamental da sistematização, as incontáveis normas internas e externas, federais e estaduais, que regulam os serviços de notas e registros.

Antes, Pernambuco tinha diversos instrumentos normativos esparsos. Além da dificuldade de consulta que isso gerava, era difícil saber aquilo que ainda estava em vigor e o que já não valia mais, dificultando o cumprimento das determinações. “Faltava





ao conjunto das normas internas editadas pelo Tribunal de Justiça, em especial àquelas oriundas da Corregedoria Geral da Justiça, uma coerência lógica e sistemática, o que dificultava sua aplicação prática”, explica o juiz corregedor auxiliar Fabio Eugênio.

Mas, além de consolidar as normativas existentes, o Código de Normas do Serviço Notarial e de Registro de Pernambuco foi aperfeiçoado. A corregedoria aproveitou a ocasião da criação do documento para codificar, inovar e disciplinar outras situações que ainda não estavam claras. “A partir do código, a tendência dos cartórios é irem se adequando às normas editadas pela corregedoria e gerando benefícios diretos para a população”, conclui Fabio Eugênio.

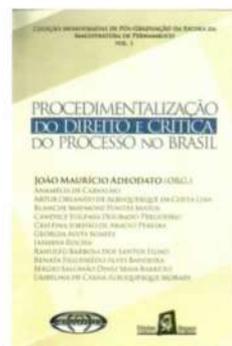
O conhecimento jurídico e a democratização da Justiça

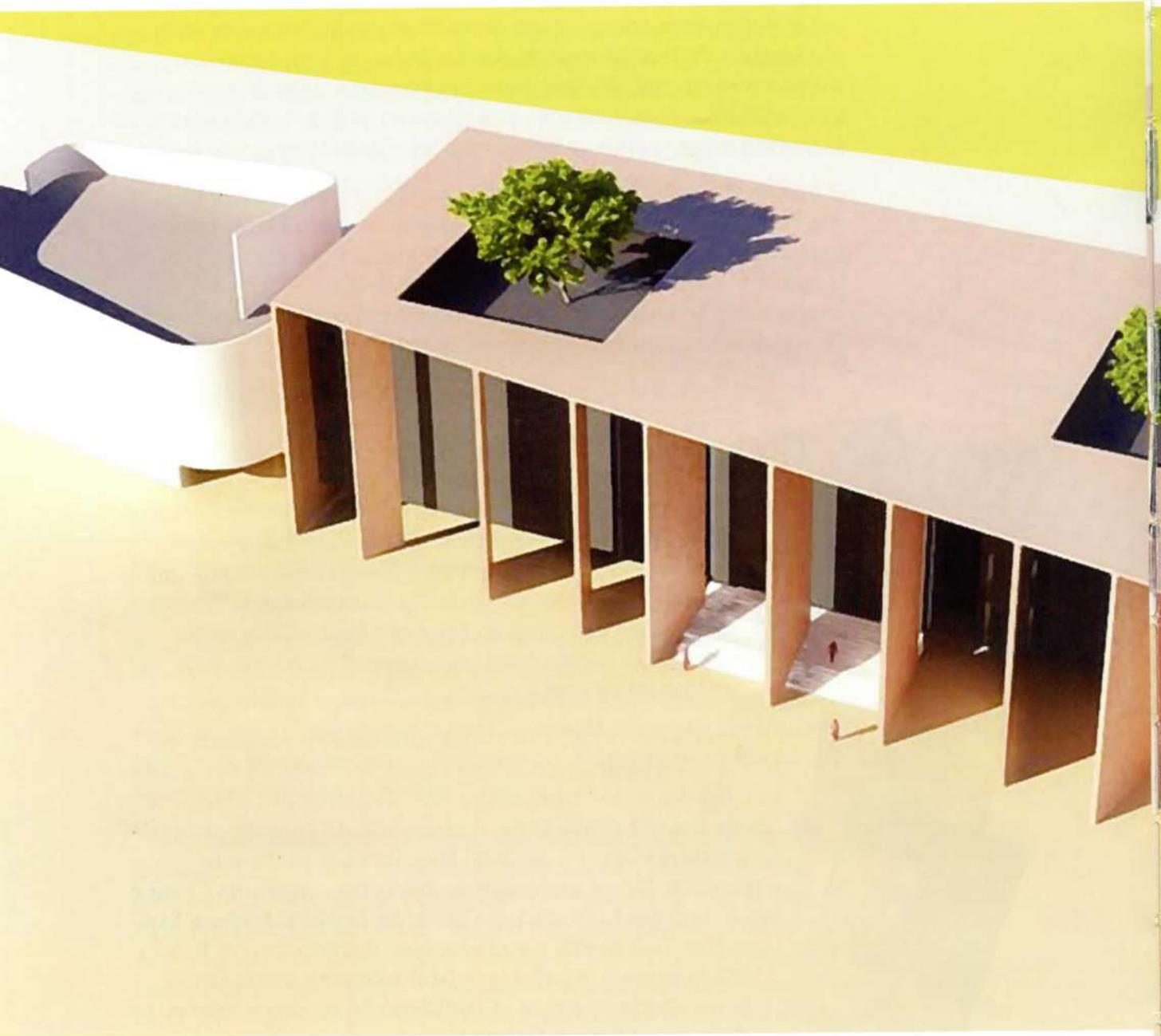
ESMAPE FOI RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA TODOS OS JUÍZES E DESEMBARGADORES DE PERNAMBUCO

Todos os anos a Esmape publica, em coletânea, parte do acervo da Jurisprudência do Primeiro Colégio Recursal Cível do Estado de Pernambuco. E dessa vez não foi diferente. Todos os juizes e desembargadores receberam, gratuitamente, este instrumento de pesquisa fundamental para suas tomadas de decisão e amadurecimento de novas teses.

A escola manifestou apoio e interesse nesta obra por atender ao projeto de criação da Esmape, cujo objetivo geral é incentivar o estudo da ciência do Direito, visando ao aperfeiçoamento técnico, científico e cultural da magistratura pernambucana, através da pesquisa e do debate jurídico de temas relevantes, e colaborar no aperfeiçoamento das leis, para maior afirmação do legado da Justiça.

Nesta coletânea está exposto o trabalho realizado pelas oito Turmas Recursais Cíveis, em exercício cumulativo dos membros integrantes, permeado de forte comprometimento com a simplicidade, oralidade e rapidez processuais. Para se chegar a este resultado, todos aqueles que integram o Primeiro Colégio Recursal do Estado de Pernambuco – magistrados e funcionários – trabalharam arduamente com o intuito de dividir com os demais juizes, desembargadores e advogados o conhecimento jurídico em benefício da democratização da Justiça.





Intercâmbio

A riqueza da troca de conhecimentos

ESMAPE E TJPE INVESTEM NO CONTATO COM OPERADORES DO DIREITO DE OUTROS PAÍSES EM CURSO MINISTRADO PELA FORDHAM SCHOOL OF LAW

Com o objetivo de promover a reciclagem e ampliação de conhecimentos do Direito Público e Privado americano, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promoveram, em junho de 2009, o Curso de Atualização e Aperfeiçoamento em Direito Comparado. Ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Nova York - Fordham School of Law -, o projeto de intercâmbio contou com a presença de 36 participantes, entre desembargadores, juízes e servidores do Poder Judiciário.

Durante 11 dias de curso, os participantes tiveram aulas teóricas no campus da Faculdade de Direito, ministradas sobre matérias de interesse comum ao Direito brasileiro e americano, tais como *E-Commerce*, Direito Constitucional, Direito Contratual, Responsabilidade Civil, Direito de Família, Direito Autoral e Direito Processual Penal, além de estudos práticos desenvolvidos com visitas ao Tribunal de Justiça de Nova York e ao Tribunal Federal de Nova York, bem como a um escritório de advocacia, onde diversos assuntos foram abordados durante a troca de experiências.

Ao final do projeto, magistrados e servidores receberam os certificados de participação durante cerimônia organizada pela reitora assistente da instituição, Toni M. Fine. “Além de abrir os horizontes dos magistrados para as questões jurídicas de outros países, o curso contribuiu de maneira considerável para o crescimento de todos. Tive-





"O curso foi muito produtivo, pois nos permitiu vivenciar a estrutura da Justiça americana, em um dos mais importantes estados dos Estados Unidos, e efetuar uma comparação com o sistema brasileiro, verificando as práticas positivas que poderiam ser implantadas aqui no Brasil, obviamente com as devidas adaptações, em busca da melhora da prestação jurisdicional e da própria atividade-meio do Poder Judiciário."

Des. Eurico de Barros Correia Filho
4ª Câmara Cível

mos a oportunidade de absorver toda a prática positiva utilizada nos Estados Unidos para, então, aplicarmos aqui no Brasil", relatou o juiz Silvio Romero Beltrão, coordenador de Assuntos Internacionais da Esmape.

Brasil e Portugal ainda mais unidos pelo ensino e pesquisa

INICIATIVA RESULTOU DA ASSINATURA DE UM CONVÊNIO ENTRE A ESMAPE E A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Além de implementar o Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados do Estado e celebrar o título de escola que mais obteve credenciamento de cursos voltados para a atualização de juízes no Brasil, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) celebrou outra grande conquista em 2008: a assinatura de um convênio científico com a Faculdade de Direito de Lisboa (FDL).

Entre outras finalidades, o documento tem como objetivo promover iniciativas de complementaridade de ações educativas e de integração das duas instituições. Com a assinatura, Esmape

e FDL passaram a concretizar ações que, até março de 2008, estavam apenas no plano das intenções. A realização de um congresso anual, alternadamente no Brasil e em Lisboa, a possibilidade de efetivar intercâmbios de professores, a formação de magistrados em cursos de pós-graduação e a execução de projetos comuns de investigação jurídica são alguns dos pontos previstos no convênio.

Em fevereiro de 2009, a Esmape realizou o primeiro Congresso Luso-Brasileiro “Novos Desafios Para o Poder Judicial”. Em janeiro de 2010, aconteceu o 2º Congresso Luso-Brasileiro “O Direito na Sociedade de Risco”.

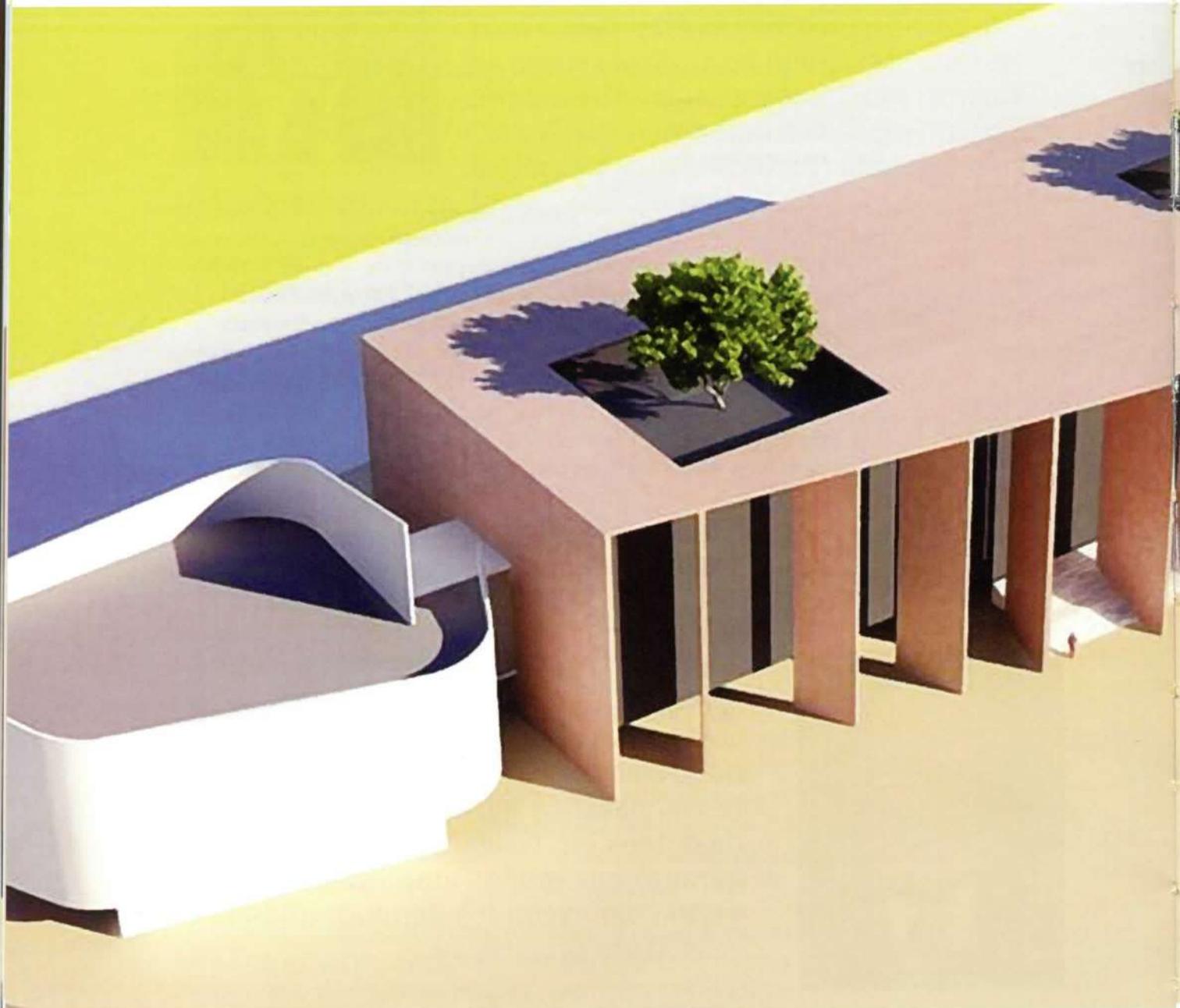
TERRAS LUSITANAS

O intercâmbio de experiências nos campos de ensino, pesquisa e extensão teve continuidade em Portugal. Entre os dias 19 e 23 de outubro de 2009, o diretor da Esmape, desembargador Frederico Neves; o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Jones Figueiredo; e a coordenadora de Projetos Especiais da Esmape, professora Dayse Mayer, participaram, como palestrantes, do Simpósio Luso-Brasileiro de Lisboa “Crise e Justiça”.



"Durante a gestão 2008/2009 a Esmape primou por oferecer cursos abrangentes, com o objetivo claro de preparar o magistrado para os novos desafios da Justiça. Participei de cursos em Lisboa e Nova York e garanto que ambos ampliaram a minha visão com exemplos de modernidade e celeridade processual."

Des. José Fernandes
Presidente do TJPE





Participação no Copedem ajuda a padronizar avaliação

Esmape e as ações em defesa das escolas de magistratura

DIRETOR DA ESCOLA REPRESENTA NORDESTE EM COMISSÃO CONSTITUÍDA PELO COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGISTRATURA (COPEDEM)

Defender os princípios, prerrogativas, independência e funções institucionais de todas as escolas estaduais de magistratura. Com esse intuito foi criado, em 2005, no Rio de Janeiro, o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem). Durante o biênio 2008/2009, a Esmape participou de oito encontros realizados pelo Colégio em cidades de todo o Brasil. Na XII encontro, os desembargadores Frederico Neves e Leopoldo Raposo e a juíza Mariana Vargas estiveram em João Pessoa (PB) para se reunir com os representantes das demais escolas de magistratura estaduais do país.

Em junho de 2008, a capital do Paraná foi escolhida para sediar o XIII Copedem. Durante o encontro em Curitiba, foi instituída a comissão de uniformização de critérios para avaliação dos cursos de aperfeiçoamento de magistrados, composta por cinco diretores de Escolas - cada



um representando sua região. O Nordeste passou a ser representado pelo desembargador Frederico Neves, diretor da Esmape. “O intuito desse grupo é estudar e sugerir critérios uniformizados de avaliação na aprendizagem dos magistrados durante o curso”, esclareceu. Além do desembargador Frederico Neves, os desembargadores Leopoldo Raposo e José Fernandes e a juíza Mariana Vargas, supervisora da Esmape, estavam entre os presentes.

Três meses depois, a cidade de Macapá recebeu, pela primeira vez, o evento. Organizado pela Escola Judicial do Amapá, a XIV Reunião ocorreu entre os dias 12 e 14 de setembro e mais uma vez contou com a participação de representantes das Escolas de Magistratura. Aos desembargadores Frederico Neves e Leopoldo Raposo e aos demais participantes foi apresentado o *layout* da página oficial do Copedem na internet.

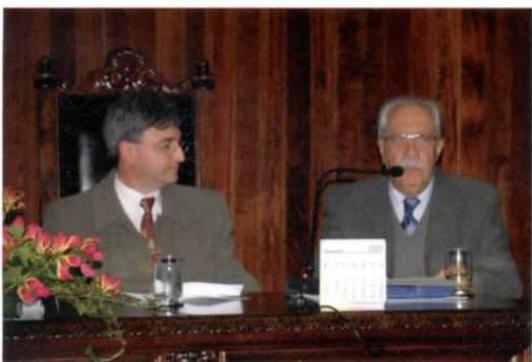


Fechando 2008, Mato Grosso do Sul recebeu todos os representantes do Copedem, na XV Reunião do Colégio. Entre os dias 20 e 23 de novembro, Campo Grande serviu de palco para importantes discussões. Assim como nos encontros anteriores, os desembargadores Frederico Neves e Leopoldo Raposo estiveram representando a Esmape.



TRABALHO CONTINUADO

No início de 2009, a XVI Reunião do Copedem aconteceu em Cuiabá (MT). Entre os dias 26 e 28 de março, foram levantadas algumas medidas sugeridas pela Enfam sobre os conteúdos programáticos mínimos para os Cursos de Aperfeiçoamento e Formação. O desembargador Frederico Neves esteve presente.



No encontro seguinte, em São Paulo, o diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Antonio Rulli Junior, foi eleito presidente do colégio permanente para o biênio 2009/2011. A supervisora da Esmape, juíza Mariana Vargas, representou a escola na reu-





ção. Na ocasião, foi outorgada a Medalha do Mérito Acadêmico da Escola Paulista da Magistratura ao desembargador Frederico Neves, por sua relevante contribuição ao ensino do Direito.

A Escola Superior da Magistratura de Sergipe (Esmese) foi a responsável por receber o XVIII Copedem. O evento aconteceu nos dias 3 e 4 de setembro e teve como objetivo discutir a especialização do magistrado brasileiro e o futuro das escolas. Participaram, representando a Esmape, o desembargador Frederico Neves e a juíza Mariana Vargas.

A última reunião de 2009 foi em Manaus. Nos dias 5 e 7 de novembro, escolas de todas as regiões do país trocaram experiências e discutiram assuntos de interesse comum. Durante o encontro foi constituída a comissão de estudos com objetivo de sensibilizar os Tribunais sobre a necessidade de serem repassados, para as escolas locais, os recursos financeiros indispensáveis à implementação dos cursos de aperfeiçoamento de magistrados. O desembargador Frederico Neves foi indicado pelo Copedem para presidir tal Comissão.

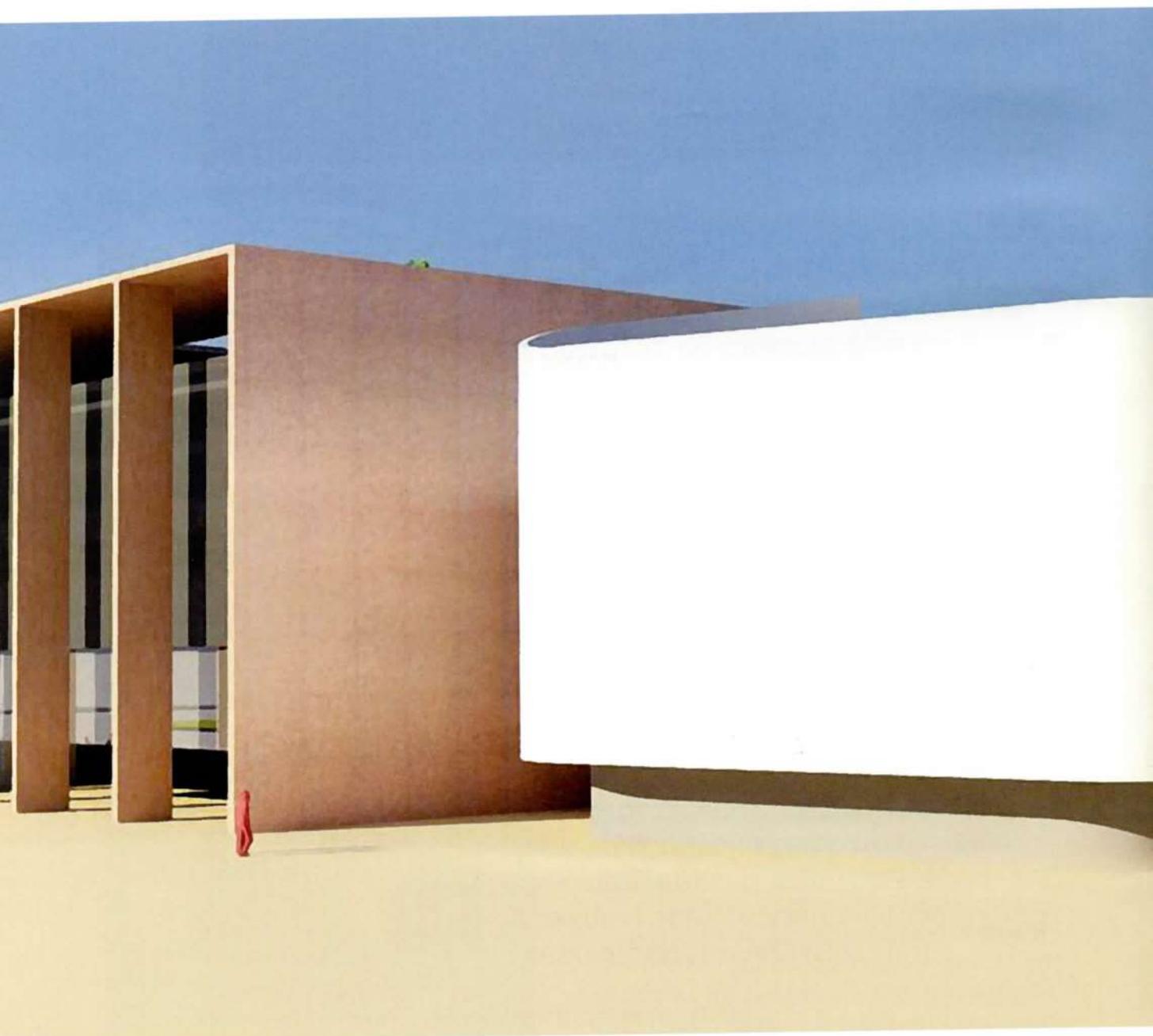


"A Escola da Magistratura de Pernambuco tem tido uma experiência pioneira na gravação dos cursos presenciais. É uma escola de ponta. Conta com excelente corpo docente de magistrados e corpo docente das universidades. Pernambuco sempre foi um importante centro de cultura jurídica, a começar em 1827 com a criação da Faculdade de Direito de Olinda. Tem acompanhado a evolução do ensino do Direito para magistrados atendendo às exigências da Enfam e de tal maneira que se coloca entre as primeiras na formação de juízes. É uma Escola institucional, tendo ainda cursos de natureza acadêmica com excelente qualidade. A Escola de Pernambuco procura dar uma formação ao magistrado sempre centrando seus cursos na ética, na cidadania e na democracia, para melhor realizar a atividade jurisdicional."



Des. Antonio Rulli Junior

Diretor da Escola Paulista de Magistratura e Presidente do Copedem





Visitas à Esmape

Local de encontro entre juristas do Brasil e do mundo

GRANDES NOMES DO DIREITO ESTIVERAM NA ESMAPE EM 2008 E 2009 PARA CONHECER O MODELO DE GESTÃO DA ESCOLA E FIRMAR PARCERIAS

No ano em que foi colocado em prática o Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados de Pernambuco, juristas brasileiros, portugueses e americanos iniciaram um ciclo de visitas que, entre outros motivos, visavam conhecer de perto os procedimentos que compõem o modelo de gestão da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape).

A primeira grande jurista a visitar a Esmape foi a professora doutora Paula Costa Silva, da Faculdade de Direito da Universidade Lisboa. Na ocasião, estiveram presentes, além do diretor da Esmape, desembargador Frederico Neves, a juíza Mariana Vargas, supervisora da escola, e a professora Dayse Vasconcelos Mayer, coordenadora de projetos especiais da instituição. Durante o encontro, que ocorreu em fevereiro de 2008, foram discutidos os principais contornos do convênio que futuramente seria firmado entre a Esmape e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Em agosto de 2008, o diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nilson Naves, participou da abertura do curso sobre a Lei Maria da Penha. Na ocasião, aproveitou para conhecer a Escola e recebeu das mãos do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Jones Figueiredo, a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado.





Alguns meses depois, em junho de 2009, o doutor e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Pedro Barbas Homem, também esteve no Brasil. A visita serviu para aprofundar os laços já existentes entre a instituição e a Esmape, e também para que fossem discutidos projetos a serem realizados em conjunto.

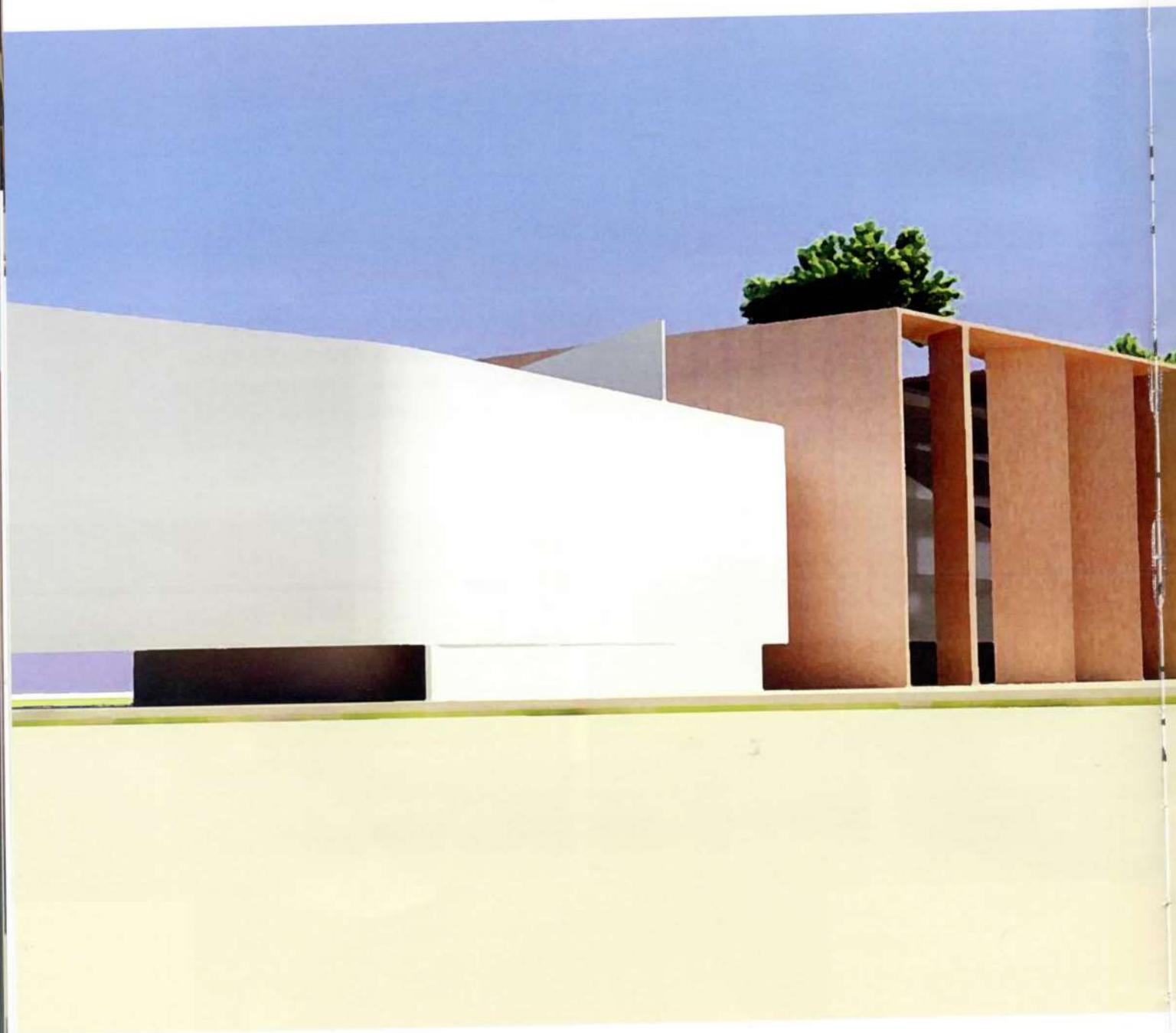
Em dezembro de 2009, a vice-reitora e professora de Administração Judiciária da Fordham School of Law de Nova York, Toni Fine, foi recepcionada no Tribunal de Justiça de Pernambuco por desembargadores e juízes. Em sua terceira visita ao Brasil, Fine foi recebida em sessão solene da Corte Especial e ministrou palestra na Esmape sobre a relação entre a imprensa americana e a Suprema Corte dos Estados Unidos.



"A escola se constitui em espaço institucional de transmissão do saber e de formação de agentes transmissores, criadores e reprodutores do Direito."

Des. Leopoldo Raposo
Tribunal de Justiça de Pernambuco





ORÇAMENTO

Esmape mantém saúde financeira

PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E SOLUÇÕES INOVADORAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS FORAM A RECEITA DO SUCESSO

Ao longo dos anos, a Esmape sempre primou pela boa administração de seus recursos financeiros. Essa austeridade administrativa de todos os diretores que passaram pela escola vem garantindo seu pleno funcionamento e sucesso desde sua fundação, em 11 de agosto de 1987. E isso não foi diferente nos últimos dois anos. Graças ao esforço de todo o corpo diretivo, a atual administração deixa em caixa uma quantia superior a R\$ 1,2 milhão.

Esse resultado expressivo foi conseguido por meio de ações simples, mas valiosas. Assim que assumiu a administração da escola, por exemplo, uma das primeiras atitudes tomadas pela nova diretoria foi a informatização do banco de dados da Esmape. Em contato com os magistrados, percebeu que a comunicação *online* seria mais eficiente e econômica, sobretudo com os juízes em exercício no interior do Estado. Com essa medida, a redução dos custos com papelaria, impressão e postagem foi significativa.

Outra atitude importante foi a parceria firmada com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Por meio desse acordo, foi possível a implantação dos Programas de Aperfeiçoamento de Magistrados e de Servidores, subsidiados financeiramente.

Para a execução dos cursos de aperfeiçoamento foi utilizada toda a infraestrutura da Escola, possibilitando a realização simultânea de vários cursos, com oferta de um leque mais abrangente de temas e alcance de um número extraordinário de treinandos.



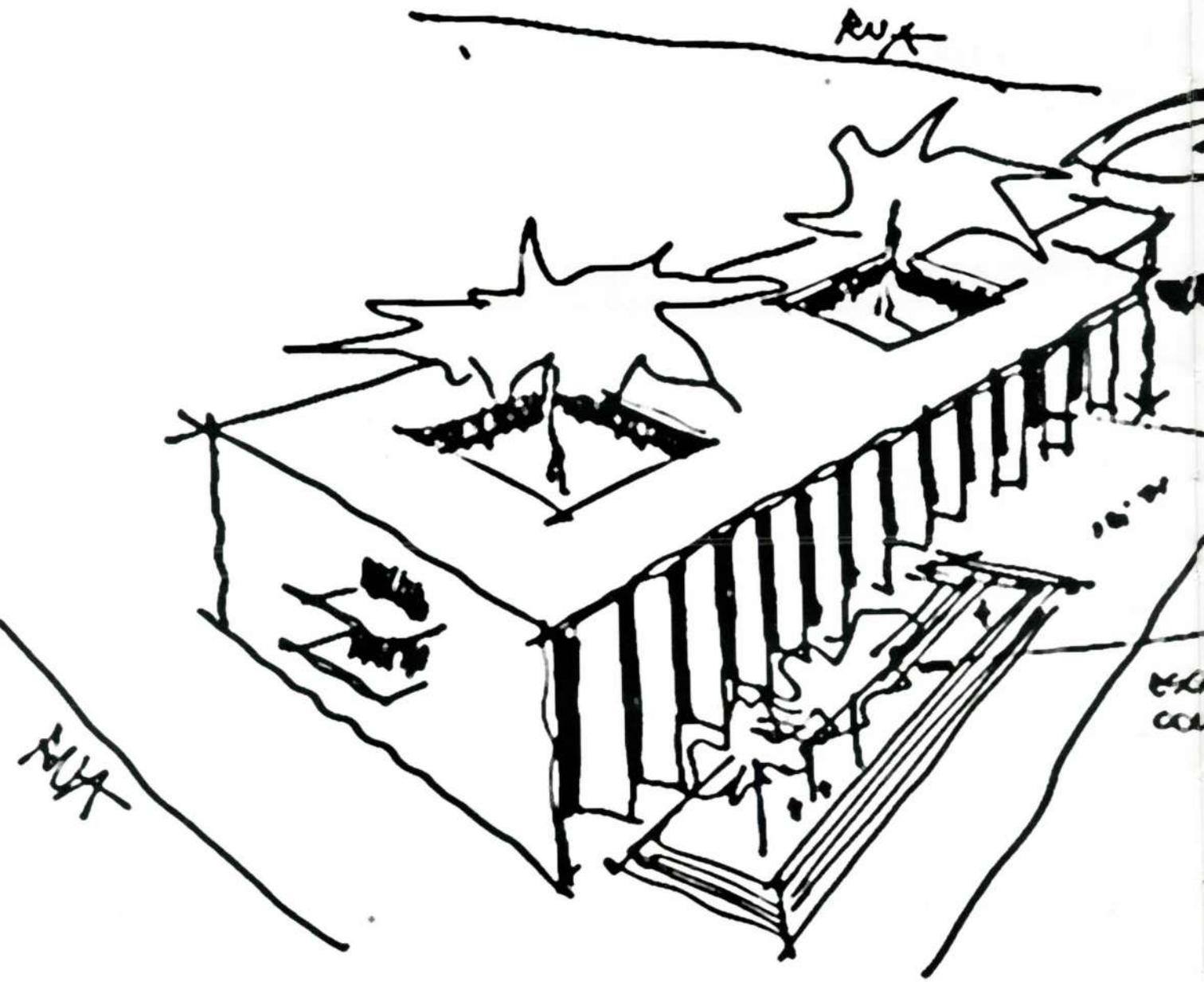
Parcerias com dez instituições públicas de Pernambuco também colaboraram para o fluxo de caixa positivo. São elas: o Governo do Estado de Pernambuco, o Ministério Público de Pernambuco, a Defensoria Pública de Pernambuco, a Polícia Militar de Pernambuco, Defensoria Pública de Pernambuco, a Polícia Federal – Superintendência Recife, a Prefeitura do Recife, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região,

BALANCETE RESUMIDO – BIÊNIO 2008/2009 - Período: fevereiro/2008 a janeiro/2010

RECEITAS	TRIMESTRE FEV-ABR/2008
MENSALIDADES	728.600,60
RECEITAS FINANCEIRAS	5.018,39
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	2.548,77
OUTRAS RECEITAS	11.656,30
SADPE - CONTRATO PROGRAMA DE FORMAÇÃO	-
PATROCÍNIO CONGRESSOS	-
TJPE - SUBVENÇÃO	160.000,00
TJPE - REGIMENTO INTERNO	25.800,00
TJPE - PÓS-GRADUAÇÃO	-
TJPE - VOLUNTÁRIOS	130.000,00
TJPE - OFICINA DE GESTÃO	-
TJPE - PROGRAMA DE APERF MAGISTRADOS	-
TJPE - PROGRAMA DE APERF SERVIDORES	-
TOTAL DAS RECEITAS	1.063.624,06
DESPESAS	
SALÁRIOS E ORDENADOS	84.264,49
ENCARGOS SOCIAIS	119.301,07
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL (REPRESENTAÇÃO / DIÁRIAS / OUTROS)	52.810,55
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	366.893,65
TRANSPORTE (CONDUÇÃO / ESTACIONAMENTO / SEGURO / COMBUSTÍVEL / OUTROS) E ALUGUÉIS	1.418,40
CONSERVAÇÃO E INSTALAÇÃO	14.179,25
OUTRAS DESPESAS	11,02
TELEFONE	9.363,88
CORREIOS	16.288,78
REPASSE ASCES	27.993,68
ENERGIA ELÉTRICA	15.198,43
LIVROS (PRODUÇÃO)	56.369,02
LIVROS (COMPRA - BIBLIOTECA)	85.505,93
INTERNET	1.137,00
HOSPEDAGENS / DIÁRIAS CONFERENCISTAS	26.365,28
EVENTOS E COMEMORAÇÕES	25.170,00
PROPAGANDA EVENTOS E CURSOS (PRODUÇÃO)	6.430,51
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	4.717,50
ÁGUA E ESGOTO	117,92
MATERIAL DE EXPEDIENTE	7.177,36
COPA / COZINHA	1.427,36
REPASSE MAURICIO NASSAU	100.395,05
DOAÇÃO	-
TAXAS / MULTAS	1.005,20
PAT PROGRAMA ALIMENTAÇÃO	12.596,74
TOTAL	1.036.138,07
DESPESAS FINANCEIRAS	5.927,64
DESPESAS TRIBUTARIAS	16.779,98
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-
DEVOLUCAO MENSALIDADES	4.820,00
TOTAL	27.527,62
TOTAL DAS DESPESAS	1.063.665,69
SALDO TRIMESTRAL	(41,63)
SUPERAVIT	-

o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pernambuco. Esses acordos visaram atender às solicitações de diversos órgãos e entidades para concessão de descontos aos servidores interessados em cursar a Esmape, que puderam aprimorar sua formação. Ao mesmo tempo, contribuíram para que a taxa de ocupação das turmas estivesse sempre alta, garantindo o sucesso financeiro da escola.

TRIMESTRE MAI-JUL/2008	TRIMESTRE AGO-OUT/2008	TRIMESTRE NOV/08-JAN/09	TRIMESTRE FEV-ABR/2009	TRIMESTRE MAI-JUN/2009	TRIMESTRE AGO-OUT/2009	TRIMESTRE NOV/09-JAN/10
744.286,64	793.765,55	586.340,80	582.556,14	424.224,80	410.289,51	442.471,54
4.904,96	6.101,68	12.017,20	19.729,08	12.314,82	18.432,13	15.896,98
4.031,06	2.448,89	2.468,58	2.293,11	1.673,77	3.360,40	3.867,60
110,00	14.861,50	-	-	-	-	-
-	-	-	-	111.600,00	446.400,00	36.026,58
-	-	-	33.550,00	13.260,00	44.919,48	15.000,00
120.000,00	120.000,00	80.000,00	160.000,00	120.000,00	120.000,00	200.000,00
-	-	-	-	-	-	-
106.006,32	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	175.750,00	-	-	-	-
235.600,00	79.800,00	448.162,50	-	204.750,00	364.000,00	680.950,00
-	-	-	-	-	-	154.561,00
1.214.938,98	1.016.977,62	1.304.739,08	798.128,33	887.823,39	1.407.401,52	1.548.773,70
87.306,73	75.670,72	133.843,22	105.956,74	111.045,45	110.431,81	179.291,80
108.508,41	98.843,06	103.773,33	86.851,87	106.490,55	119.792,63	182.653,79
19.309,22	23.295,26	35.521,59	56.060,49	45.162,93	107.003,76	113.511,53
321.197,62	325.513,12	359.797,18	274.575,88	329.201,03	583.617,72	468.547,53
6.264,74	7.103,03	1.180,00	867,00	29.357,94	33.357,54	8.260,83
13.319,26	11.944,56	10.919,19	7.904,28	7.430,32	15.888,55	16.618,61
2.077,20	28.845,31	569,51	-	1.998,85	421,23	2687,6
13.822,61	12.245,56	12.800,29	10.933,11	14.097,32	12.582,21	18.057,67
1.380,84	1.502,23	5.161,36	1.835,45	1.708,75	5.587,38	9.181,29
69.604,07	28.567,49	48.175,16	-	-	-	-
16.172,80	11.404,66	9.451,64	15.746,90	15.079,05	12.787,67	15.207,62
22.051,75	19.685,74	34.686,09	4.620,35	5.115,00	50.437,40	158.842,20
36.411,00	19.457,62	2.274,00	-	-	-	-
679,00	1.137,00	1.088,00	837,00	1.137,00	687,00	651,00
35.378,35	39.888,16	77.202,31	31.152,87	17.190,30	46.776,90	76.189,56
6.245,49	49.032,54	46.697,77	760,61	5.602,08	21.004,00	99.649,03
7.846,80	13.480,87	-	4.389,60	350,00	18.654,00	248,16
4.357,50	4.357,50	5.810,05	3.255,00	3.255,00	4.882,50	8.268,23
176,88	176,88	189,34	189,78	189,78	189,78	195,76
7.723,10	13.318,31	10.428,07	11.698,45	12.092,19	14.842,49	14.358,46
-	8.266,25	189,00	1.963,30	1.493,00	966,00	1.798,46
60.533,85	53.394,68	61.120,32	74.657,30	64.923,17	40.261,02	35.152,96
-	-	-	-	-	-	205,72
1.811,76	30,00	60,00	-	-	33,00	2.050,60
17.086,87	18.221,62	18.964,10	17.228,40	17.822,00	20.466,10	20.117,70
859.265,85	865.382,17	979.901,52	711.484,38	790.741,71	1.220.670,69	1.433.979,39
6.757,57	11.579,62	6.876,64	9.124,04	6.694,45	4.835,69	6.840,32
198,74	185,78	1.544,11	4.114,41	17.182,36	40.589,07	39.067,89
-	-	2.830,00	2.727,40	5.379,10	3.220,40	1.560,00
1.570,00	2.887,39	-	-	-	-	-
8.526,31	14.652,79	11.250,75	15.965,85	29.255,91	48.645,16	47.468,21
867.792,16	880.034,96	991.152,27	727.450,23	761.485,80	1.269.315,85	1.481.447,60
347.146,82	136.942,66	313.586,81	70.678,10	126.337,59	138.085,67	67.326,10
-	-	-	-	-	-	1.200.062,12





Esmape em casa nova

O sonho está virando realidade, com espaço adequado aos novos desafios

COM MAIS DE 8 MIL M², NOVA SEDE FICARÁ PRONTA ATÉ 2011 E TERÁ INFRA-ESTRUTURA DE PONTA E CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA MAGISTRADOS

Um ambiente agradável onde alunos, servidores e magistrados pudessem, além de assistir a suas aulas, ter um espaço para estudos individuais e em grupo, uma grande biblioteca, salas para audiências e júris simulados, auditórios e espaços para eventos, entre tantas outras coisas. Esse era o sonho do desembargador Frederico Neves, e de sua equipe, quando assumiu a direção da Escola em janeiro de 2008.

Esse desejo pôde se tornar realidade graças a um convênio firmado entre a Esmape e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O acordo assinado ainda em 2008 pelo então presidente do TJPE, desembargador Og Fernandes, e pelo diretor da Esmape, desembargador Frederico Neves, previa a construção de uma nova sede, que atendesse a todas as necessidades da escola.

Por esse convênio, a Esmape responsabilizou-se pela doação dos projetos arquitetônicos e complementares ao Tribunal, que, por sua vez, ficou responsável por construir um prédio no terreno ao lado do fórum e ceder o seu uso à Escola. Em contrapartida, o TJPE utilizará o prédio onde hoje funciona a escola para ampliar suas dependências.





Em fase de licitação, as obras devem começar ainda no 1º semestre de 2010 e a expectativa é que a inauguração aconteça até outubro de 2011.

Em fevereiro de 2009 a Esmape doou ao Tribunal o projeto de arquitetura, o levantamento topográfico e a sondagem do terreno e ainda os projetos estrutural, de infraestrutura elétrica e estabilizada, de subestação, hidrossanitário, de sistema de proteção de descargas atmosféricas (SPDA), de som, de climatização, de automação, de incêndio, de telecomunicações e de circuito fechado de TV (SFTV).

Para o diretor da Esmape, desembargador Frederico Neves, o novo prédio é indispensável, sobretudo após a Emenda Constitucional 45, em que as escolas assumiram um novo papel com a criação de cursos de formação e de aperfeiçoamento de magistrados. “Os cursos de formação, como etapa ou fase do concurso para ingresso na magistratura, e de aperfeiçoamento de juízes, para fins de promoção por merecimento e vitaliciamento, tornaram a atual sede absolutamente insuficiente, sob aspecto físico, para o desenvolvimento das suas atividades”, explicou.

“Ao todo serão
8.700 m² de área
construída, dividida
em cinco
pavimentos





Pensamos em uma linha atemporal, que nunca caísse em desuso, e que representasse o Poder Judiciário”

UMA PROPOSTA MODERNA E ATUAL

O projeto, elaborado pelos arquitetos Cecília Queiroz, Roberto Montezuma e Thiago Monteiro, foi concebido utilizando formação arquitetônica clássica, que pudesse conviver harmonicamente com a arquitetura forense, resgatando inclusive a entrada monumental do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. “Pensamos em uma linha atemporal, que nunca caísse em desuso, e que representasse o Poder Judiciário”, conta Cecília Queiroz, uma das arquitetas responsáveis pela idealização da construção.

Ao todo, serão 8.700 m² de área construída, dividida em cinco pavimentos. O primeiro deles abrigará um grande estacionamento e todas as áreas de serviços e zeladoria. Já o segundo pavimento, batizado de piso cultural, é um dos destaques do projeto e foi planejado para atender uma necessidade apontada pela Esmape: ter um local apropriado para lançamentos de livros, exposições e diversas outras atividades e eventos.

Nele estarão construídos dois auditórios, um para 200 e outro para 600 pessoas, sala de imprensa para recepção de jornalistas



e uma grande cafeteria com espaços de convivência. Para a decoração, o revestimento dos auditórios será feito em cerâmica branca e azul, remetendo à herança portuguesa característica em Pernambuco e formando um grande painel cultural. Os ex-diretores da Esmape serão homenageados com uma galeria que trará a foto de todos que passaram pela escola desde a sua fundação.

Ainda neste andar estará a biblioteca. Com 500 m², ela ocupará área dez vezes maior do que a utilizada atualmente. Serão três salas fechadas para estudo em grupo, estações individuais e mesas para até quatro pessoas. Além de espaços adequados para tratamento e armazenamento do acervo e para a circulação livre de usuários, a biblioteca contará com 8 computadores para pesquisa direta pelo leitor, 16 cabines individuais, 16 mesas de leitura e salas fechadas para estudo em grupo. A juíza Mariana Vargas, supervisora da Esmape, conta que o andar cultural foi um dos principais pedidos ao escritório de arquitetura. “Queremos transformar a Escola num lugar de apoio acadêmico e de encontro para todos os magistrados e servidores, além de atender às necessidades dos alunos em geral. Por isso, planejamos salas para pesquisas, estudos e reuniões e também espaços de convivência”, afirma.

“Queremos transformar a Escola num lugar de apoio acadêmico e de encontro para todos os juízes e servidores, além de atender às necessidades dos alunos em geral. Por isso, planejamos salas para pesquisas, estudos e reuniões e também espaços de convivência



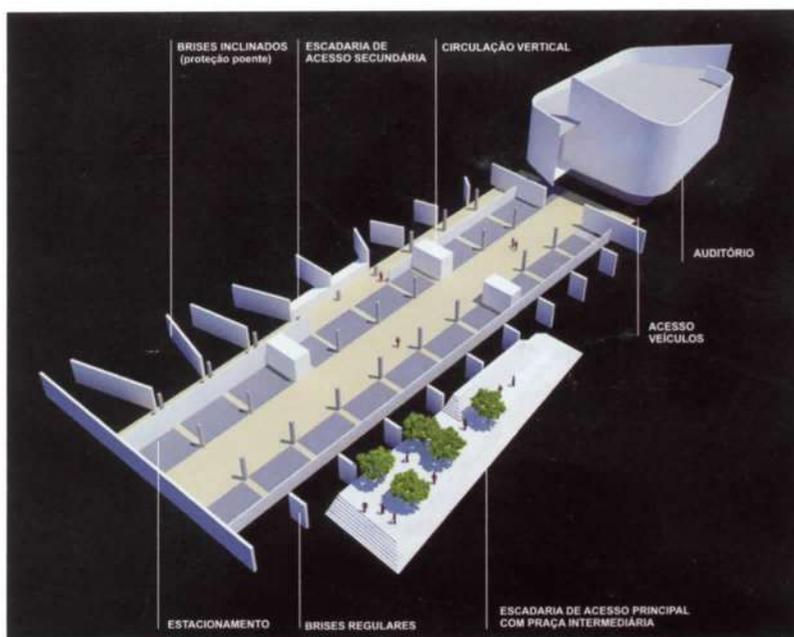


As salas de aulas na nova sede ocuparão o terceiro e quarto pisos e abrigarão os cursos de Preparação, Pós-Graduação, Aperfeiçoamento de Magistrados, Aperfeiçoamento de Servidores e Formação de Magistrados. Serão 19 salas com capacidade para 60 alunos e mais 4 salas especiais, podendo atender simultaneamente a 1.250 pessoas. Para simular as atividades de um juiz no exercício de suas funções, será construído um minitribunal do júri, uma sala de audiências, uma sala de julgamentos colegiados e um laboratório de informática.

O último pavimento foi outro pedido especial da Esmape. Nele estará um belo terraço panorâmico e o restaurante da escola, com cozinha industrial e capacidade para atender cerca de 70 pessoas. Além de oferecer um local bonito e aconchegante para aqueles que vão direto do trabalho para a Escola e precisam se alimentar, esse espaço poderá ser utilizado para outros eventos promovidos pela Esmape. O estabelecimento ainda dará suporte ao Fórum do Recife, que é deficitário de locais apropriados para a alimentação.

SUSTENTABILIDADE

A preocupação com o meio ambiente foi outro ponto marcante no projeto que dará origem à nova sede. Toda a iluminação foi pensada de forma a evitar o desperdício de energia, com lâmpadas especiais e distribuição que evita que fiquem iluminados locais onde não haja ninguém estudando ou trabalhando. “O mesmo vale



para o ar-condicionado. Ele será totalmente isolado, por setor, sem um sistema central. Com isso, garantiremos que só estará ligado onde realmente houver a necessidade”, esclarece a arquiteta Cecília Queiroz.

ACESSIBILIDADE

Não há como pensar uma escola que não seja acessível aos alunos que venham a ter qualquer tipo de necessidade especial. Os idealizadores da nova sede garantem que todas as dependências da Esmape estarão preparadas para receber todos os seus frequentadores. Três elevadores permitirão acesso a todo o prédio. Outras facilidades incluem portas largas, balcões especiais na lanchonete, pisos direcionais e sinais de alerta em todo o chão, e banheiros com cabines adaptadas. Tudo isso está planejado e ficará pronto no primeiro dia de aula.

EM BENEFÍCIO AO CIDADÃO

Tudo isso visa beneficiar a magistratura pernambucana - oferecendo melhores condições de estudo aos juízes -, e também ao cidadão, destinatário do serviço judicial.

Esmape-Biblioteca
340.047
S471r
V. Ex. 1
Empréstimo



Rua Imperador Pedro II, 221
Santo Antônio - Recife - PE
CEP: 50.010-240.
Fone / Fax: (81) 3224-0086

www.esmape.com.br



M120100281